

# VIAGEM FILOSOFICA

ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA



ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA

# VIAGEM FILOSOFICA

pelas capitânicas do  
Grão Pará, Rio Negro,  
Mato Grosso e Cuiabá

1783 - 1792

ICONOGRAFIA  
Volume I:  
GEOGRAFIA — ANTROPOLOGIA

CONSELHO FEDERAL DE CULTURA

RIO DE JANEIRO

1971

0  
918.M  
F383V  
V. 1



# PREFÁCIO

ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA, cuja obra científica o Conselho Federal de Cultura começa a divulgar em edição comentada, foi a maior figura de pesquisador de campo de que, no período colonial, o Brasil se pode orgulhar. Expressão de inteligência pragmática, voltara-se para o exame da realidade física, natural, da Pátria que se elaborava na Sulamérica. Elaborava pela ação política de Portugal e pela realização efetiva, direta, objetiva, dos que aqui haviam nascido e constituíam sociedade, promoviam o crescimento territorial e a potencialidade econômica, realidade física, natural, que constituía ainda uma incógnita, três séculos decorridos da empresa colonizadora que se iniciara com a presença da frota de 1500. Eminentemente homem de ciência, era um dos participantes mais decididos daquela geração de brasileiros em evidência na Europa. Falamos em geração brasileira em evidência na Europa. Exato. Porque, na verdade, o grupo brasileiro, nas letras, na própria administração metropolitana, no campo das preocupações do espírito mais diretamente ligados, não ao criativismo puro, mas à indagação da natureza em si mesma, constituíra-se, naquele momento, o grupo mais atuante na reformulação dos quadros da inteligência portuguesa. Participáramos da reestruturação dos estudos universitários, a "Reforma" de Pombal. Essa Reforma atendera, em grande parte, a anseios que se registravam e de que fôra o porta-voz mais autorizado o famoso José Antonio Vernei, nesse particular, assinale-se, a bem da verdade, não um pioneiro, pois que essa posição caberia mais justamente aos Oratorianos, a Bluteau, Rafael Bluteau, o erudito de tanta nomeada, mas um autêntico pregoeiro da nova ordem cultural, dos anseios coletivos na crítica violenta por que arremetera contra o ensino jesuítico, que dominava e sofreria a acusação de ser a força impeditiva de Portugal restituir-se ao pensamento que sacudia a Europa às vésperas da grande revolução.

É tempo, a propósito dessa nossa contribuição, de lembrar que Portugal perdera o impulso que o levava a comandar a europeização da terra. Diminuíra sensivelmente aquela contribuição admirável que êle proporcionara ao conhecimento do mundo em descobrimento, mundo de que revelara a natureza física e social, através do encontro, dirigido cientificamente, de naturezas exóticas, socie-

dades também exóticas, culturas, línguas, religiões, usos e costumes, instituições, num conjunto de contribuições, únicas na história universal até então escrita com o sangue e a decisão de todos os povos europeus. Perdera, sem que pudesse ter conteúdo respeitável a explicação fantasiosa de que aos povos ibéricos faltavam os ímpetos e as condições para a empresa científica. Porque aquela contribuição assumira proporções tão agigantadas que a fórmula, negativa da existência de um espírito científico na Península, não podia ser aceita. Portugal, na europeização da terra, assegurara, com a expansão ecumênica, o enriquecimento da cultura européia. A Renascença não era, portanto, unicamente uma resultante do retôrno ao passado, na descoberta e retomada dos temas clássicos, da antiguidade, mas, fundamentalmente, uma consequência daquela revolução geográfica, comercial, espiritual. Uma lenda negra descera, depois, sobre a Ibéria, acusando-a de incapaz para a empresa científica, como antes pretendia-se concluir no tocante à empresa colonial.

A geração brasileira estava, a essa altura, integrada por homens da estirpe de D. Francisco de Lemos, o Reitor da Universidade que êle reformava com decisão e alta dose de conhecimentos pedagógicos, seu irmão João Ramos, João da Silva Feijó, Antonio Pires da Silva Pontes, Francisco José de Lacerda e Almeida, Diogo de Toledo Lara e Ordonhes, José da Silva Lisboa, Azeredo Coutinho, Antonio Pereira de Souza Caldas, José Arouche Lara e Ordonhes, Joaquim Veloso, a que se seguiria, ininterruptamente, a de Valente do Couto, José Bonifácio de Andrade e Silva, Ferreira da Câmara, Arruda Câmara, José Manoel de Siqueira, José de Sá Bitencourt Acioly, Francisco de Melo Franco, José Vieira Couto, Feliciano Bitencourt, Pizarro e Araujo. Essa geração distinguia-se, na Universidade, pela atuação discente, vigorosa. Perseguiria, depois, a preocupação espiritual de um exercício nas letras e nas ciências, e no que já poderíamos denominar de contribuição brasileira para o "iluminismo" universal, caracterizando a nossa presença pelo estudo da natureza, do meio social, dos grupos sociais e das atividades econômicas. Iluminismo que iria permitir, aos próprios brasileiros, o conhecimento mais pormenorizado e útil de sua própria Pátria, no que era necessário saber para a política.

que se deveria adotar, visando a seu desenvolvimento e a sua participação mais intensa e liberta de conveniências negativas no processo mundial de progresso e de bem-estar. E se formos ao exame do que essa contribuição significava na ação administrativa de governo bastaria assinalar que já ocorrera a presença de Alexandre de Gusmão, secretário do Rei e a figura central de toda a política exterior, renovada no tocante à vizinhança, na Sulamérica, entre os povos de cepa peninsular, que exerciam soberania européia mas, de quando em quando, terçavam armas na disputa de direitos e de vantagens territoriais. Na Metrópole e nas outras áreas do Império, brasileiros exerciam postos na administração.

Portugal, depois das reformas pombalinas, como no decorrer delas, e sob o influxo de toda a novidade que sacudia a Europa, ia, aos poucos, tomando posição no mundo da cultura em termos de contato mais direto com aquelas novidades, com o sentido utilitário da vida e o interesse pelo que a natureza, em si mesma, oferecia à sua investigação. O século XVIII, acimado de século de "crise mental", pela gestação de ideologia e atividades criadoras em conflito com aquele pensamento meio estático da centúria anterior, estava levando Portugal a restituir-se à Europa, o que não significaria, é tempo de registrar, que durante tanto tempo, na verdade, estivesse de todo ausente, como se pode verificar do ensaio magnífico de Silva Dias, "Portugal e a Cultura Européia", que vale como a melhor evidência dos exageros por que se pintou o quadro da decadência.

E dentro dessa preocupação, que já alcançava os escalões do Poder, encerrada aquela fase de uma política de reservas intensas acerca do que representavam os espaços imperiais, atingidos pelos concorrentes, ávidos de empórios para sua aventura colonial e mercantil, principiou o interesse pelo que, realmente, esses espaços valiam, significavam, eram como realidade física. Até então, por esta ou aquela motivação, criara-se, à volta, principalmente das Américas, já que a África ainda não constituía o fundamento das rivalidades e disputas territoriais e econômicas, como sucederia no século XIX, uma idéia falsa, divulgada por expressões da melhor aceitação no comércio das idéias. Antonello Gerbi, em mais de um ensaio, principalmente, po-

rém, em "La Disputa del Nuevo Mundo", evidenciou essa conduta estranha, falsa, que podia ser considerada como a resultante imediata daquele sigilo intenso que todos os povos haviam adotado, enriquecidos em importância pelos impérios ultramarinos que possuíam e desfrutavam. Uma informação sensacionalista, mas profundamente negativa, exercia poderosa influência nos espíritos mais atilados, mais enérgicos no tocante ao pensamento que assegurava um domínio quase total sobre as gentes da Europa de quinhentos a oitocentos. O exotismo literário realizava-se na base daquele informativo apoucado, inexato, mas de certo modo saboroso, cheio de interesse para os espíritos que se satisfaziam com novidade exaltada.

Considerado o interesse que se fez preocupação e por fim decisão oficial, tanto Espanha como Portugal iniciaram o esforço com o objetivo de inventariar, sem reservas, a potencialidade de seus ainda imensos espaços imperiais. As expedições científicas que então se organizaram, sob inspiração ou determinação governamental, inscrevem-se nessa deliberação de Estado. Sobre ela escrevemos um pequeno ensaio, sob a denominação geral de "A Viagem Filosófica e as expedições científicas na Ibero-América no Século XVIII", divulgado na revista "Cultura", na fase brilhante de Simeão Leal, em que tentamos indicar o mais evidente naquele propósito e sua execução em operações de campo. Esse esforço não se limitaria, no particular de Portugal, ao Brasil, uma vez que se dirigiu igualmente, e com a cooperação de brasileiros, para a África, que continuava um mundo por descobrir e avaliar. A indagação científica de que a reforma pombalina da Universidade cogitara, criando os experimentalismos como novidade pedagógica, é momento de recordar, insistindo, estava na linha do movimento de inquietação cultural que atingira Portugal e o reconduzira à inteligência pragmática européia, de que ele, com os descobrimentos, fôra o pioneiro.

O Brasil, fechado à curiosidade dos estrangeiros, permanecia, ampliado em sua extensão territorial ao norte, ao sul e principalmente a oeste, crescia no que diz respeito à contribuição econômica que assegurava, a Portugal, a continuidade que perdera seiva com as sofridas no Oriente. Imaginara-se mesmo que o açúcar, as pedras preciosas e o ouro das minas gerais, como a especiaria da Ama-

zônia, as já famosas “drogas do sertão”, se não substituindo totalmente o que desaparecera como contribuição oriental, garantiam a presença portuguesa nos mercados mundiais. Gado, tabaco, algodão, pescado, complementavam aquela produção exportável que regionalizara econômica e socialmente o Brasil, definindo-o, já àquela altura, como continente e ao mesmo tempo arquipélago.

O conhecimento do que importava todo aquele gigantesco império sulamericano, que já estava na cogitação de monarcas e outros homens de Estado em Portugal para a eventualidade de uma transferência da sede da monarquia, em face de sucessos perigosos à estabilidade política e à soberania nacionais, era um conhecimento que não estava registrado em textos divulgados. Havia muita informação, contida nas Anuas e Cartas Jesuíticas e em exposições e comunicados de autoridades civis e militares. A cartografia que resultava da expansão territorial e conseqüente reconhecimento da base física do Brasil, era uma cartografia meio indecisa, incompleta, aqui e ali fixada apenas pela intuição dos cartógrafos, que não dispunham do necessário para o global e muito também para o particular. Os livros que se haviam escrito com a intenção de revelar eram em número inexpressivo. A limitação que se fazia, na área oficial, no tocante à divulgação, era uma limitação total. A censura ao livro operava-se visando ao que pudesse ferir os sentimentos religiosos, o sistema político vigente, o absolutismo de Estado, e ao que permitisse, ao estrangeiro, um conhecimento do império, conhecimento perigoso aos interesses nacionais portugueses. A política do sigilo, nesse particular, continuava em toda plenitude.

Defendia-se o Estado do perigo da literatura em conflito com a ideologia governamental, ou útil aos concorrentes na empresa colonial. Daí porque o livro de Antonil, “O Brasil, por suas Drogas e Minas”, fôra mandado apreender, evitando-se sua circulação. Daí porque, se nada obstara a circulação das “Reflexões sôbre a Vaidade dos Homens”, de Matias Ayres Ramos da Silva d’Eça, confiscava-se o primeiro volume dos “Discursos Políticos e Morais” de Feliciano Joaquim de Souza Nunes, apesar de obra dedicada a Pombal, então o detentor do poder no Reino. As “Cartas Chilenas” tinham circulação clandestina e eram manuscritas.

A imprensa ainda não existia no Brasil. Portugal contrastava, nesse particular, profundamente com Espanha, que autorizara, em seu império, o funcionamento da tipografia, a impressão de livro e de jornal como publicação periódica.

A inteligência brasileira já se arregimentava, no entanto, preocupada com a realidade da terra onde nascera e com o seu destino. As Sociedades Literárias, ao estilo da época, serviam à aproximação dos que, em vários pontos da colônia, alimentavam preocupações intelectuais. Nelas estudava-se o Brasil. Estudava-se o Brasil como espaço físico como natureza, como ecumeno. A sociedade em elaboração e em sua ação construtiva, fazendo a história regional, estava na preferência daqueles brasileiros espiritualizados. Uma literatura, que denominamos hoje de academicista, com tôdas as restrições que lhe possamos fazer na análise rigorosa a que a submetemos, escrevia-se com um sentido nacionalista muito expressivo e prenunciante da existência de um estado de consciência, de que alguns movimentos, de rebelião ou de protesto, ocorridos em vários pontos do país, eram a expressão material mais evidente.

Como conseqüência do diploma de 1750, que fixara a fronteira entre as possessões de Portugal e Espanha na Sulamérica, e mandara efetuar as demarcações, turmas de técnicos nacionais e estrangeiros, no norte e no sul haviam principiado o estudo, no terreno, da base física do império brasileiro. Procedeu-se a uma série de observações astronômicas, levantamentos cartográficos, descritivos e geográficos, que incluíam as condições econômicas e humanas da fronteira. Seria o início daquela curiosidade científica ou para-científica a que nos vimos referindo, e característica do momento, nas duas nações da península.

Em 1778, na direção dos negócios para o ultramar, Martinho de Melo e Castro, que se não era um estrangeirado da terminologia empregada para indicar os que se arriscavam a seguir os pensadores e inovadores da Europa em mudança ideológica, era pelo menos um espírito aberto a certas novidades, essenciais, mesmo, numa fase como aquela da “Viradeira”, para a continuidade nacional, decidiu proceder, com maior intensidade, àquele inventário do império. O extremo norte do Brasil, onde uma sociedade mestiça e uma vasta experiên-

cia política de integração estava em marcha, constituía área por conhecer.

Essa experiência começara em 1616, quando Francisco Caldeira de Castelo Branco estabeleceu a praça forte do Presépio, que daria origem a Belém, iniciando-se, a seguir, a expansão em direção norte, sul e oeste. A presença portuguesa fôra antecedida pelos holandeses e ingleses, que, ao longo da costa do Amapá e pelo interior da região até cercanias do Tapajós, haviam plantado fortificações e estabelecimentos mercantis, feitorias que significavam, apesar da insignificância material que apresentavam, a decisão de criar ali espaços novos dos impérios que montavam pelos três mundos em descobrimento.

O que foi a empresa portuguesa, realizada com a cooperação da população aborígine, que, através do processo da mestiçagem, permitiu, de certo modo, a rapidez do empreendimento político, levou Joaquim Nabuco à frase famosa — “Nada nas conquistas de Portugal sobreleva a conquista do Amazonas”. Realmente, com a participação de seis Ordens Religiosas, colonos vindos do Reino e do Nordeste, soldados, servidores civis do Estado, a velocidade da irradiação deu margem à formação de um imenso espaço sob soberania de Portugal, em conflito com os interesses territoriais da Espanha, que sustentava a validade do Tratado de Tordesilhas, pelo qual aquele pedaço do Novo Mundo lhe pertenceria de pleno direito. Aldeamentos religiosos, onde foi nucleada a multidão gentia, pequenos sítios de colonos, que se lançavam sem receios maiores à exploração do que a floresta lhes rendia, a floresta e o próprio rio, piscoso e fonte de alimentação imediata e fácil, fortins, constituíram o fundamento material do domínio ininterruptamente promovido, de modo a permitir que em 1750 e em 1777, Portugal pudesse sustentar suas razões para justificar o empossamento da região e sua permanência ali. Em quatro livros, pretendi esboçar as linhas centrais dessa experiência de integração — “A Política de Portugal no Vale Amazônico”, “Estadistas Portugueses na Amazônia”, “Tempo e Vida na Amazônia” e “Aspectos da Experiência Portuguesa na Amazônia”.

E se de um lado, no processo político de domínio e de exercício de soberania, Portugal organiza-

ra administrativamente o extremo norte, dando-lhe certa autonomia e desligando-o do Estado do Brasil para compor o Estado do Maranhão e Grão-Pará, posteriormente denominado Estado do Grão-Pará e Maranhão, de outro, sobre ele fizera descer sua atenção, mais significativa do interesse que tinha em sua permanência, fazendo-o estudar ou permitindo que esse estudo fôsse realizado, estudo que importava num primeiro inventário de suas peculiaridades geográficas, humanas, econômicas e características, tão singulares, de sua natureza. Será suficiente lembrar a obra de frei Cristóvão de Lisboa sobre a flora e a fauna amazônicas, recentemente editada pelo Instituto da Alta Cultura, a “História dos Animais e Árvores do Maranhão”.

O trabalho de frei Cristóvão foi elaborado em fins do século XVII, justamente o século que trouxera Portugal à Amazônia. No seguinte, no decorrer dos trabalhos das demarcações dos limites com os territórios espanhóis, nas instruções baixadas aos que vinham realizar a grande operação, havia uma preocupação intensa para que fôsse sendo inventariada a realidade física regional. José Antônio Landi, professor italiano, a cuja atuação de tanto relevo devemos os melhores monumentos arquitetônicos da capital paraense, enamorando-se do que a natureza amazônica proporcionava como exotismo e novidade, seguiu as pegadas de frei Cristóvão, e escreveu uma “História Natural do Pará”, que permanece inédita na Biblioteca da cidade do Pôrto. Um imenso levantamento cartográfico, acompanhado de vasta informação geográfica, fôra realizada, na oportunidade, como se pode verificar de “A Cartografia da Amazônia”, de Isa Adonias, e do segundo volume de “Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira”, de minha autoria.

Quando, por tudo isso, em 1778, um naturalista brasileiro, o baiano Alexandre Rodrigues Ferreira, foi chamado, por indicação de seu antigo mestre, Domingos Vandeli, que tinha a seu cargo a parte da Reforma Universitária, no particular das ciências naturais, o extremo-norte da colônia não constituía um mundo totalmente ignorado. O que se desejava agora, evidentemente, era a investigação mais conduzida dentro de uma técnica científica, que cobrisse os mais variados ângulos da imensa região.

Alexandre Rodrigues Ferreira integrava aquela geração de brasileiros a que nos estamos referindo. Fôra aluno distinto na Universidade e lá teria sua iniciação como homem de ciência. Chamado a dirigir a expedição à Amazônia, recebeu instruções, datadas de 29 de agosto de 1783, mas que, até o presente não foram encontradas. É certo que havia "Breves Instruções aos Correspondentes da Academia das Ciências de Lisboa sobre as remessas dos produtos e notícias pertencentes à História da Natureza para formar um Museu Nacional", publicadas em 1781. Teriam influído nas que se baixaram? As referências que temos, das instruções expedidas, levam-nos a acreditar, no entanto, que o naturalista deveria proceder, com seus companheiros de jornada, a meticoloso exame das condições, não apenas as da natureza física do extremo norte do império, na Sulamérica, mas muitas outras: um apurado exame daquelas realidades com que se iria defrontar e cobriam a atuação que a humanidade local estava desenvolvendo como força disciplinadora da natureza exuberante. Tratava-se, portanto, de uma verificação da mais alta envergadura, que refletia um objetivo de Estado e confiança muito grande naquele jovem brasileiro de 22 anos. Tarefa semelhante seria confiada, já nos albores do século XIX, a outro servidor de Portugal, o tenente-coronel Francisco Ricardo Zany, cujos comunicados também permanecem inéditos, êstes, porém, na Seção Histórica do Arquivo Público do Pará.

Alexandre Rodrigues Ferreira, ou o Dr. Alexandre, como passaram a chamá-lo, viajou para a Amazônia em 1780. Em "A Amazônia vista pelo Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira", procurei traçar um retrato da região no momento em que o naturalista com ela tomou contato. Surpreço com o que seus olhos indagadores logo enxergaram, confessaria, sem mais rodeios, para Lisboa, ao Ministro Martinho de Melo, seu deslumbramento — "a terra em si é um Paraíso". E a seguir, à verificação da exuberância que o meio apresentava — "aqui mesmo são tantas as produções que eu não sei a que lado me volte". Esse deslumbramento, que é muito natural em quem se encontra pela primeira vez com a Amazônia, êle nunca deixaria de registrar, numa paixão pela terra que lhe causava a maior emoção de sua vida de homem de ciência, de pes-

quisador de campo, à oportunidade admirável de ser, com aquela potencialidade de conhecimentos que o haviam credenciado para a empreza, o pioneiro, entenda-se bem, pioneiro na compreensão global e ao mesmo tempo particular do que a natureza variada, rica, gigantesca lhe permitia examinar, numa contribuição sensacional para o conhecimento perfeito do que valia o Nôvo Mundo, ainda em disputa pela Europa, mas já em marcha visível para a conquista de sua soberania.

Entre outubro de 1783 e janeiro de 1792, portanto durante quase dez anos, sua vida se realizou, sem desfalecimentos, e com o mesmo entusiasmo e correção no comportamento, no estudo da Amazônia, vendo-lhe, com olhos de ver, sua paisagem física, sua flora, sua fauna, sua humanidade indígena, seus habitantes mestiços ou reinóis, no esforço por humanizar a região, sua lavoura, seu extrativismo vegetal, animal e mineral, suas endemias, seu clima, seus problemas com a vizinhança, sua história política, seu processo de urbanização, sua indústria, seus hábitos e costumes, suas desventuras, as técnicas que todos adotavam para vencer a hostilidade regional, na decisão de triunfar sobre as resistências daquele gigantesco espaço tropical, onde se fazia uma experiência de tão grandes dimensões.

O que produziu, viajando pelas cercanias de Belém, pelo Tocantins, Amapá, Marajó, rios Negro, Branco, Madeira, Cuiabá, e cercanias, revelando o cientista consciente de seus devêres e sob a paixão e os impulsos de sua vocação para a pesquisa de campo, insista-se sempre nesse aspecto de sua atuação, em trato direto com a natureza, vai ser constatado agora com a edição de suas memórias, seus diários, e as estampas da "Viagem Filosófica", que comandou e alcançou o êxito que hoje todos proclamamos.

Sua atividade era sem limitações de qualquer espécie. Traçara-se, antes de deixar Lisboa, regras para que pudesse alcançar sucesso, regras de acôrdo com o que imaginava ser a Amazônia, os tempos novos que a ciência renovada estava impondo, regras para que sua conduta fôsse de acôrdo com os objetivos da "Viagem". É tempo de assinalar que, se assim procedia, não estava só na tarefa. Três companheiros decididos, os desenhadores Joaquim José Codina e José Joaquim Freire, e o jar-

dineiro-botânico Agostinho Joaquim do Cabo compunham a equipe selecionada, responsável pela operação, que exigia, não apenas dedicação, mas um poder de adaptação especial e uma série de conhecimentos especializados, indispensáveis para a verificação do que ia sendo descoberto ou indicado para o estudo complementar, posterior. Os riscos que divulgamos, de uma perfeição inexcedível, como os descritivos de tudo quanto foi observado ou coletado, valem como comprovação idônea, irrecusável, inquestionável, da excelência do trabalho realizado.

Botânico, zoólogo, antropólogo, sociógrafo, geógrafo, historiador, sob êsses variados ângulos poderemos examinar a produção do Dr. Alexandre e de seus companheiros de jornada. Sob êsses variados ângulos, que custa acreditar pudessem constituir atividade de um homem, mesmo com aquelas aptidões especialíssimas do Dr. Alexandre, como foi expressiva e ampla essa atividade! Nem porque assim procedesse, deixou o naturalista de receber restrições. Desejando verificar o que marcava o Japurá, pretendeu ir àquele curso afluente do Solimões, descumprindo as instruções que lhe mandavam dirigir-se, do Rio Negro ao Madeira, para atingir a Capitania de Mato Grosso. Sofreu, então, uma reprimenda, expedida de Lisboa, reprimenda que não deixou passar sem a sua explicação imediata. Estava, no descumprimento das instruções, melhor servindo a Sua Majestade e aos interesses da ciência com a viagem pretendida, que não pôde, no entanto, realizar, para revelar sua disciplina. Mais tarde, a mesma autoridade que lhe fizera as observações, o Ministro do Ultramar, Martinho de Melo, como que repondo as coisas em seus devidos lugares, e em reconhecimento à extraordinária missão de que se desincumbia o naturalista, fêz-lhe o elogio reparador.

Sua obra não foi, entretanto, divulgada após a "Viagem", o que permitiu a outros, que vieram após, as glórias de tantas descobertas. Sucederia o mesmo a Mutis e Caldas, que, na mesma oportunidade, efetuavam trabalho idêntico para Espanha, na Venezuela, Colômbia e Equador.

Vem muito a propósito, por isso, a pergunta — e que papel teria representado realmente o Dr. Alexandre no quadro em renovação da ciência do seu tempo? Almir de Andrade, em conferência publi-

cada na série "Viagem Filosófica", do Instituto de Pesquisas da Amazônia, conferência em que examinou a "introdução do método científico nos estudos sociais do Brasil com a contribuição do Dr. Alexandre", escreveu: "Com Alexandre Rodrigues Ferreira é que realmente se inicia o período dos viajantes naturalistas, que depois percorreram o Brasil de norte a sul e lançaram os fundamentos de um estudo científico sistematizado da nossa fauna, flora, clima, geografia, bem como das nossas populações e das nossas possibilidades econômicas.

Graças à sua formação intelectual na Universidade de Coimbra, naquela fase de reformas revolucionárias, trouxe Alexandre Ferreira, para o Brasil, um cabedal científico considerável. Possuía, além disso, grande capacidade de observador e uma capacidade extraordinária de pesquisa. Prova-o a imensidade da sua obra e o valor das observações que nos legou. Pode-se dizer que o estudo da etnografia indígena do Brasil assumiu, pela primeira vez, caráter científico, com Alexandre Rodrigues Ferreira. Suas monografias são quase sempre acompanhadas de desenhos, executados por hábeis desenhistas que o acompanharam na expedição — desenhos de objetos de uso entre os índios, máscaras, ornamentos, cabeças, plantas, animais etc. Infelizmente, muitos desses desenhos se perderam, tendo tido sorte igual à de vários dos seus escritos".

"Cognominaram-no alguns o "Humboldt Brasileiro" e não sem razão. Foi um precursor dos grandes estudos científicos, que só se iriam desenvolver no Brasil durante o século XIX. Suas contribuições para a etnografia e a história natural do nosso país rivalizam, sob muitos aspectos, com as de um Saint-Hilaire e as de um Martius; superam as que já possuíamos do século XVII com o legado holandês de Piso e Marcgrav — embora êstes dois sábios tenham pesquisado mais do que o baiano nos domínios da botânica e da medicina naturalista."

"Dentro dos limites dos recursos científicos do século XVIII, Alexandre Rodrigues Ferreira foi um ecólogo — no sentido que hoje damos a êsse vocábulo — e dos mais eminentes. Soube apreciar admiravelmente as relações entre o homem e o meio, entre o índio, o colono e o seu *habitat*."

Emanuel Martins, Luiz Emigdio de Melo Filho, João Moogem de Oliveira e Luiz de Castro Faria, quatro naturalistas do Museu Nacional, estu-

daram a contribuição do Dr. Alexandre na geologia, na botânica, na zoologia e na etnologia. Como o Dr. Olímpio da Fonseca, a contribuição para o conhecimento da patologia brasileira. Anteriormente, o Dr. Alfredo da Mata, em Manaus, já assinalara a contribuição do cientista na identificação do beriberi que tantas vítimas faria na Amazônia, na fase intensa do *rush* da borracha.

Em Portugal, Bitencourt Ferreira, Santos Júnior, Carlos França, Tavares da Silva, Américo Pires de Lima, divulgando correspondência, examinando o material da "Viagem", já divulgado aqui e ali, não se afastaram dos louvores ou do reconhecimento que se vem fazendo, unânimes todos em reclamar para o Dr. Alexandre, pelo que efetuou como naturalista, a posição que lhe cabe como pioneiro capaz, de que o Brasil se pode muito justamente orgulhar.

Dissemos atrás que de sua obra pouco fôra divulgado. É momento de referir que, levada à Lisboa, teria sido alvo do interesse prejudicial de Geoffroy de Saint-Hilaire, naturalista francês, que por ocasião da ocupação francesa do Reino pelas tropas napoleônicas, por determinação superior teria procedido a verdadeiro saque nos originais e coleções da "Viagem Filosófica". O assunto vem sendo objeto de estudo acurado. Em Portugal, Pedro de Azevedo, Bittencourt Ferreira e Silva Carvalho, à

luz de vasta documentação, estão fixando a verdade sobre os excessos por que se fez aquela afirmação. Não ocorreu o saque. O que Geoffroy fez foi, com licença das autoridades locais, inventariado o material que se guardaria na Ajuda e no Museu de História Natural, material que permanecia, no caso de "Viagem Filosófica", ainda encaixotado em sua quase totalidade, foi obter peças, levadas à França, em porção mínima. Essa retirada de material, referem aqueles autores, vinha, aliás, sendo efetuada muito antes da invasão francesa. Ao que parece, o que ocorria era o que hoje ocorre com tanta frequência: cessão de material de uma instituição à outra.

O Conselho Federal de Cultura, iniciando, pelas estampas, a divulgação, ordenada e anotada, da "Viagem Filosófica", cumpre decisão de seu Plenário quando, consciente da extraordinária importância da obra do Dr. Alexandre, deliberou a referida edição, que tardava, era incompreensível essa tardança impondo-se o pagamento de dívida contraída pelo Brasil com aquela admirável figura de homem de espírito e de pesquisador nato, que nêles encontramos.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 1970

*Arthur Cezar Ferreira Reis*

Presidente do Conselho Federal de Cultura

# INTRODUÇÃO

Alexandre Rodrigues Ferreira nasceu na Bahia em 27 de abril de 1756. Após receber seus primeiros ensinamentos, ingressou na carreira eclesiástica, sendo-lhe conferido as primeiras ordens clericais em 20 de setembro de 1768, matriculando-se, logo a seguir, na Cadeira de Instituta Universidade de Coimbra. Nessa Universidade exerceu a função de Preparador de História Natural, até o seu regresso para Lisboa em 15 de julho de 1778, época em que foi indicado por Domingos Vandelli para cumprir missão de ultramar, a pedido de Martinho de Mello e Castro, Ministro e Secretário de Estado de Negócios e Domínios Ultramarinos. Antes de iniciar sua nova tarefa, realizou trabalho sobre a Mina de Carvão de pedra de Buarcos.

Em Janeiro de 1779 doutorou-se pela Universidade de Coimbra, passando a trabalhar no Real Museu D'Ajuda, posto que manteve até 1783. A Real Academia das Ciências de Lisboa acolheu-o como membro correspondente em 22 de maio de 1780.

Nomeado em princípios de 1783, "para na qualidade de naturalista", segundo nos afirma Manoel José Maria da Costa e Sá (1818), empreender a VIAGEM FILOSÓFICA PELAS CAPITANIAS DO GRÃO-PARÁ, RIO NEGRO, MATO GROSSO E CUIABÁ, no reinado de Dona Maria I, partiu para Belém do Pará, em setembro de 1783, na charrua Águia e Coração de Jesus, com a missão de recolher e aprontar todos os produtos dos três reinos da natureza que encontrasse e remetê-los ao Real Museu de Lisboa, bem como fazer particulares observações filosóficas e políticas acerca de todos os objetos da viagem.

Chegando ao Pará em outubro, iniciou seus estudos pela grande Ilha de Joannes ou Marajó, indo a seguir a Cametá, Baião, Pederneiras e Alcobaça. Em fins de 1784 partiu para o Rio Negro, que percorreu até a fronteira, regressando para subir o Rio Branco até a Serra de Canauaru ou Nevada, retornando a Barcelos, então capital da Capitania de São José do Rio Negro.

Em fins de agosto de 1788 deixou Barcelos para subir o Rio Madeira e, a seguir o Guaporé, atingindo Vila Bela, a capital de Mato Grosso, em 1789 após 13 meses de viagem, durante a qual foi acometido de severa malária. Seguiu para a Vila de

Cuiabá em 27 de junho, descendo pelo rio deste nome ao de São Lourenço e Paraguai.

Retornando ao Pará, chegou a Belém em janeiro de 1792, a fim de regressar a Portugal. Ao saber que nada havia sido pago ao capitão Luiz Pereira da Cunha, que remetera todo o material da expedição para a Corte, despesa essa considerável, com a qual, segundo êle, poderia dotar uma filha, afirmou Alexandre Rodrigues Ferreira àquela autoridade: "Isso não servirá de embaraço a seu casamento; eu serei quem receba essa sua filha por mulher." E assim o fez, casando com Dona Germana Pereira de Queiroz Ferreira em 16 de setembro de 1792.

Regressou a Lisboa em janeiro de 1793, sendo nomeado Oficial da Secretaria, Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos. No ano seguinte foi condecorado com a Ordem de Cristo em 25 de julho e assumiu o cargo de Diretor interino do Real Gabinete de História Natural e Jardim Botânico em 7 de setembro. Passou a Vice-Diretor em 11 de setembro de 1795, ano em que foi designado, ainda, Administrador das Reais Quintas e posteriormente Deputado da Real Junta de Comércio.

Já no fim de sua vida, em 24 de julho de 1807 lhe foi dado propriedade de um Ofício na Alfândega do Maranhão. Faleceu em Lisboa a 23 de abril de 1815.

Acompanharam Alexandre Rodrigues Ferreira, na "Viagem Filosófica", dois desenhistas: Joaquim José Codina e José Joaquim Freire, além do jardineiro botânico Joaquim do Cabò.

Em julho de 1815 foram entregues a Felix de Avelar Brotero, por Dona Germana, para ser conservado no Real Museu de Ajuda, os papéis e manuscritos, pertencentes à Viagem, devidamente catalogados por Antônio de Azevedo Coutinho, com 18 fôlhas não numeradas.

A fim de que o Conselheiro Manoel José Maria da Costa e Sá, opinasse sobre a publicação do acervo deixado por Alexandre Rodrigues Ferreira, foram os manuscritos, desenhos, plantas e demais papéis da Viagem Filosófica transferidos para a Real Academia das Ciências.

Com intuito de dar divulgação à obra, deveriam os manuscritos vir para o Brasil, segundo se

diz, por ordem do Governo Português. A história da vinda desses manuscritos e de sua completa debandada, segundo Alfredo do Valle Cabral (1876) “é bem curiosa, mas não cabe aqui narrá-la: acresce que, contá-la equivaleria a ofender sem dúvida algumas dezenas de suscetibilidades, e tal não é o nosso intuito”. O Ministro do Brasil em Lisboa, Antônio de Menezes Vasconcellos Drummond, enviou para o Rio de Janeiro cinco volumes que encerraram 912 estampas, acreditando-se que tôdas elas foram copiadas dos originais ainda em vida de Alexandre Rodrigues Ferreira e provavelmente, sob sua direção, no Real Museu da Ajuda, e passam, por conseguinte, na opinião de Valle Cabral, como autênticas. Outros códices, segundo ainda Valle Cabral, “uns todos escritos da própria mão do autor e outros por letra de seu amanuense, mas que trazem correções e acrescentamentos do próprio punho do naturalista, ou sua assinatura autografa”, também acham-se na Seção de Manuscritos de nossa Biblioteca Nacional.

Ao todo, foram encontrados, no inventário original de Antônio Azevedo Coutinho, 57 obras: Memórias, Notícias, Diários de Viagem, Prospectos, Relações, Observações Gerais, Descrições etc. pertencentes à “Viagem Filosófica”. Além dessas, incluem-se 17 outras não pertencentes à “Viagem” e 29 outras, que embora, sem indicação do nome de Alexandre Rodrigues Ferreira, não trazem a de nenhum outro autor, sendo que pela natureza e outros argumentos se devem atribuir ao naturalista, segundo Manoel José Maria da Costa e Sá (1818), totalizando 103 obras, das quais 86 poderão ser consignadas à “Viagem Filosófica”. José Honório Rodrigues (1925), registra 89 obras atribuídas a Alexandre Rodrigues Ferreira, além de 44 cartas, requerimentos, ofícios, representações, solicitações, memórias etc. e mais 69 documentos sobre as obras de Alexandre Rodrigues Ferreira e 9 documentos em manuscrito, pertencentes a outras instituições brasileiras ou de localização desconhecida, num total de 211 trabalhos, referindo-se à “Viagem Filosófica” até 1952.

Segundo José Honório Rodrigues (1952) “a publicação das obras de Alexandre Rodrigues Ferreira é um ideal longamente mantido pelos melhores espíritos da cultura brasileira”. Nesse senti-

do, a Câmara dos Deputados, pelo Projeto n° 629 de 17 de outubro de 1949, abriu um crédito de Cr\$ 500,00 destinado à reprodução, pelo Ministério da Educação e Cultura, dos manuscritos da “Viagem Filosófica”. Novamente o Projeto n° 560 de 4 de junho de 1951, do Congresso Nacional, mandou abrir, no Ministério da Educação e Cultura, um crédito de um milhão e quinhentos mil cruzeiros antigos, a serem distribuídos em parcelas de 300 mil cruzeiros durante 5 anos, para imprimir as obras completas do naturalista, através de proposição dos deputados Coutinho Cavalcanti, Afonso Arinos de Melo Franco e Nelson Carneiro. A Lei n° 1.706, de 22 de outubro de 1952, também autorizou o Poder Executivo a imprimir as obras de Alexandre Rodrigues Ferreira. Nenhuma dessas iniciativas foi coroada de êxito.

A Comissão do Ministério da Educação e Cultura que tinha a seu cargo a organização das obras do naturalista, conforme Portaria n° 241, de 2/8/55, *ex vi* da Lei n° 1.706, tendo em conta o interesse demonstrado pelo então Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Professor Olympio Ribeiro da Fonseca Filho, em avocar para este Instituto o empreendimento, assim como a capacidade científica e financeira do INPA para realizá-lo, resolveu propor ao MEC fôsse dada por finda a atividade da Comissão e deferida a pretensão do Instituto. Tal fato foi aceito pelo Ministro e comunicado ao INPA pelo ofício n° 983/55, de 20/12/55. Composta dos Professores João Ribeiro Mendes, George Agostinho da Silva e Glória Marly Duarte Nunes de Carvalho Fontes, procedeu o inventário dos códices, não tendo, todavia, continuado o trabalho, por escassez de recursos.

Coube ao Conselho Federal de Cultura retomar essa determinação, tantas vezes projetada e não executada, salvo casos especiais, em que algumas monografias ou memórias foram reproduzidas em publicações brasileiras. Esse o fundamento da presente edição.

Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1970.

*José Candido de Melo Carvalho, Ph. D.*

Professor Titular — Museu Nacional



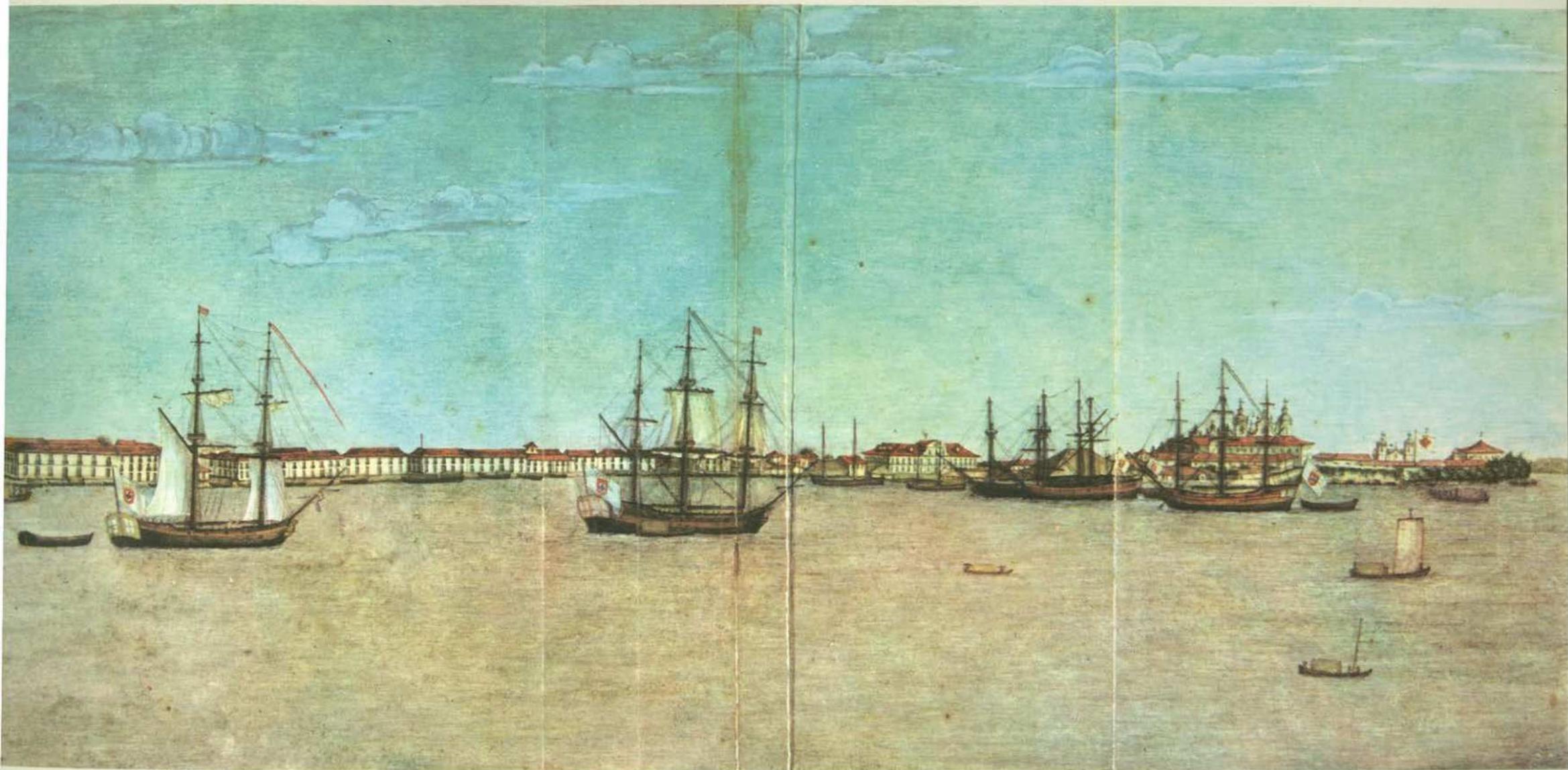
# GEOGRAFIA

*Prospecto da Cidade de*  
*De*



*O fortun*

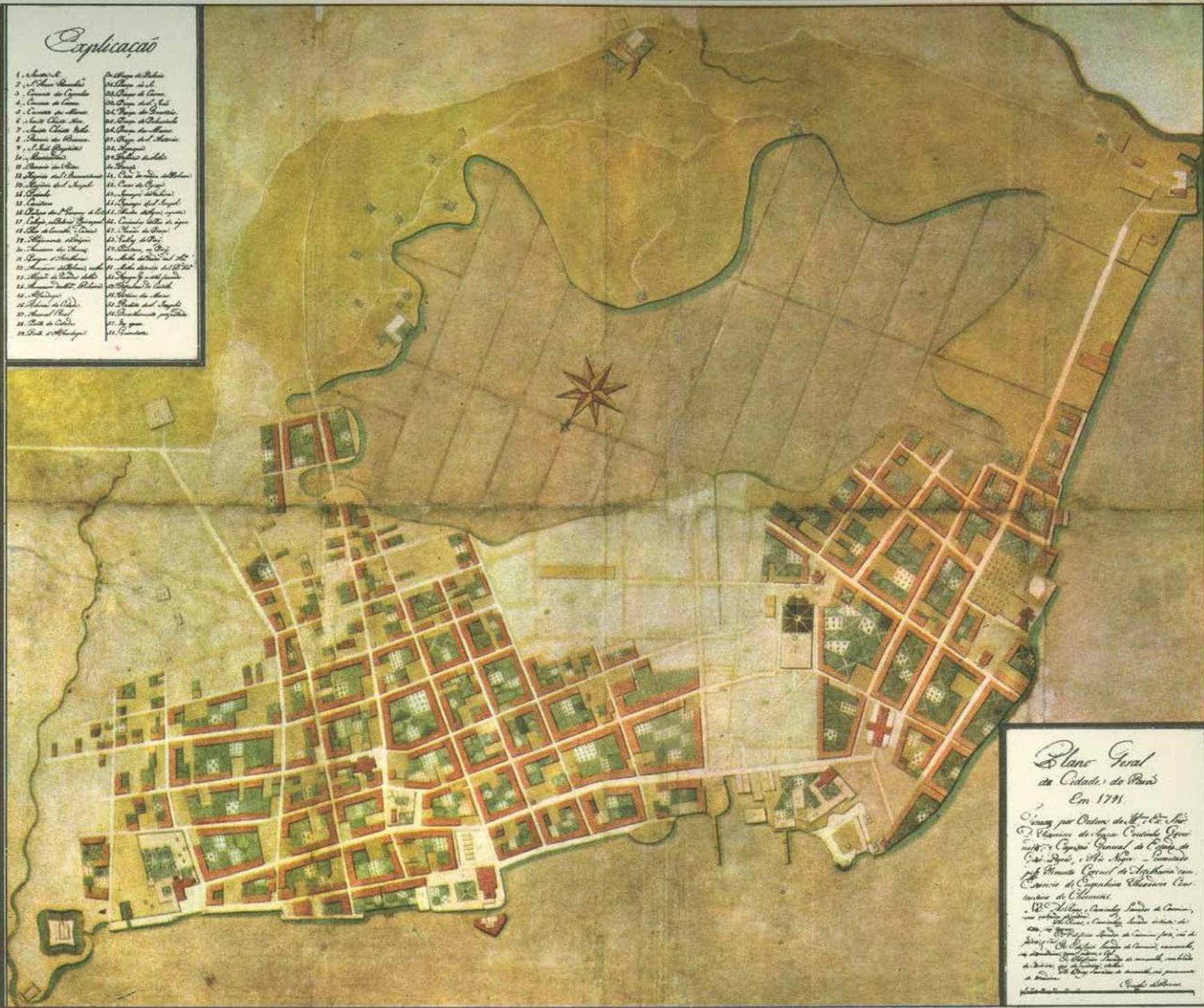
de Belem do Grao Para.



urquint!

# Explicação

- |                             |                           |
|-----------------------------|---------------------------|
| 1. Alameda                  | 24. Praça de S. Pedro     |
| 2. Alameda de S. João       | 25. Praça de S. João      |
| 3. Alameda de S. Francisco  | 26. Praça de S. Francisco |
| 4. Alameda de S. Antonio    | 27. Praça de S. Antonio   |
| 5. Alameda de S. Carlos     | 28. Praça de S. Carlos    |
| 6. Alameda de S. Pedro      | 29. Praça de S. Pedro     |
| 7. Alameda de S. João       | 30. Praça de S. João      |
| 8. Alameda de S. Francisco  | 31. Praça de S. Francisco |
| 9. Alameda de S. Antonio    | 32. Praça de S. Antonio   |
| 10. Alameda de S. Carlos    | 33. Praça de S. Carlos    |
| 11. Alameda de S. Pedro     | 34. Praça de S. Pedro     |
| 12. Alameda de S. João      | 35. Praça de S. João      |
| 13. Alameda de S. Francisco | 36. Praça de S. Francisco |
| 14. Alameda de S. Antonio   | 37. Praça de S. Antonio   |
| 15. Alameda de S. Carlos    | 38. Praça de S. Carlos    |
| 16. Alameda de S. Pedro     | 39. Praça de S. Pedro     |
| 17. Alameda de S. João      | 40. Praça de S. João      |
| 18. Alameda de S. Francisco | 41. Praça de S. Francisco |
| 19. Alameda de S. Antonio   | 42. Praça de S. Antonio   |
| 20. Alameda de S. Carlos    | 43. Praça de S. Carlos    |
| 21. Alameda de S. Pedro     | 44. Praça de S. Pedro     |
| 22. Alameda de S. João      | 45. Praça de S. João      |
| 23. Alameda de S. Francisco | 46. Praça de S. Francisco |
| 24. Alameda de S. Antonio   | 47. Praça de S. Antonio   |
| 25. Alameda de S. Carlos    | 48. Praça de S. Carlos    |
| 26. Alameda de S. Pedro     | 49. Praça de S. Pedro     |
| 27. Alameda de S. João      | 50. Praça de S. João      |
| 28. Alameda de S. Francisco | 51. Praça de S. Francisco |
| 29. Alameda de S. Antonio   | 52. Praça de S. Antonio   |
| 30. Alameda de S. Carlos    | 53. Praça de S. Carlos    |
| 31. Alameda de S. Pedro     | 54. Praça de S. Pedro     |
| 32. Alameda de S. João      | 55. Praça de S. João      |
| 33. Alameda de S. Francisco | 56. Praça de S. Francisco |
| 34. Alameda de S. Antonio   | 57. Praça de S. Antonio   |
| 35. Alameda de S. Carlos    | 58. Praça de S. Carlos    |
| 36. Alameda de S. Pedro     | 59. Praça de S. Pedro     |
| 37. Alameda de S. João      | 60. Praça de S. João      |
| 38. Alameda de S. Francisco | 61. Praça de S. Francisco |
| 39. Alameda de S. Antonio   | 62. Praça de S. Antonio   |
| 40. Alameda de S. Carlos    | 63. Praça de S. Carlos    |
| 41. Alameda de S. Pedro     | 64. Praça de S. Pedro     |
| 42. Alameda de S. João      | 65. Praça de S. João      |
| 43. Alameda de S. Francisco | 66. Praça de S. Francisco |
| 44. Alameda de S. Antonio   | 67. Praça de S. Antonio   |
| 45. Alameda de S. Carlos    | 68. Praça de S. Carlos    |
| 46. Alameda de S. Pedro     | 69. Praça de S. Pedro     |
| 47. Alameda de S. João      | 70. Praça de S. João      |
| 48. Alameda de S. Francisco | 71. Praça de S. Francisco |
| 49. Alameda de S. Antonio   | 72. Praça de S. Antonio   |
| 50. Alameda de S. Carlos    | 73. Praça de S. Carlos    |
| 51. Alameda de S. Pedro     | 74. Praça de S. Pedro     |
| 52. Alameda de S. João      | 75. Praça de S. João      |
| 53. Alameda de S. Francisco | 76. Praça de S. Francisco |
| 54. Alameda de S. Antonio   | 77. Praça de S. Antonio   |
| 55. Alameda de S. Carlos    | 78. Praça de S. Carlos    |
| 56. Alameda de S. Pedro     | 79. Praça de S. Pedro     |
| 57. Alameda de S. João      | 80. Praça de S. João      |
| 58. Alameda de S. Francisco | 81. Praça de S. Francisco |
| 59. Alameda de S. Antonio   | 82. Praça de S. Antonio   |
| 60. Alameda de S. Carlos    | 83. Praça de S. Carlos    |
| 61. Alameda de S. Pedro     | 84. Praça de S. Pedro     |
| 62. Alameda de S. João      | 85. Praça de S. João      |
| 63. Alameda de S. Francisco | 86. Praça de S. Francisco |
| 64. Alameda de S. Antonio   | 87. Praça de S. Antonio   |
| 65. Alameda de S. Carlos    | 88. Praça de S. Carlos    |
| 66. Alameda de S. Pedro     | 89. Praça de S. Pedro     |
| 67. Alameda de S. João      | 90. Praça de S. João      |
| 68. Alameda de S. Francisco | 91. Praça de S. Francisco |
| 69. Alameda de S. Antonio   | 92. Praça de S. Antonio   |
| 70. Alameda de S. Carlos    | 93. Praça de S. Carlos    |
| 71. Alameda de S. Pedro     | 94. Praça de S. Pedro     |
| 72. Alameda de S. João      | 95. Praça de S. João      |
| 73. Alameda de S. Francisco | 96. Praça de S. Francisco |
| 74. Alameda de S. Antonio   | 97. Praça de S. Antonio   |
| 75. Alameda de S. Carlos    | 98. Praça de S. Carlos    |
| 76. Alameda de S. Pedro     | 99. Praça de S. Pedro     |
| 77. Alameda de S. João      | 100. Praça de S. João     |



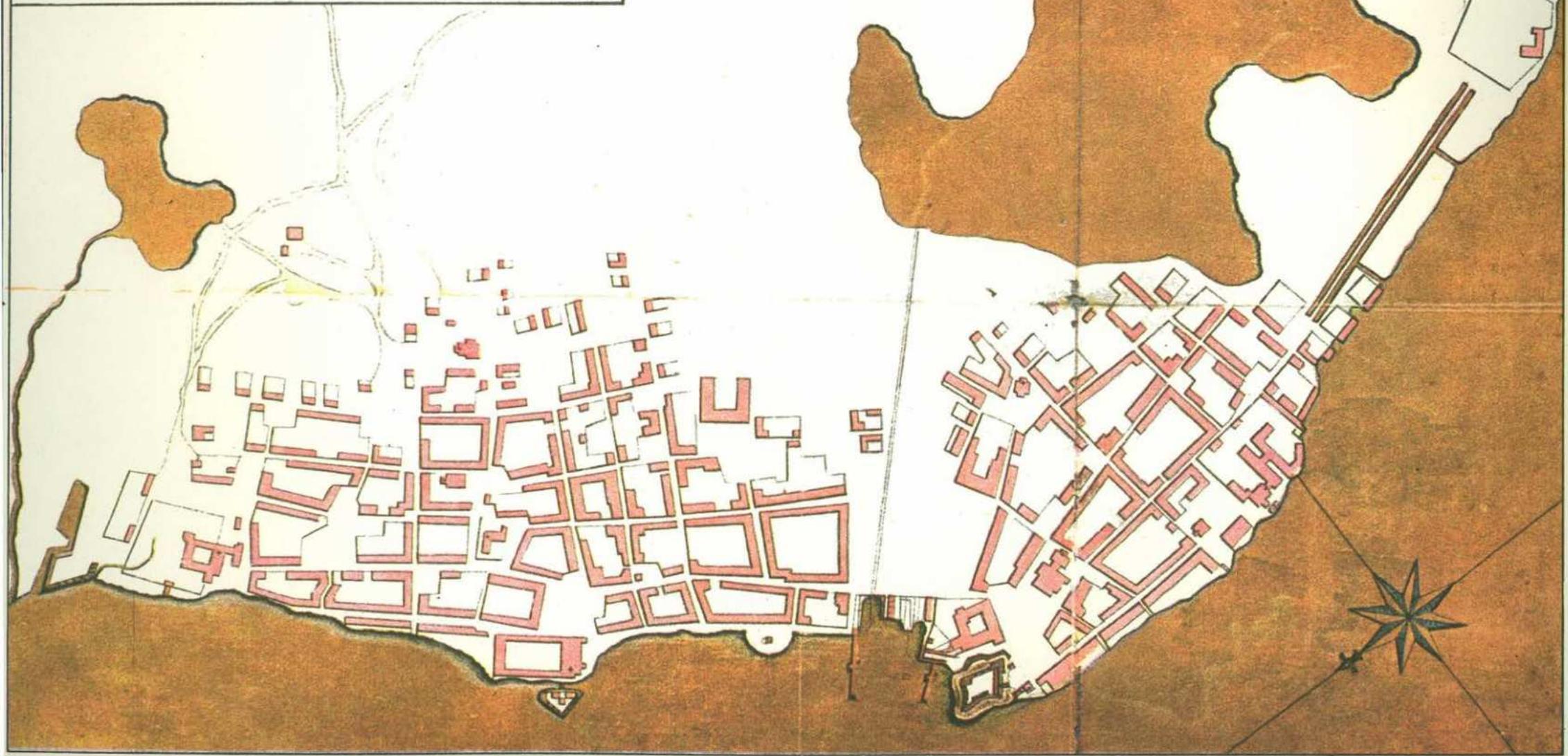
## Plano Geral da Cidade do Pará Em 1791

Desenhado por Antonio de Sá, e de Sá  
 e publicado de ordem do Excmo. Sr.  
 Governador da Capitania do Pará  
 Sr. D. João de Sá, e Sá - Comandante  
 da Armada Real de S. Paulo com  
 o Excmo. Sr. Governador da Capitania  
 de S. Paulo Sr. D. João de Sá  
 - 1791 -

PLANTA GERAL DA CIDADE DO PARÁ (1791)

*Planta da antiga Cidade do Pará*

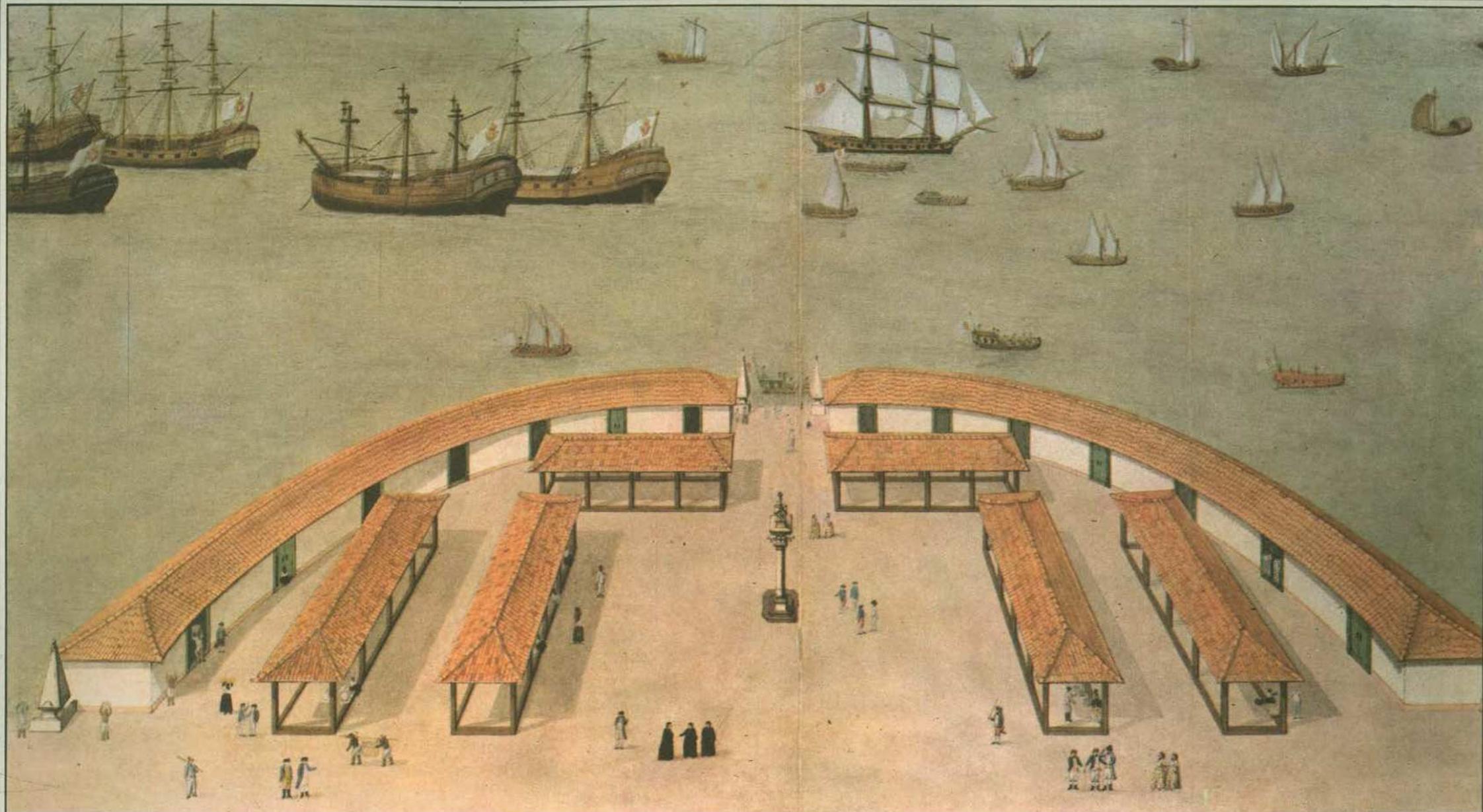
1<sup>o</sup> 2<sup>o</sup> 4<sup>o</sup> 6<sup>o</sup> 8<sup>o</sup> 12<sup>o</sup> Braças.



PLANTA DA ANTIGA CIDADE DO PARÁ



IGREJA E PRAÇA DAS MERCÊS, BELÉM



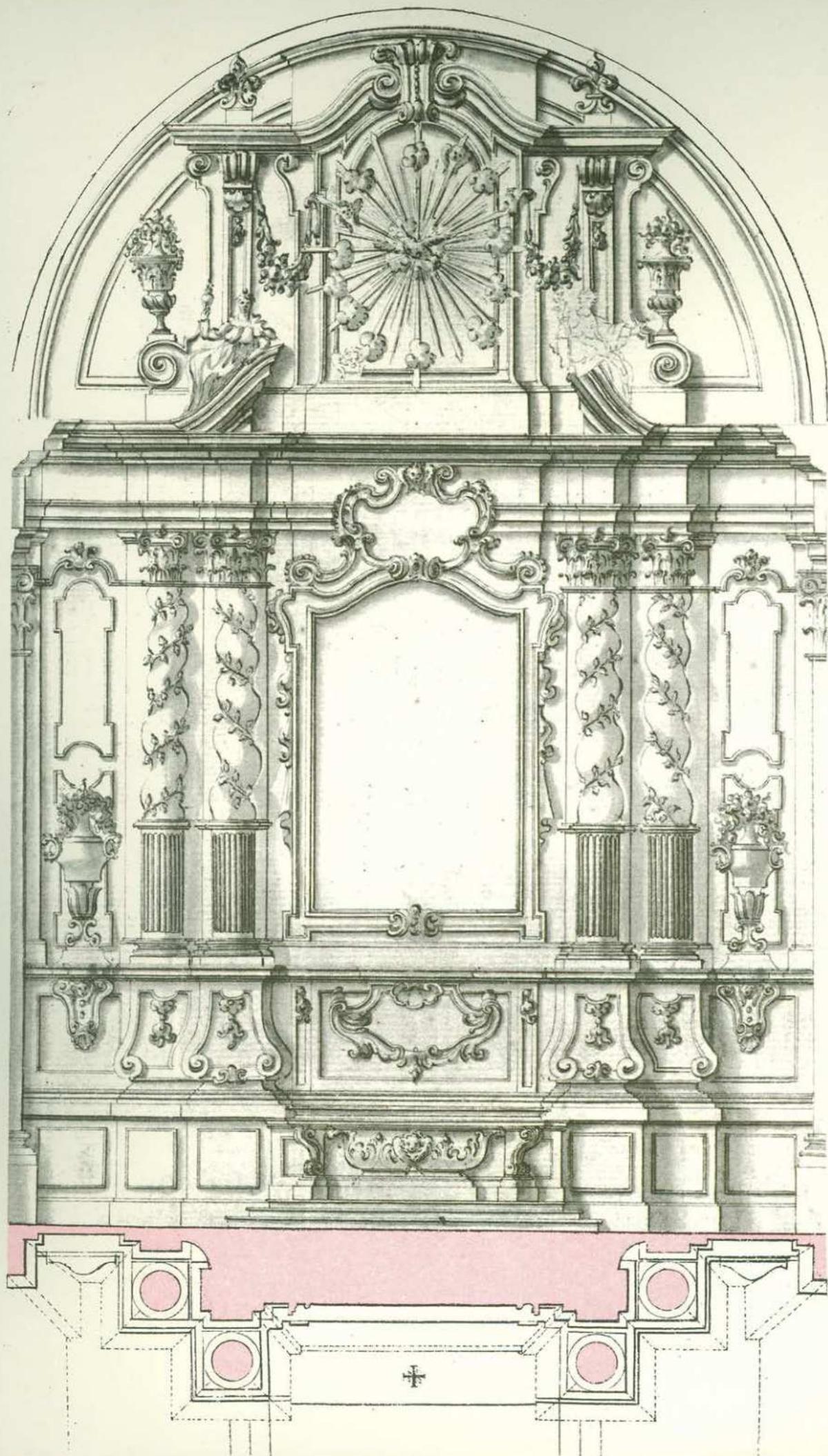
Prospeto da nova Praça do Pelourinho, mandada fazer pelo Gov. e Cap. General  
D. Francisco de Sousa Coutinho.  
Representa a sahida do novo bergantim de guerra N.º 1, que o mesmo fez construir.



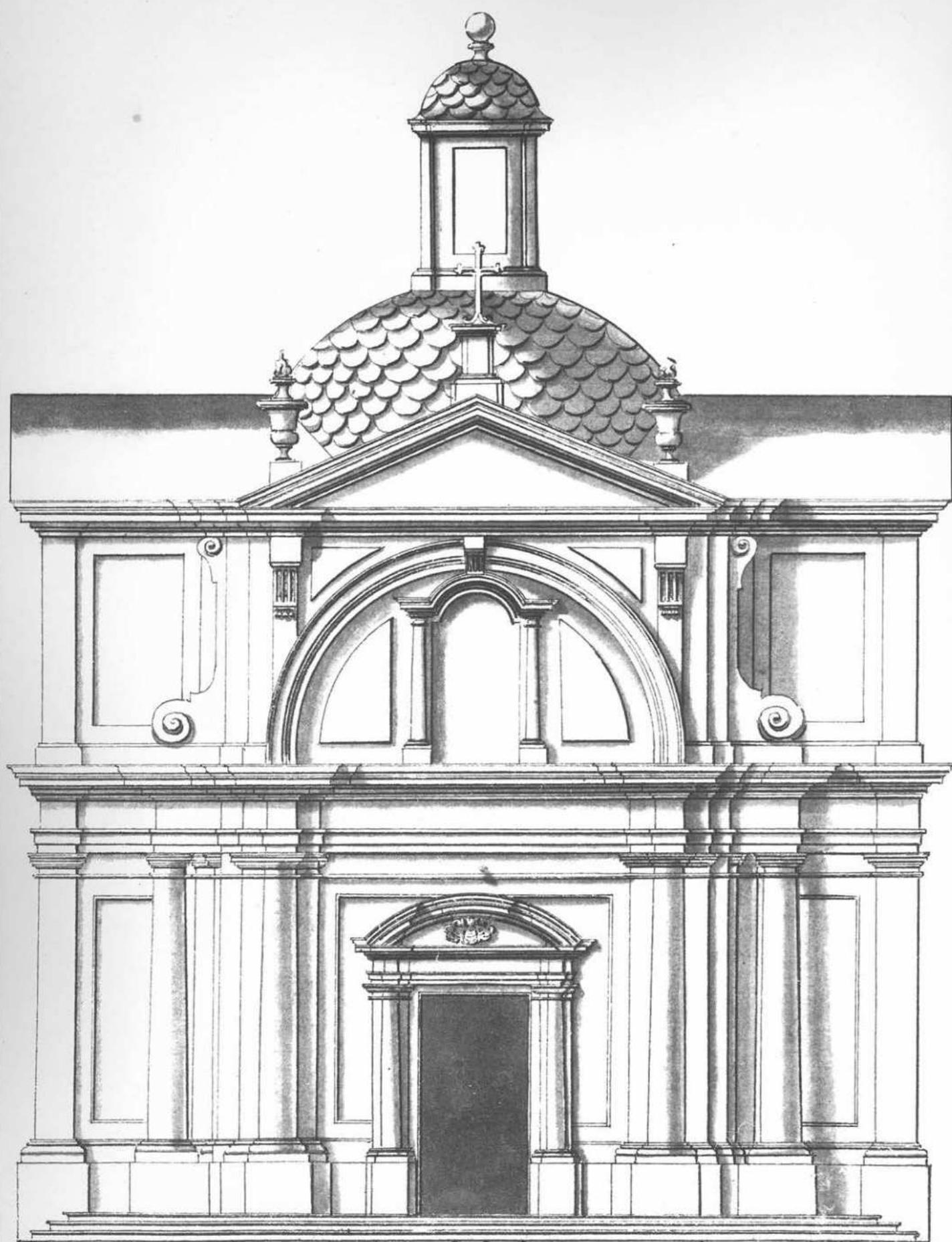
*Prospecto da Frontaria da Igreja da Sé.*



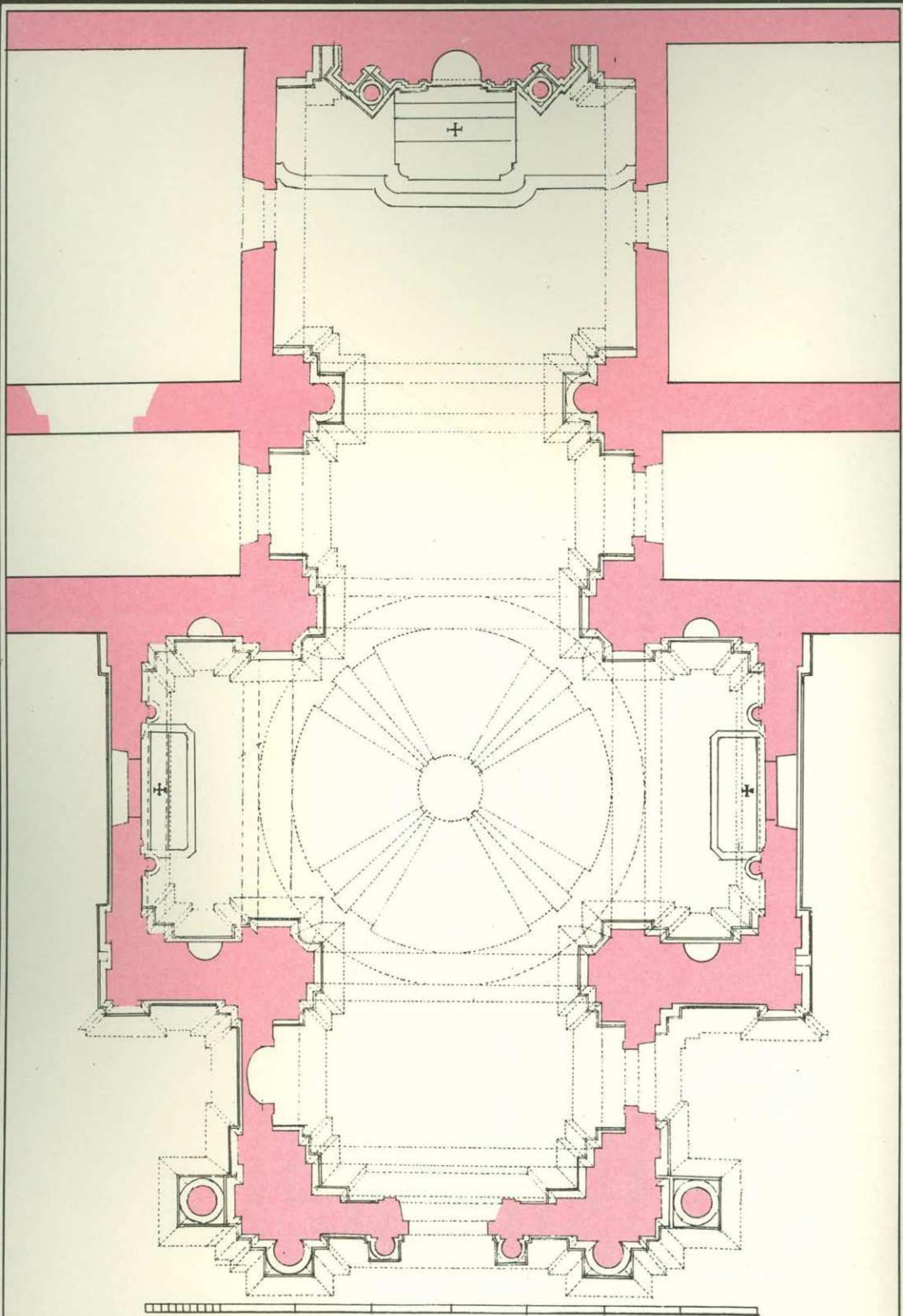
1. *Projeto da Frontaria da Igreja dos Carmelitas Calçados.*  
2. *Ordem terceiro.*



Retábulo da Capella mor. da 197ta Cathedral, da Cidade do Pava.  
 Inventou-o gratis o Capitão Antonio Joseph Sandi, Architecto Regio,  
 e deu-o p.<sup>o</sup> do Real Gabinete de Historia Natural.

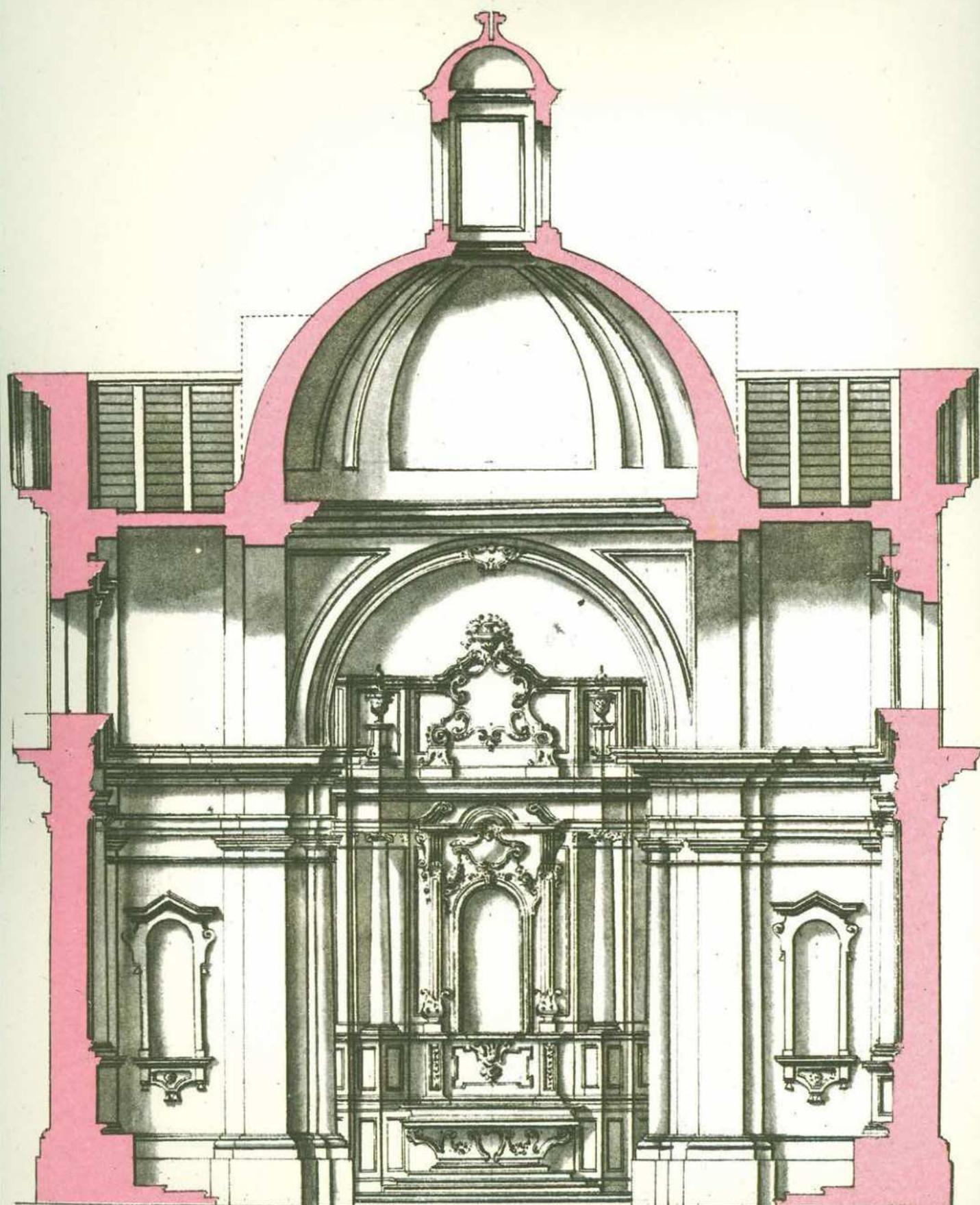


Frontaria da Igreja Matriz de S. Anna, da Cidade do Pará  
Inventou-a (grat<sup>is</sup>) o Capitão Antonio Joseph Sandi, Architecto  
Regio, e deu-a para o Real Gabinete de Historia Natural.

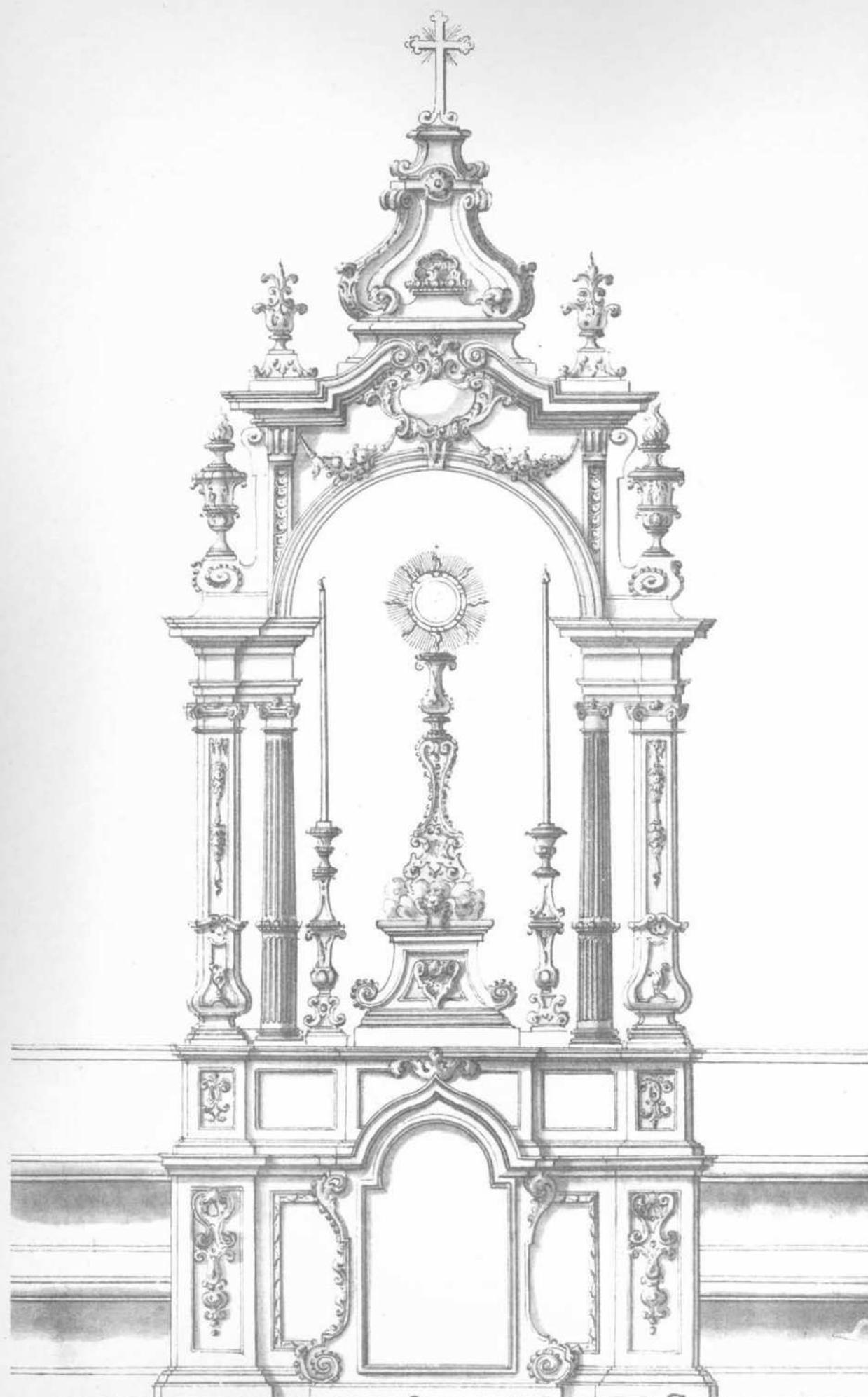


Planta da Igreja matriz de S. Anna.  
 Inventou-a (Projector) o Capitão Antonio José de S. André Architecto Regio,  
 e deu a p.<sup>o</sup> o Chefe Gabinete de Historia Natural

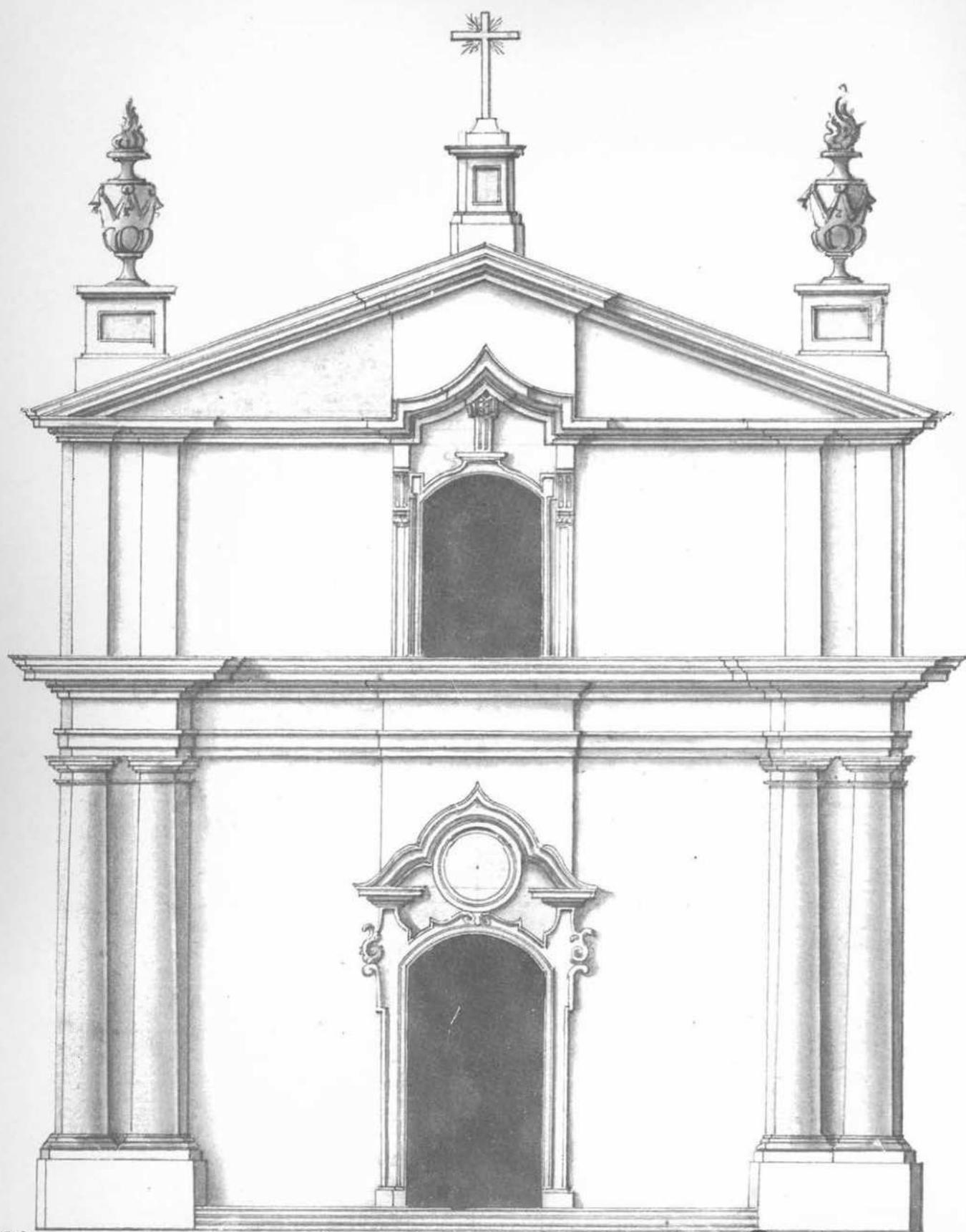




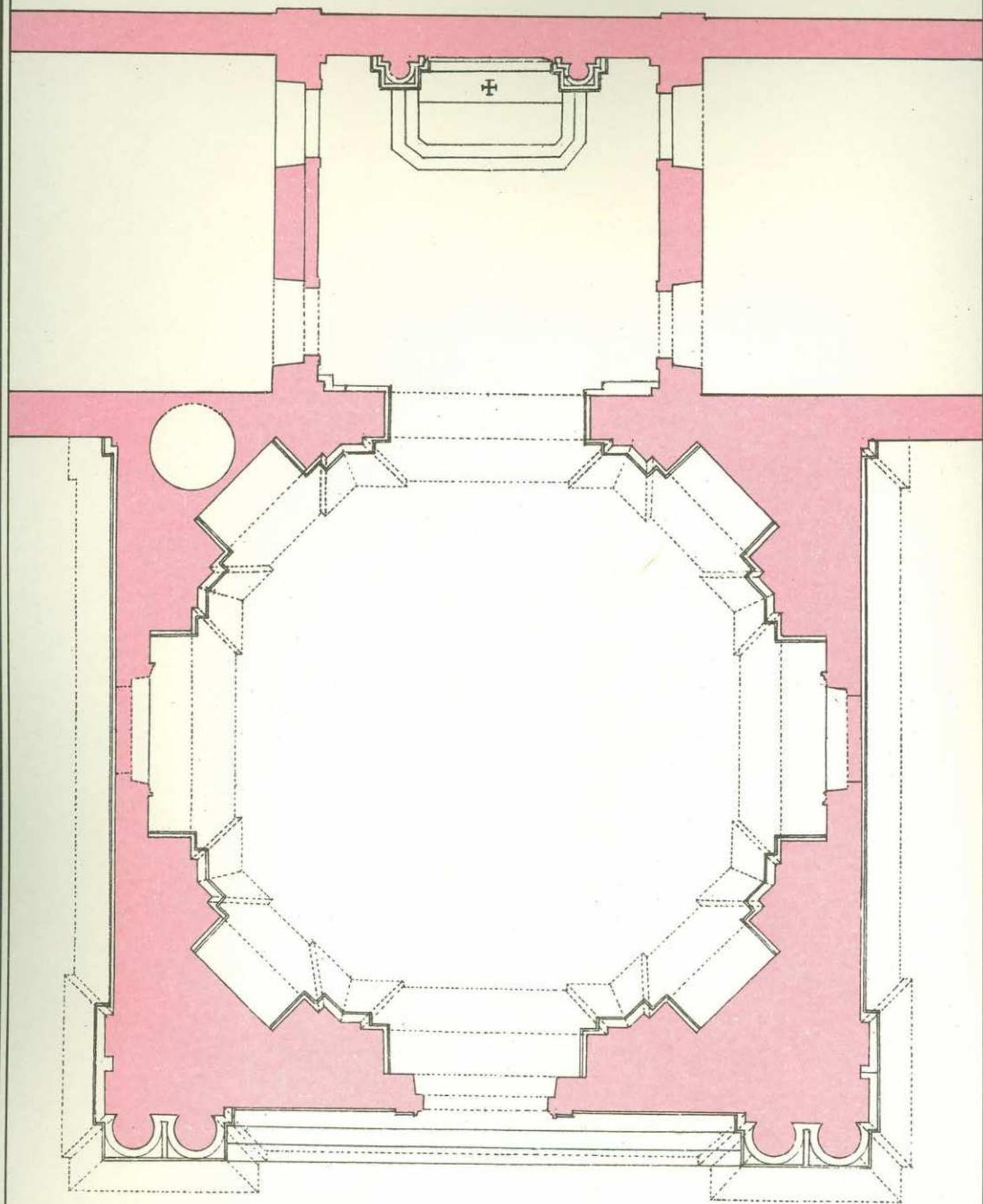
Espacado, pelo qual se vê o Retabulo da Capella. mor, da 799.<sup>a</sup>  
 Matriz de S. Espirito. Inventou-o (gratis) o Capitão A. de  
 Joseph Landi Architecto Regio, e deu-o para o Real Gabinete  
 de Historia Natural.



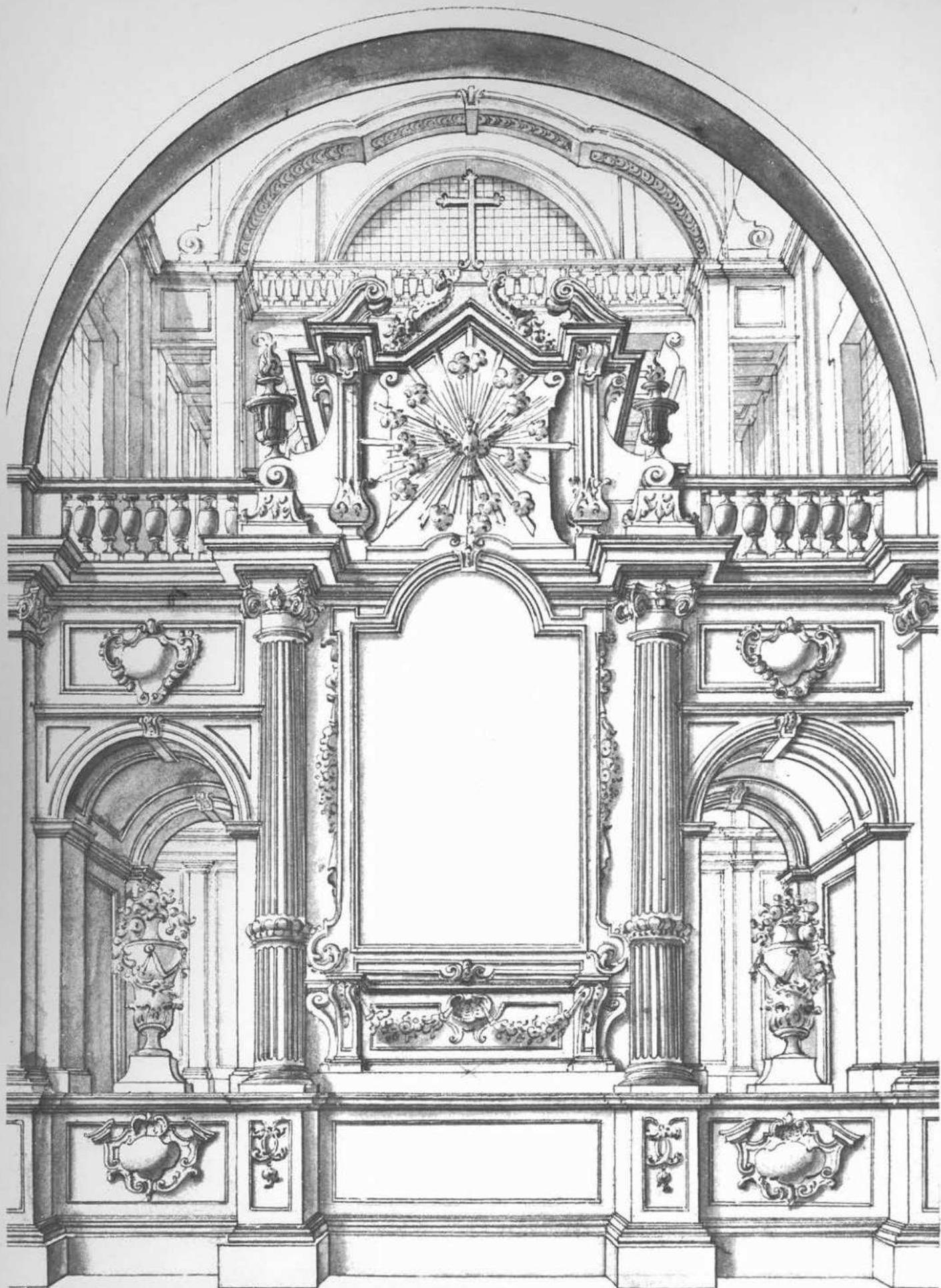
Sacristia da Capella mór da Igreja de S. Anna.  
Inventou-o (gratis) o Capitão Antonio Joseph Landi, Architedo  
e deu-o para o Real Gabinete de Historia Natural.



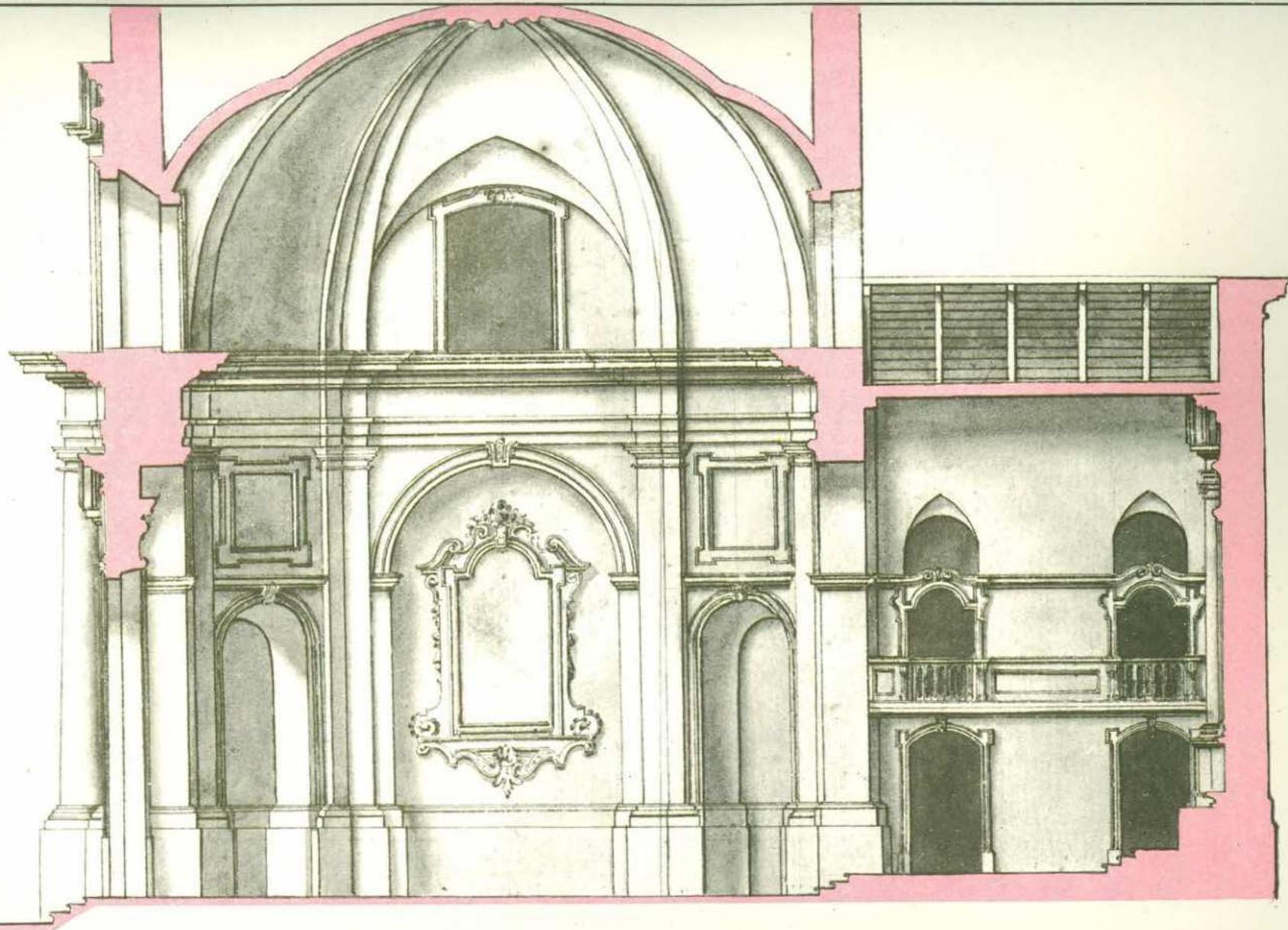
Frontaria da Capella de S. João, da Cidade do Paraty  
Inventou-a, gratis o Capitão Antonio Joseph Landi, Architedo  
Regio, e deu-a para o Real Gabinete de Historia Natural.



Planta da Capella de S. João.  
Inventou-a, (gratis) o Capitão Antonio Josepê Sandi, Architecto  
Regio, e deu-a para o Real Gabinete de Historia Natural.



Retábulo de perspectiva da Capella mor da Capella de S. João.  
 Desenhou-o, gratis o Capitão Antonio José de Sancti, Architect. Reg.  
 Ideu-o para o Real Gabinete de Historia Natural.



Esquacato do interior da Capella de S. Joao.  
Inventou-o, gratis, o Capitão Antonio Joseph Sandi, Architecto Regio,  
e deu-o p.<sup>a</sup> do Real Gabinete de Historia Natural.



*Prospecto da fronteira exterior do Palácio da Residência dos  
Generaes da C. e Capitania do Pará (5)*

*J. J. Ordine. anno 1776.*

PALÁCIO RESIDENCIAL DOS GENERAIS, BELÉM



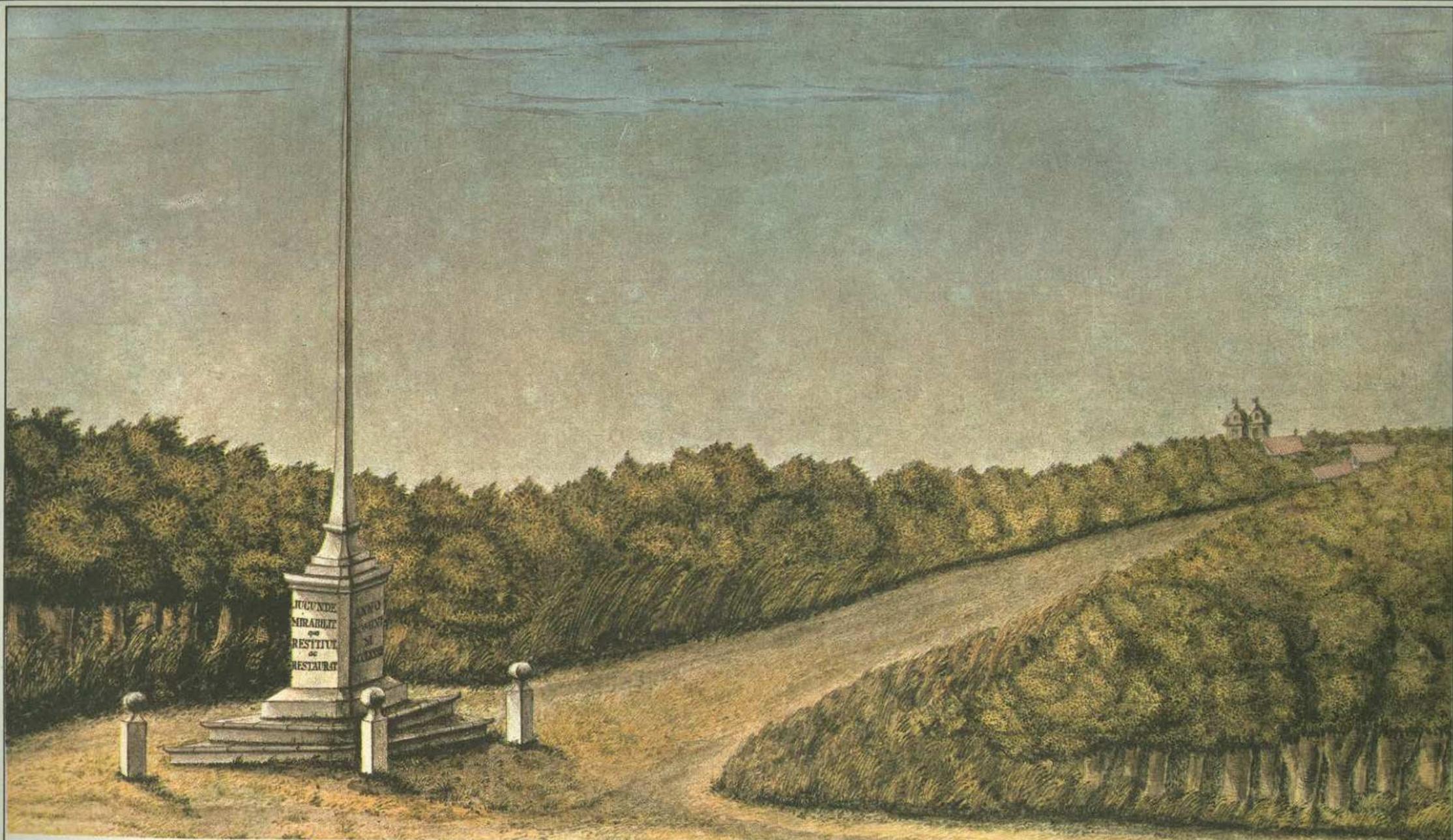
*Frontaria posterior do mesmo Palácio para a parte do jardim.*

*J. J. Lima. anno 2. 1784.*



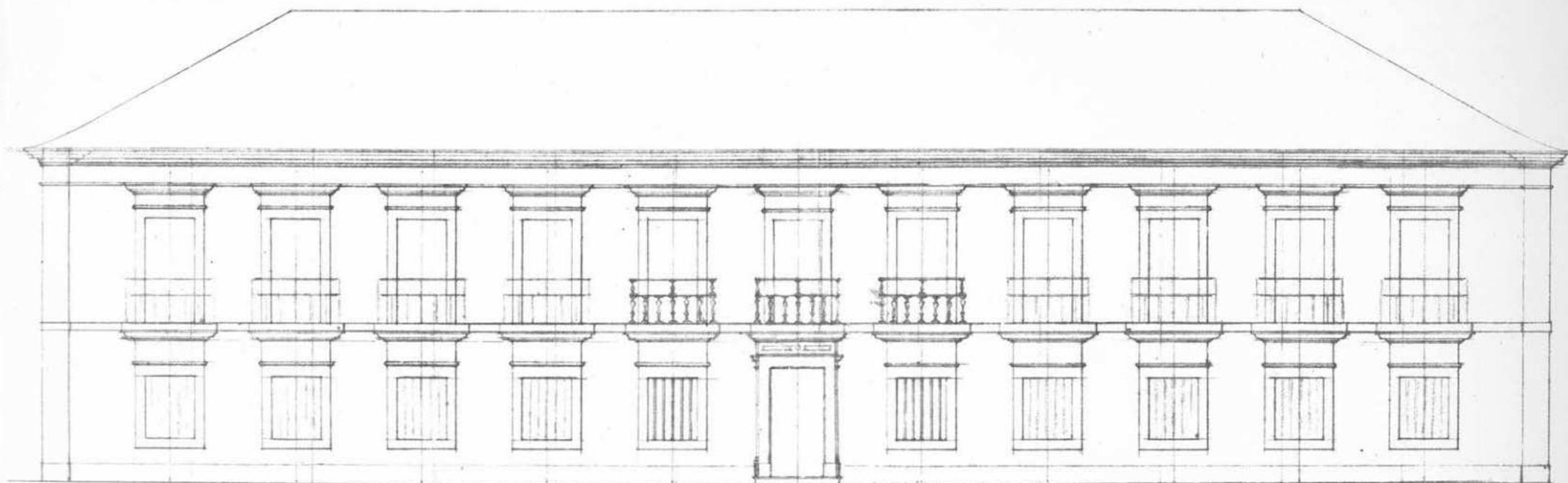
8.º 8.º Uniforme do Cerco Auxiliar da Cidade, deq. he Mestre de Campo Marcos Jose Monteiro de Carvalho e Briga Coelho.  
 8.º 2.º D.º do Povo da Campina, deq. he Mestre de Campo Lourenco Furtado de Vasconcellos.

Jose Joaquim Freire, anno 1754.

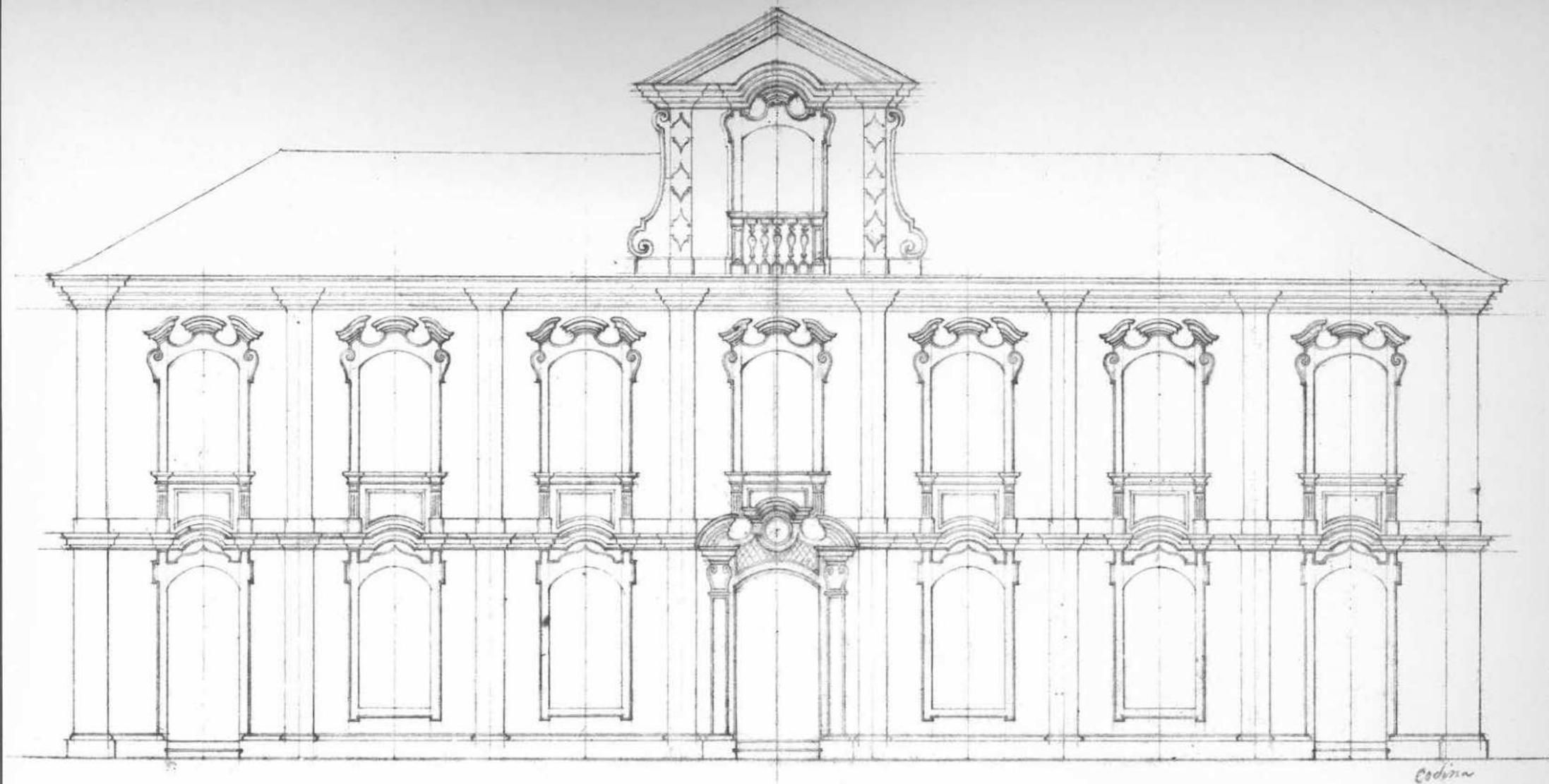


*Prospeto da Praça da Concorôdia e Agulha, que nella esigio para memoria do Gov.<sup>o</sup> e Cap.<sup>o</sup> General José de Nogueira Pallo de Almeida,  
no anno de 1782.*

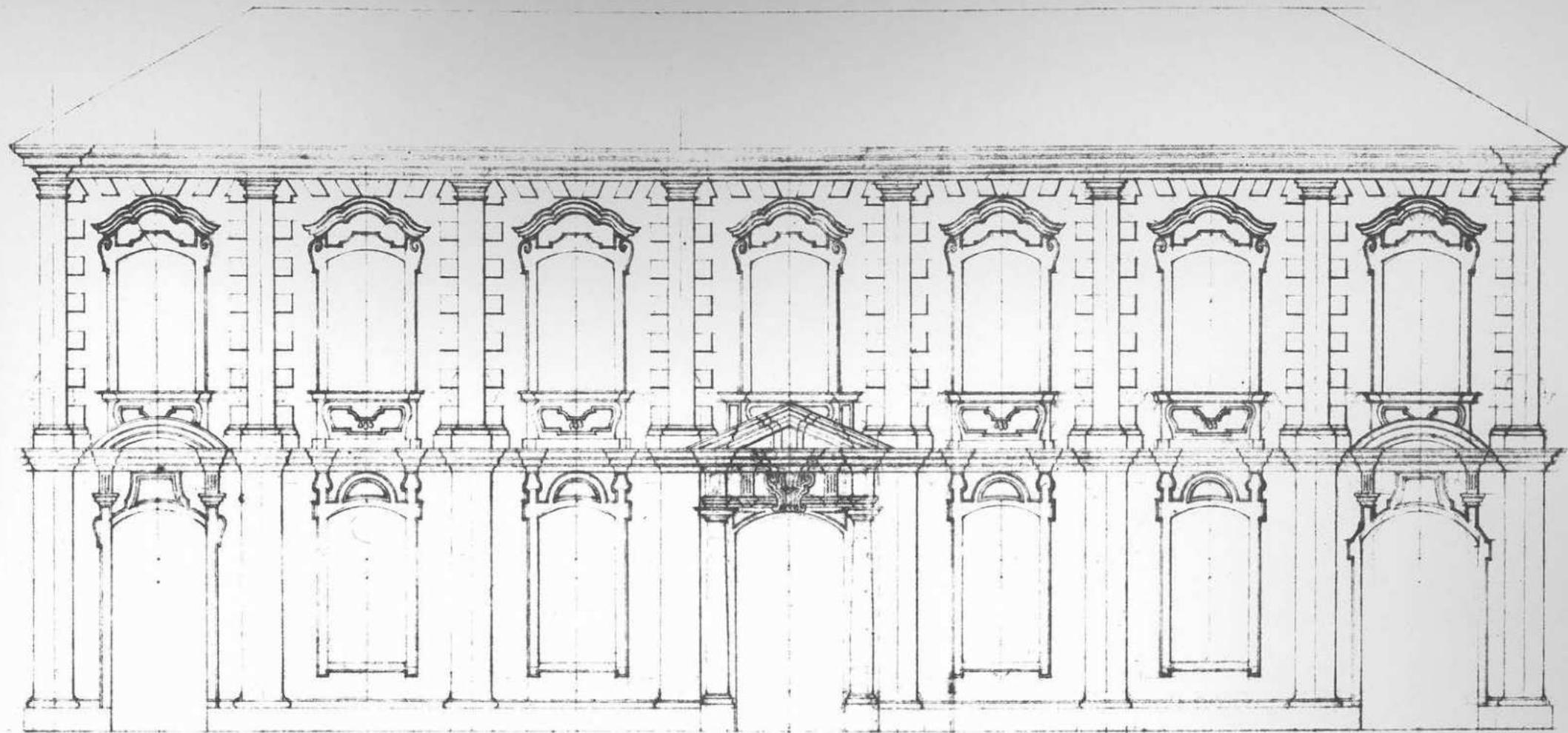
*Joze Joaquim Freire. anno 1784.*



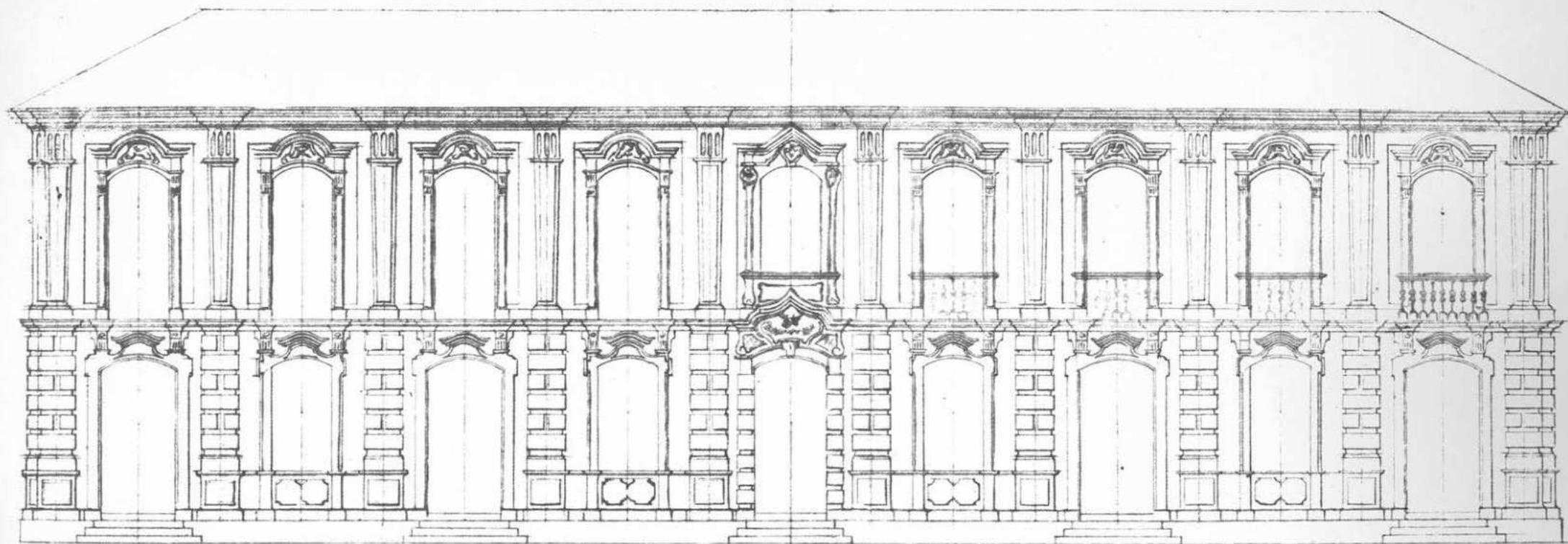
*Frontaria do Hospital Real Militar.*



*Frontaria das Casas do Alferes Antonio de Souza, em Azevedo.*

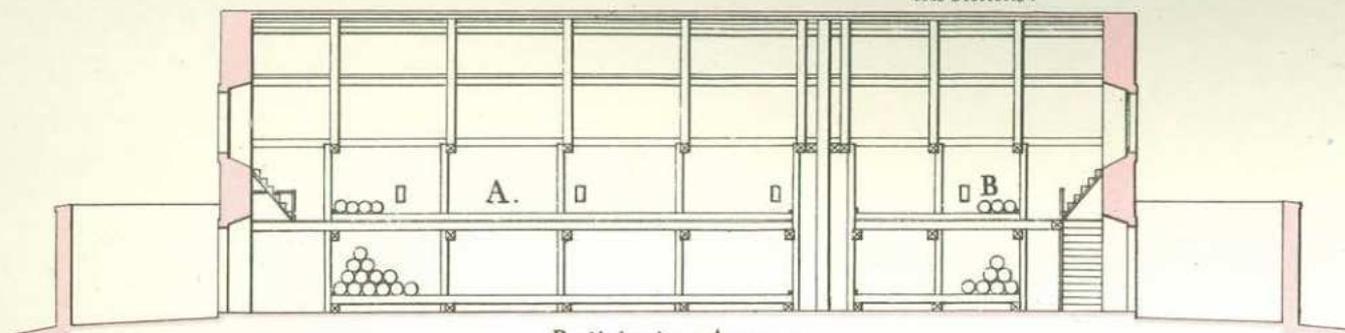


*Frontaria das Casas do Capitão João Manoel Rodrigues.*

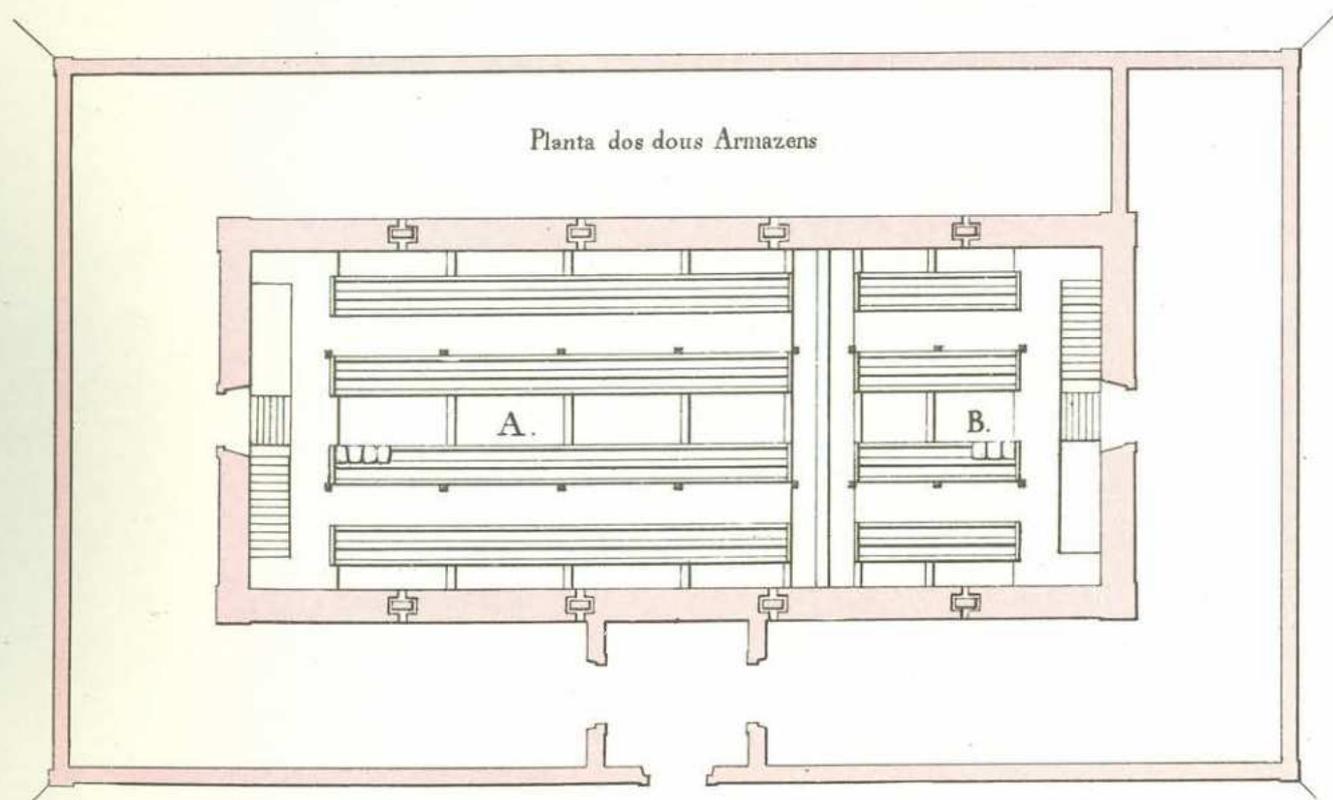
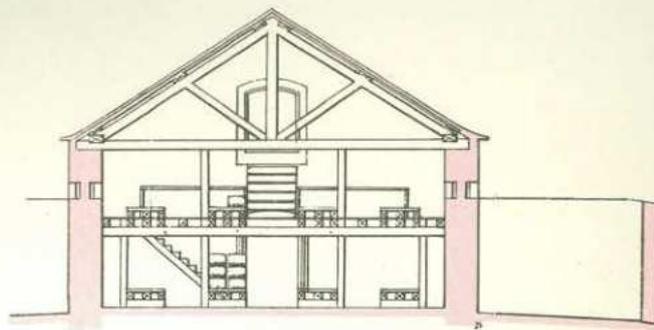


*Frontaria das Casas de Manuel Paímundo Alves da Cunha.*

*Planta, e perfis do Armazem da Polvora da Cidade do Pará Edificado por Ordem do Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. D. Francisco de Souza Coutinho do Conselho de S. Mag.<sup>o</sup> seu Governador e Capitão General das Capitanias do Pará e Rio Negro, nos sitio do Alura, na distancia de quazi tres leguas a Leste da Cidade.*



Perfil dos dous Armazens.



Planta dos dous Armazens

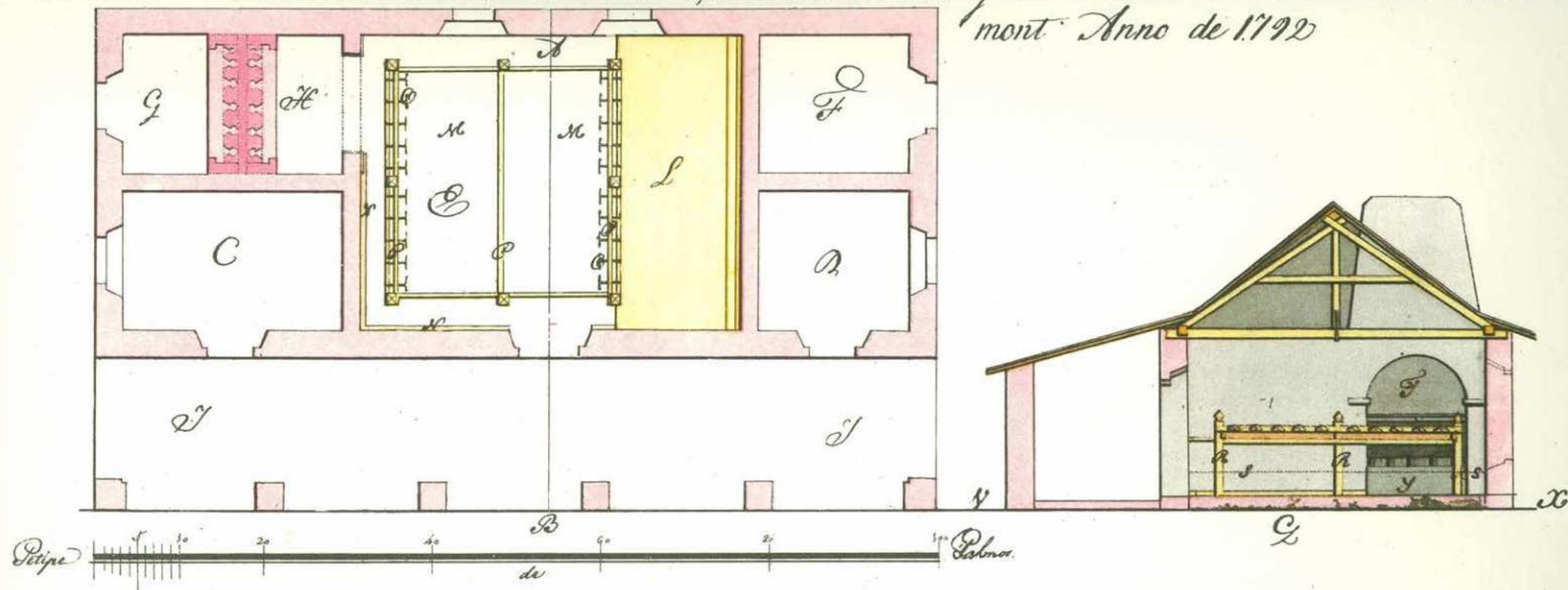


Porta principal para os dous Armazens.

- A. Armazem da Polvora de S.M. o qual tem hum baileo, para accomodar mavor quantidade de Barris.
- B. Armazem dos Particulares em tudo semelhante ao primeiro, menos no comprimento.



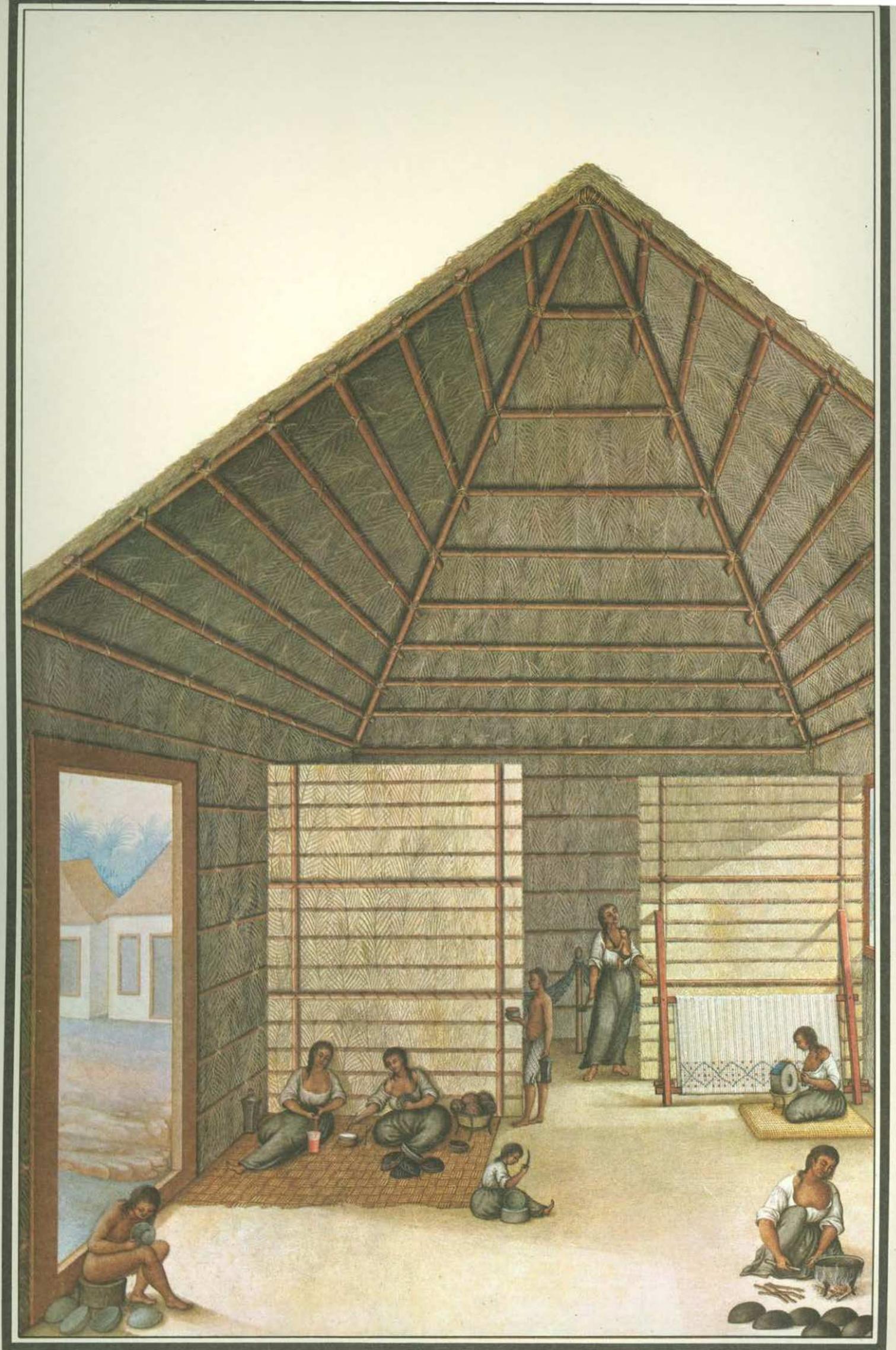
Planta e espaço do Quartel Militar para a Guarnição da nova Casa da Pólvora edificada por Ordem do M.<sup>to</sup> e Ex.<sup>to</sup> Sr.<sup>o</sup> D. Francisco de Souza Coutinho do Conselho de S. Mage.<sup>stade</sup> Sr.<sup>o</sup> seu Governador, e Capitão General das Capitánias do Pará, e Rio Negro, no sítio do Auro: na distancia de quare tres legoas, a leste da Cidade. Pelo Tenente Coronel de Artilharia, com Exercício de Engenheiro Theodosio Constantino de Chermont Anno de 1792



A, B. Planta Ichonographica.  
 C. Quartel do Commandante.  
 D. Quartel do Sargento.  
 E. Quartel dos Soldados.  
 F. Casa do Fiel do Armazem.  
 G. Cozinha do Commandante.  
 H. Cozinha dos Soldados.

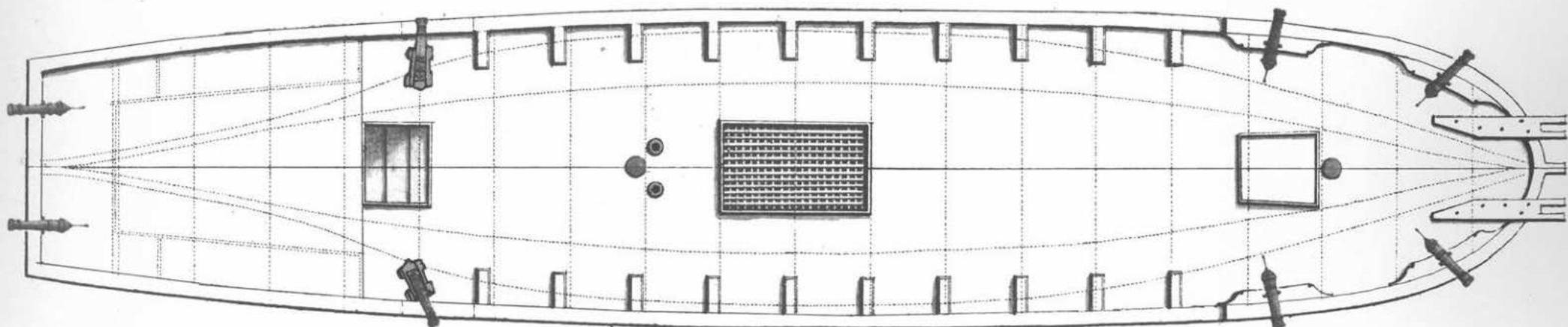
I. Copiar, ou Varanda coberta.  
 L. Sarimba para os Soldados.  
 M. Lugar d'armar as Vedes.  
 N. Cabide para as Armas.  
 O. Cabide para as Patronas, e Bol  
 driés.  
 P. Paos de fileira d'armar as Vedes.

Q. Espaço levantado sobre a linha A B.  
 R. Pilares p. armadores das Vedes, e Cab. de Patronas.  
 S. Taboado da Sarimba.  
 T. Chaminé Com mui a aos dous Quartéis.  
 V. X. Linha do Plano da terra.  
 Y. Elevação do puzo, sobre o plano da terra.  
 Z. Maca de terra para o Sóllo da Chaminé.



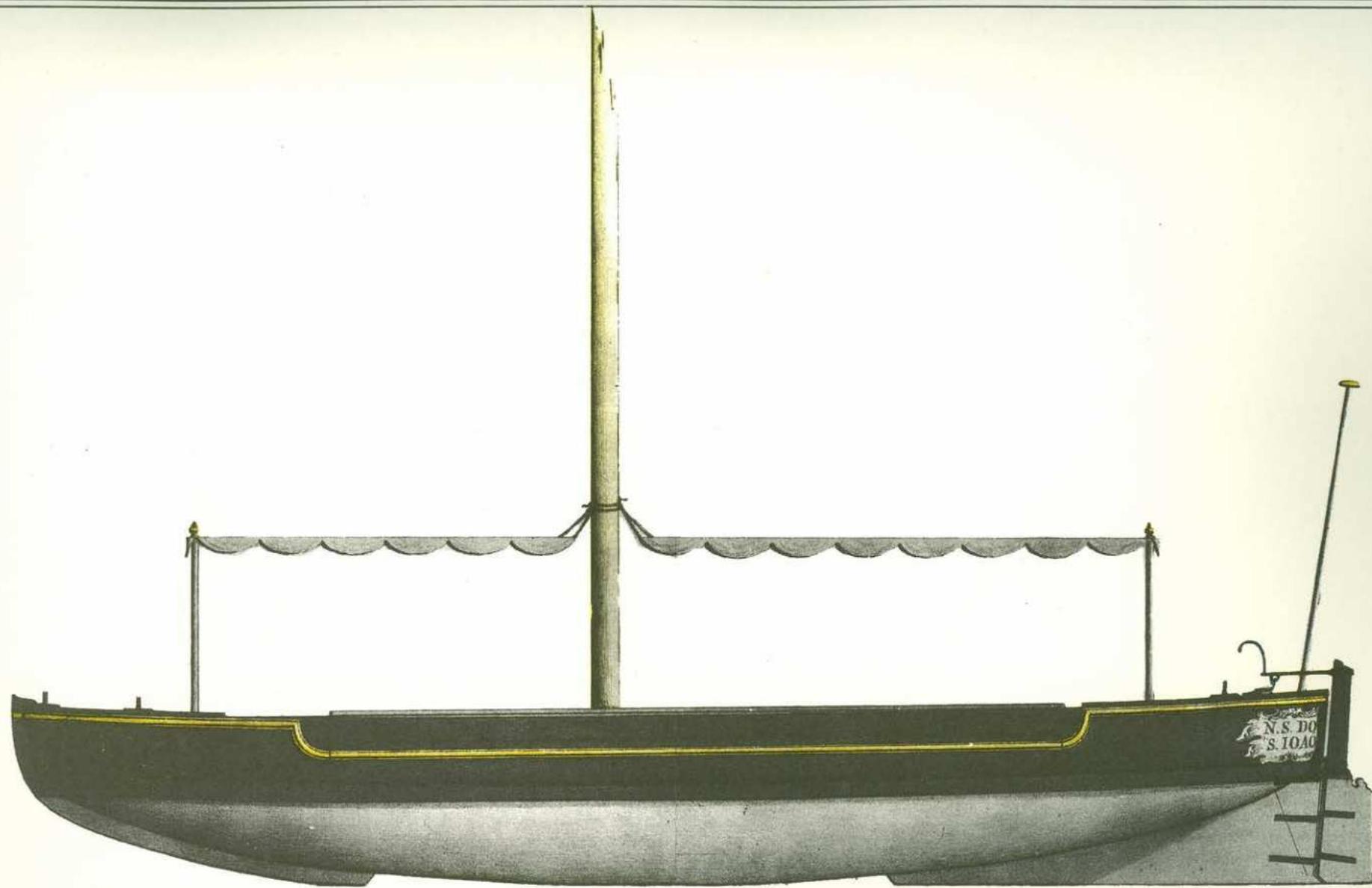
CASA DAS INDIAS DE MONTE ALEGRE



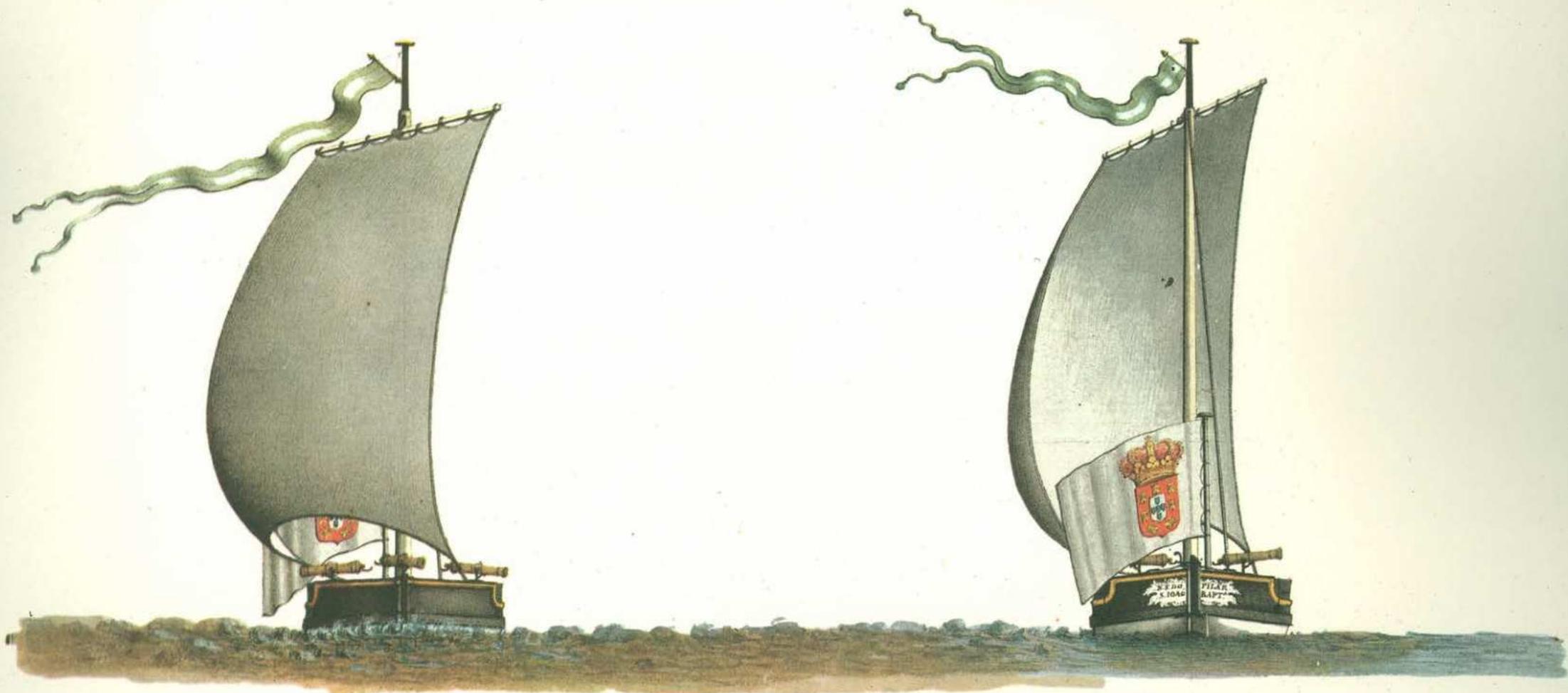


*Planta do Barco de Guerra Tab. 5<sup>va</sup>*



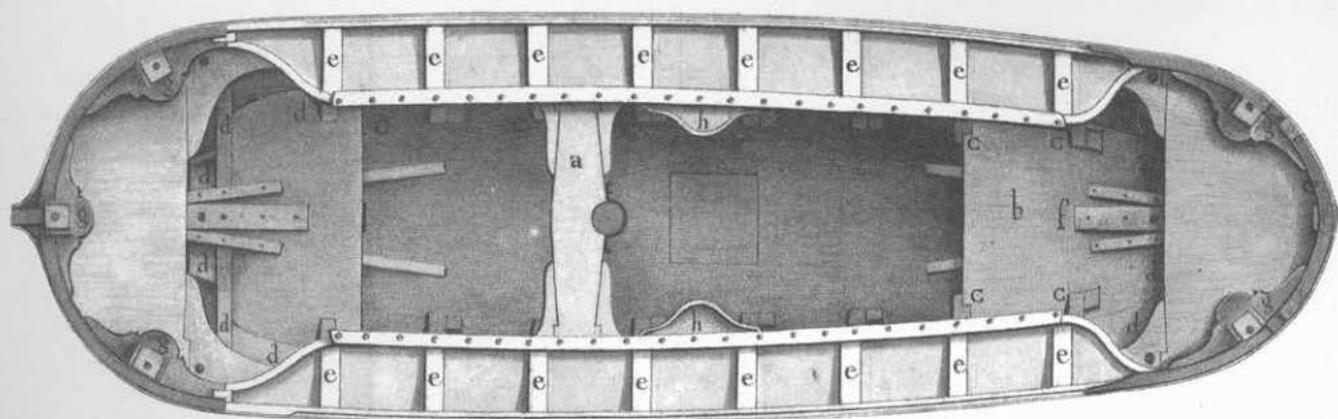


*Canoa Artilheira N. S. do Pilar S. João Baptista*  
*em tudo semelhante a outra da Invocaçao de N. S. da Graça, S. Joseph; ambas feitas na Ribeira da Villa*  
*de Barcellos, em anno de 1783, por ordem do Illm. e Exm. Sr. Joao Pereira Caldas; e qual as mandou*  
*construir pelo Mestre, Romualdo Joseph de Andrade, de baixo da Direcçao do Tenente Coronel Joao Baptista Martel.*



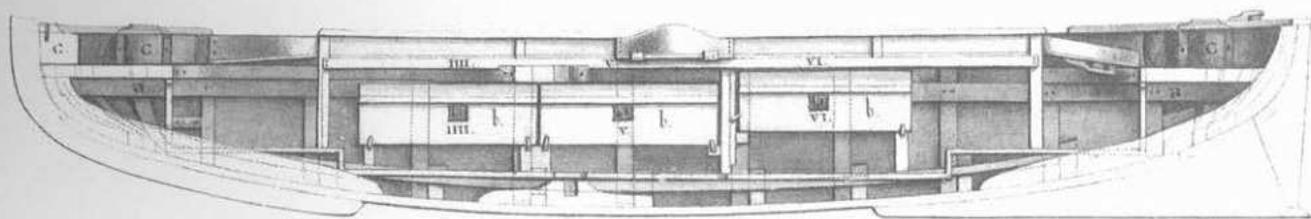
*Prospecto da mesma  
Em Bôja, e pela Bôia.*





## PLANTA DA CANOA ARTILHEIRA TAB. 7

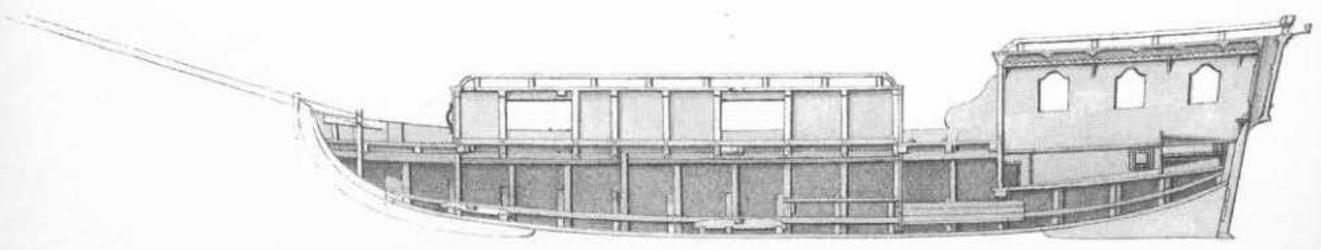
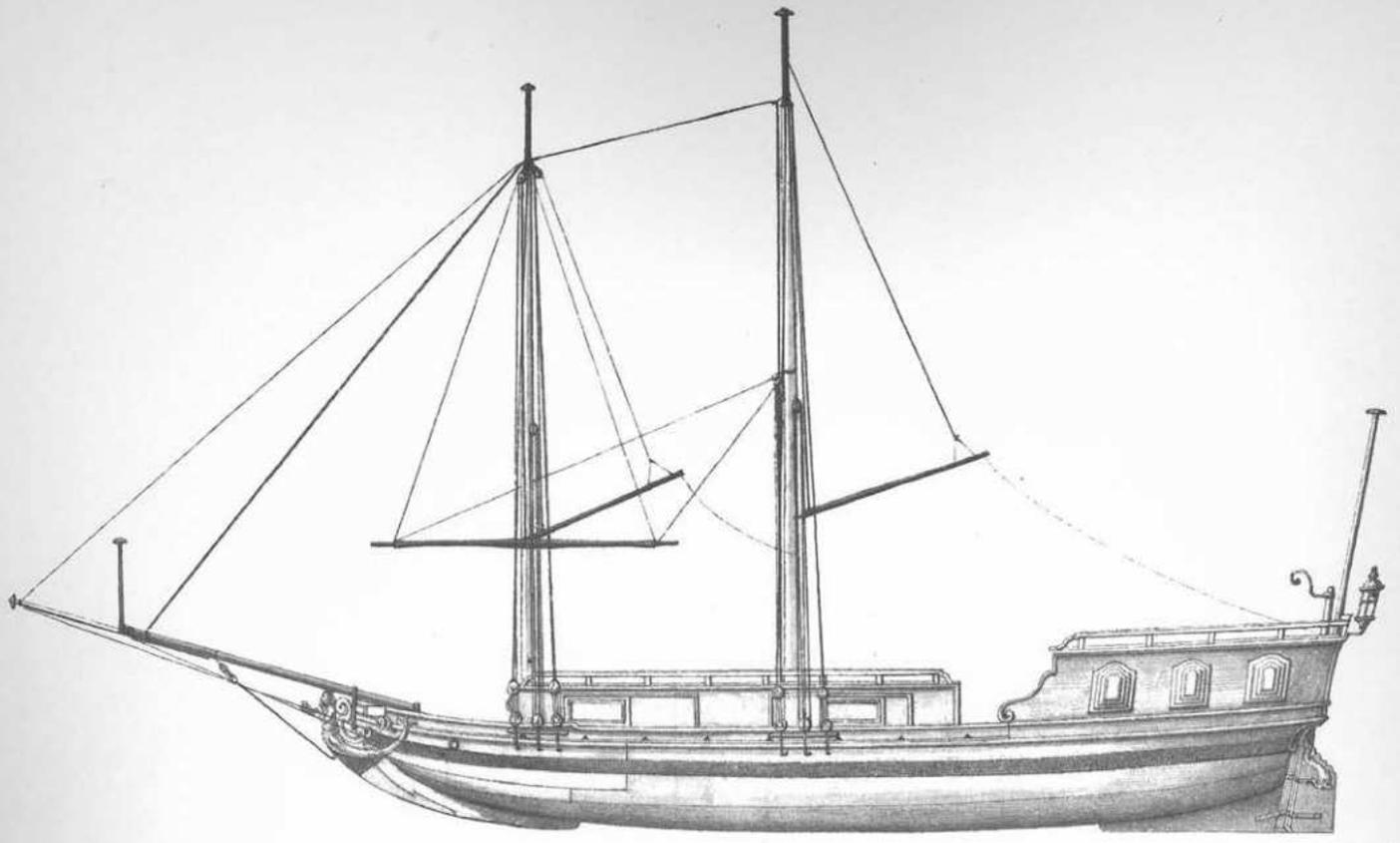
a. Official Commandante. b. Dno Inferior. c. Soldados Fuzileiros.  
 d. Dnos Artilheiros. e. Remeiros. f. Piloto. g. Cepos em que vão  
 montadas as Peças sobre as suas forquilhas ternarias. h. Pias,  
 que recebem a agoa, quando se esgota a Canoa pela Arca i.



1 2 3 4 5 10 15 20 25 30 Palmas

Espacato da dita.

- | a. | Escotilhoens de Pôpa, e de Prôa, os quaes servem de Paiões da Polvora.  
 | b. | Caichoens, que vão de baixo dos baileos, e servem para as muniçoens de guerra, e de bôca.  
 | c. | Cêpos, em que vão montadas as Peças sobre as suas forquilhas ternarias



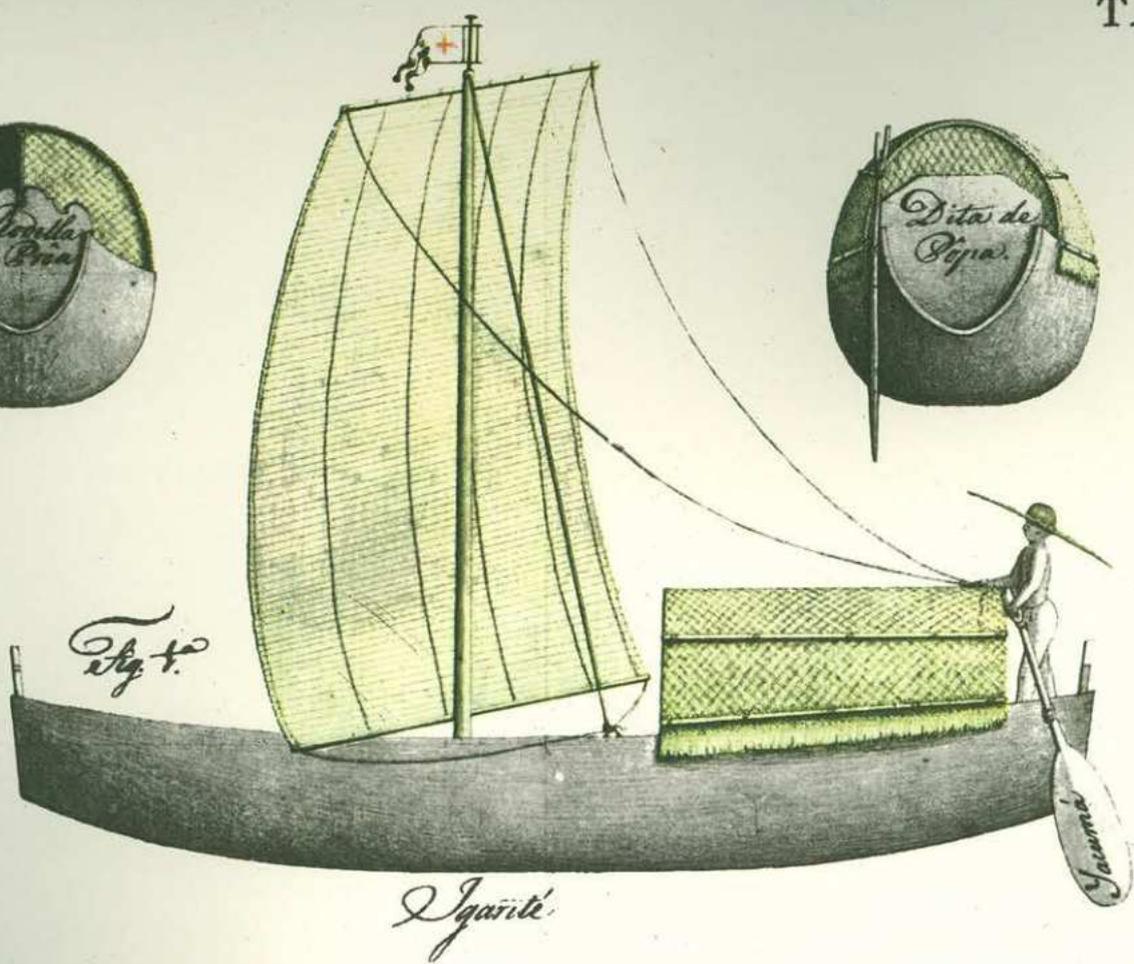
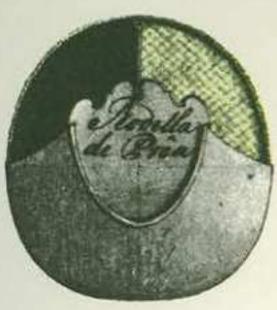
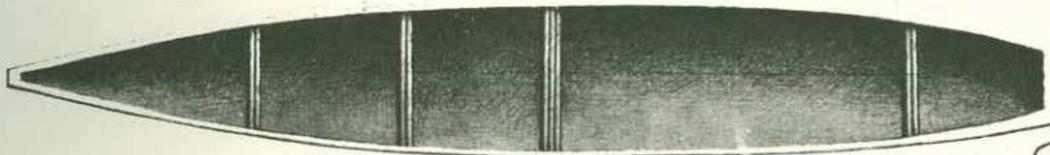


Fig. 2.<sup>o</sup>



Uba.

Fig. 4.<sup>o</sup>

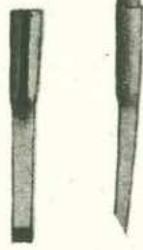
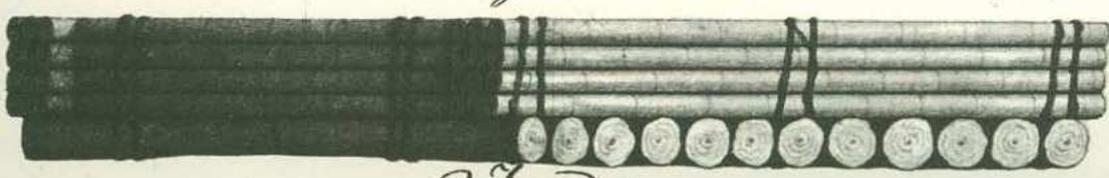
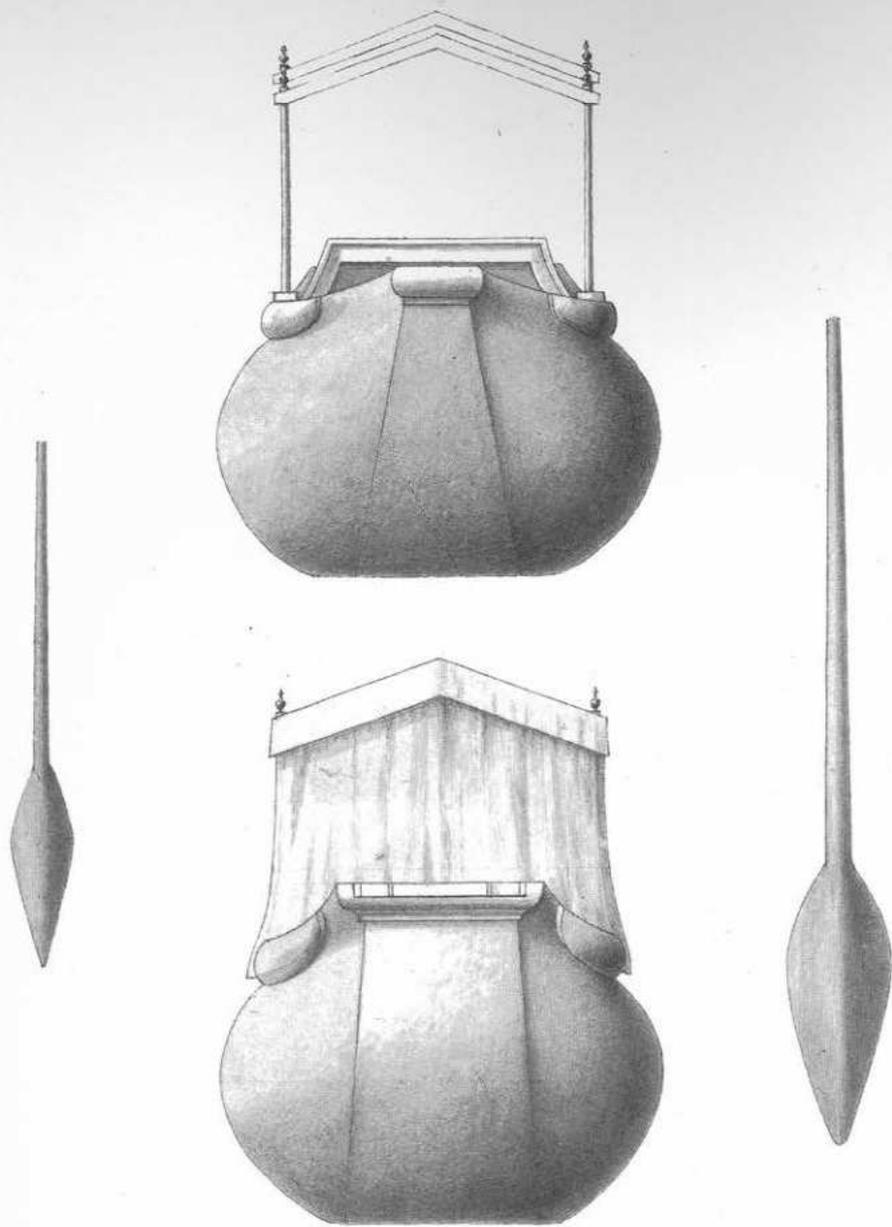


Fig. 3.<sup>o</sup>

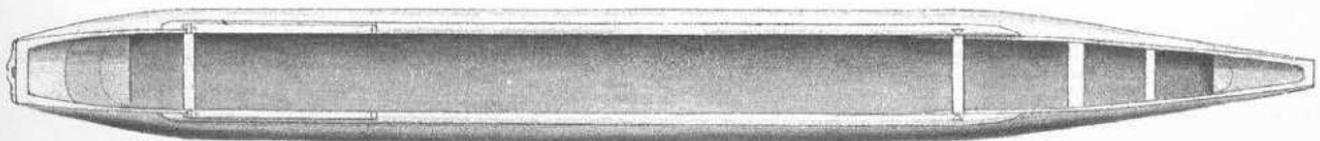
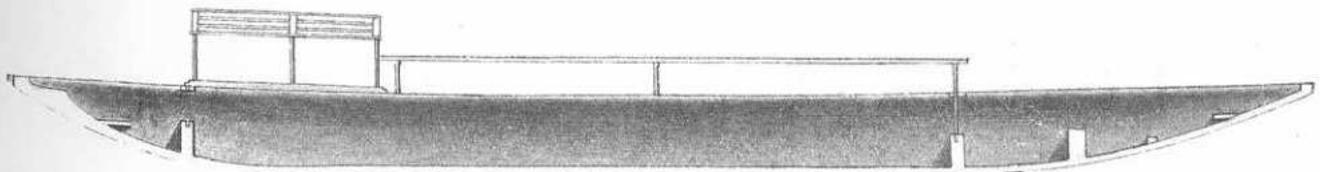


Jangada.

Adina

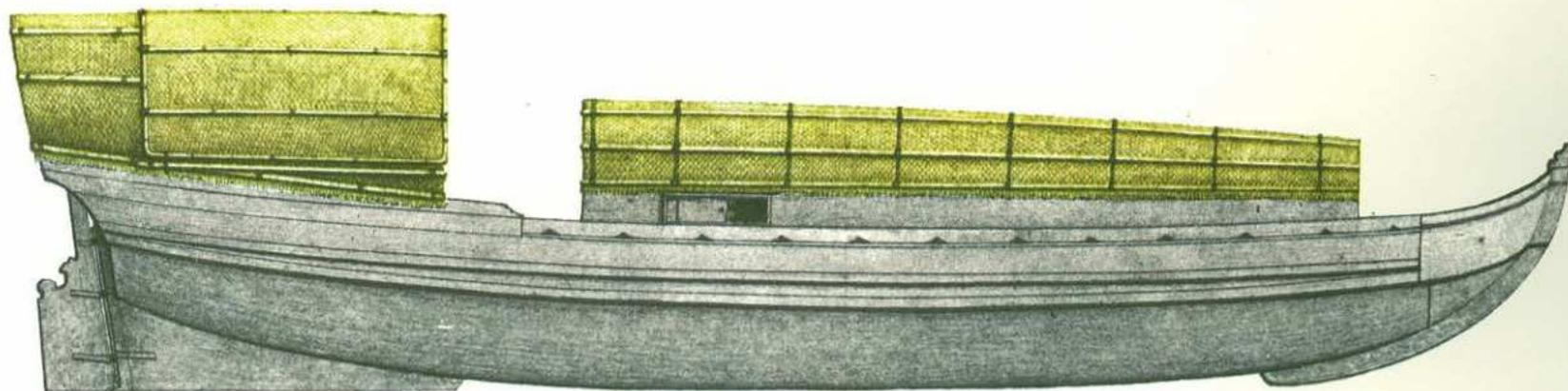


1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 Palmos.



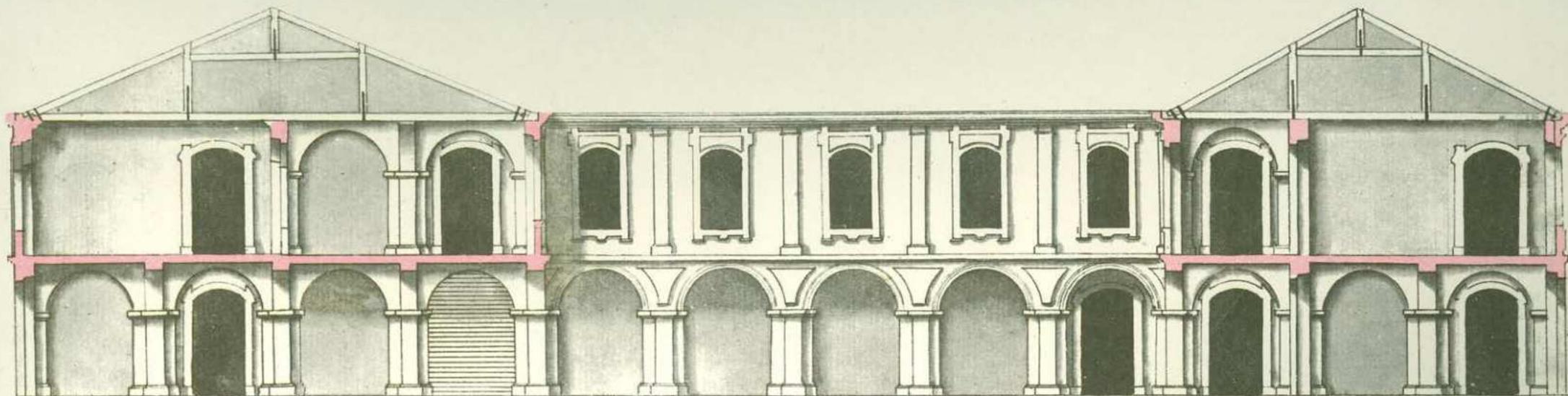
1 2 3 4 5 6 7

TIPOS DE CÂNOAS USADAS NA AMAZÔNIA

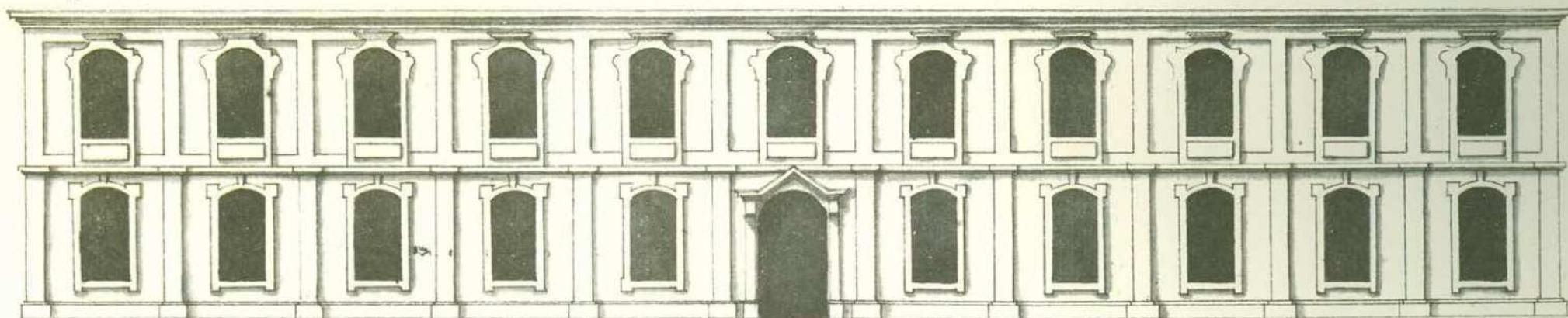


*Canoa de meia Coberta.*

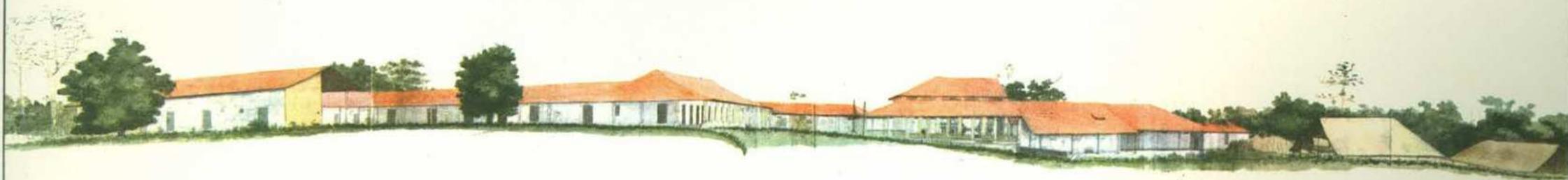
*Colina.*



*Espacato do interior.*



*Frontaria dos Armazens, q'tinha ordenado q se fizessem na Cidade do Para a Companhia Geral do Comercio.  
 Inventou-a, gratis, o Capitao Antonio Jose de Landi, Architecto Regio  
 E deu-a p.<sup>a</sup> o Heal Gabinete de Historia Natural.*



(1) Prospecto da Casa de residência do Engenho de Açúcar do Cap<sup>m</sup> João Manoel Roiz, situada  
da no Rio Araguaya, junto da Cid<sup>d</sup> de Pará.

(2) Casa do Engenho.

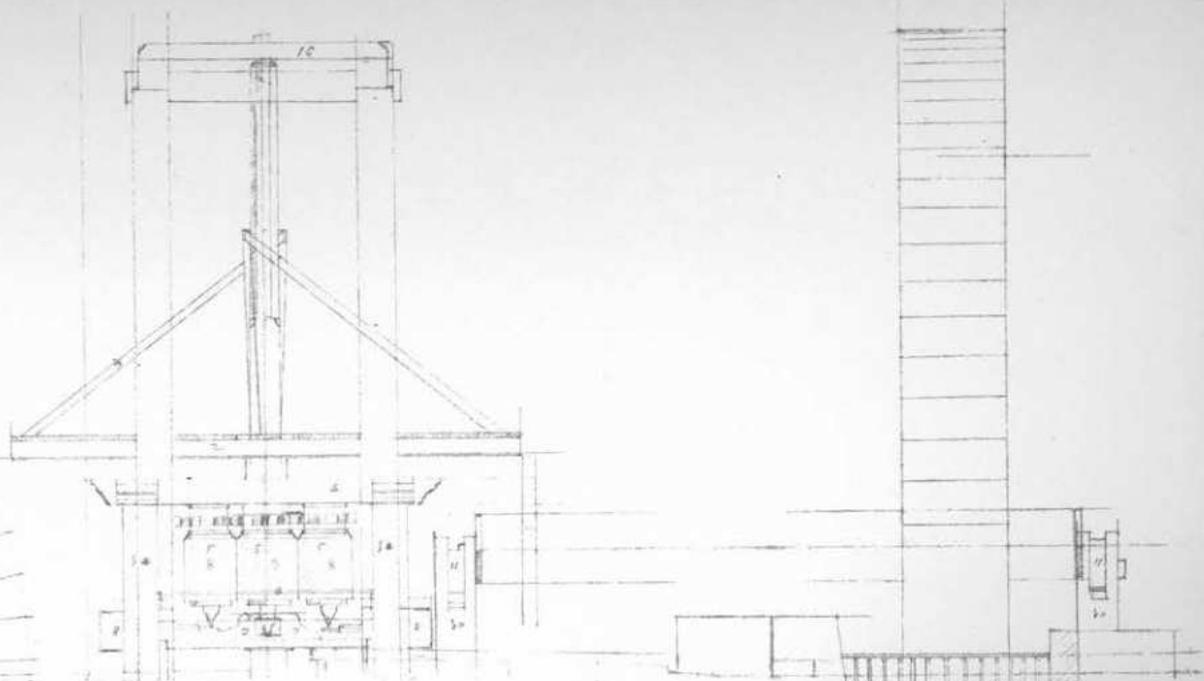
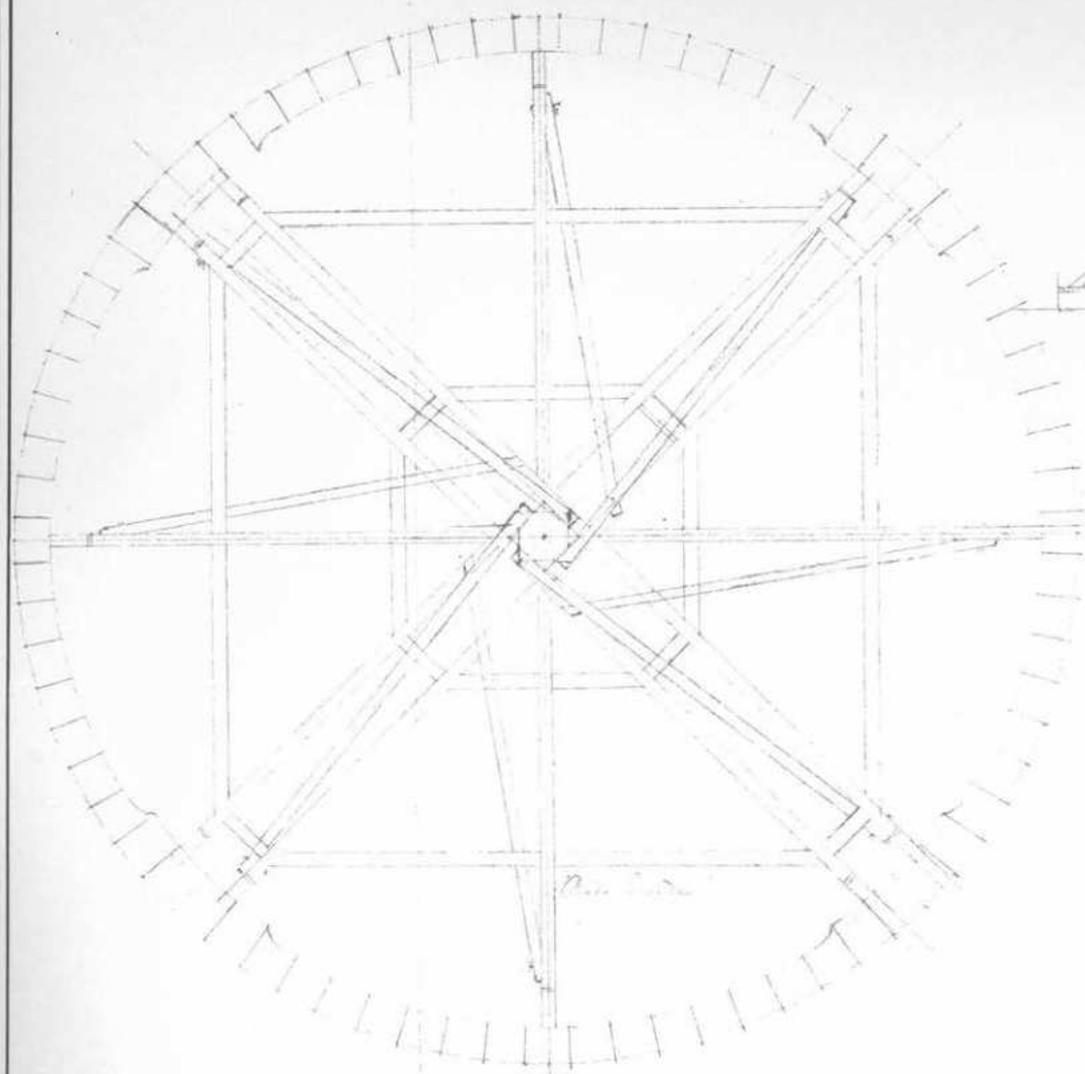
(3) Casa dos Taxos.

(4) Casa de purgar.

(5) Casa dos Alambiques.

(6) Rancho dos Pretos.

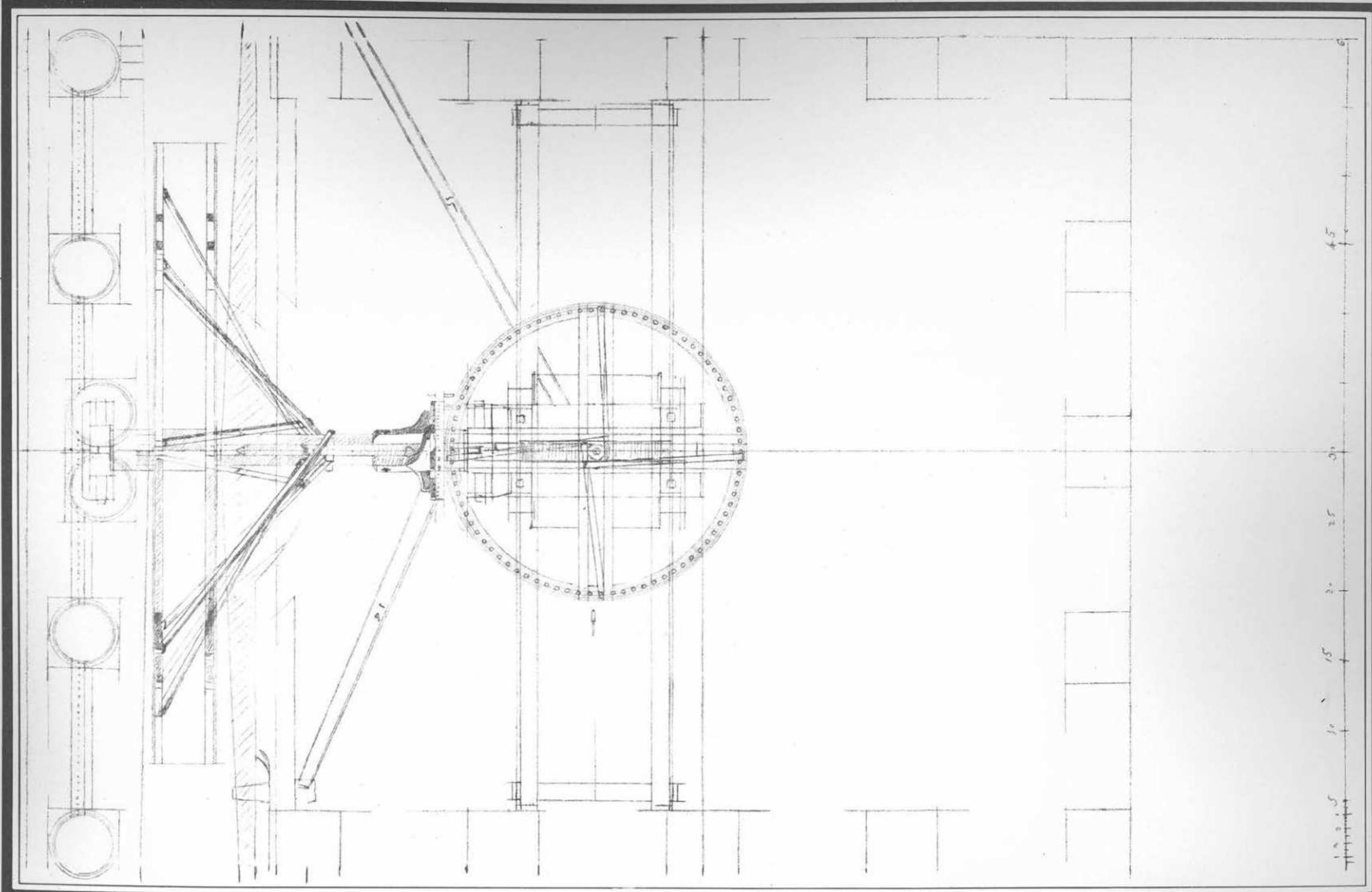
(7) Armazens.



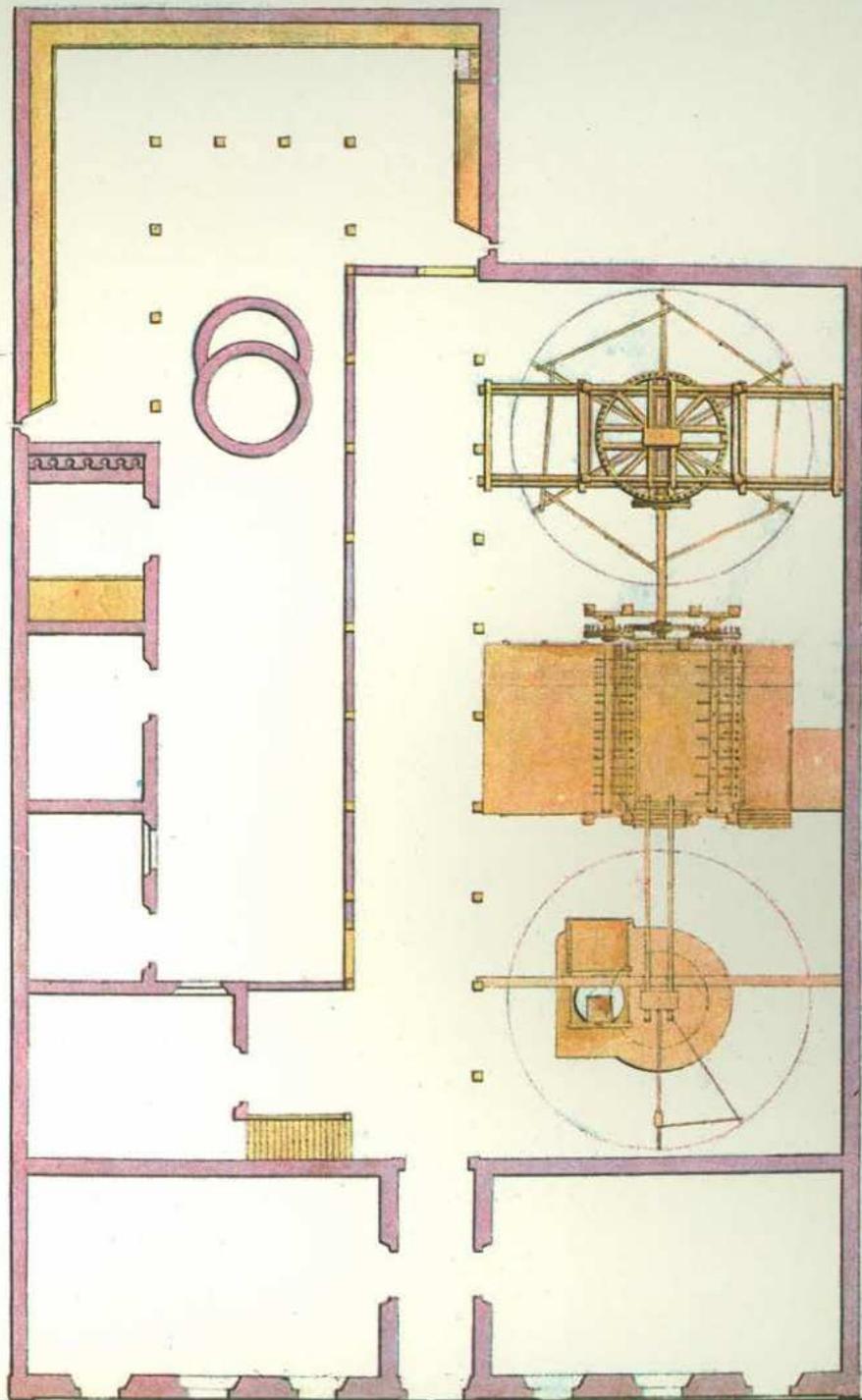
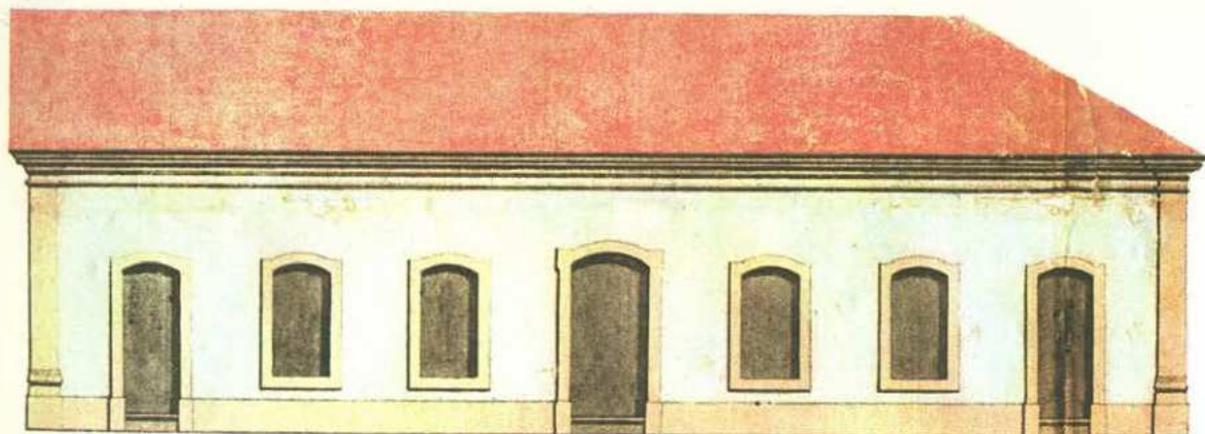
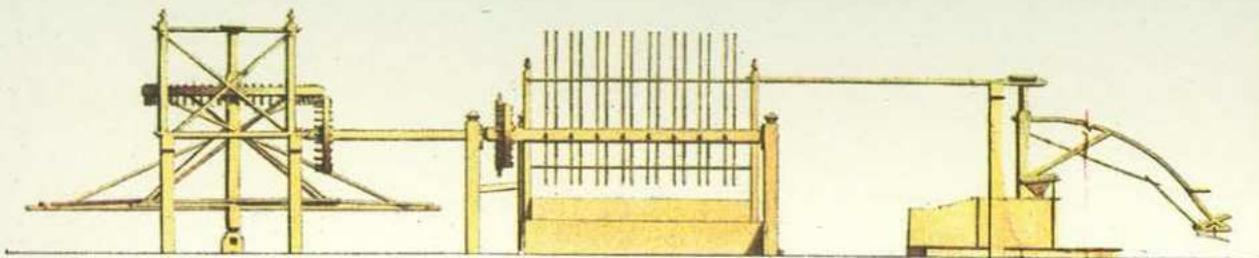
*Seguimento, e medidas do Engenho do Cap.º João Manoel Roiz.*

13

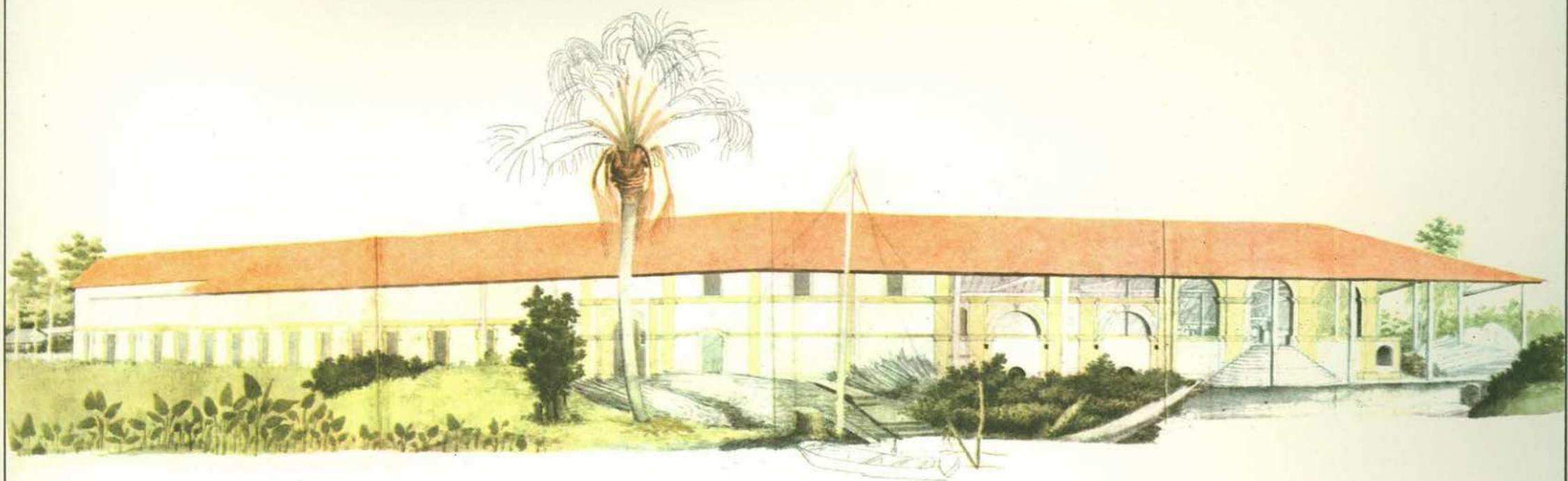
*Di. do*



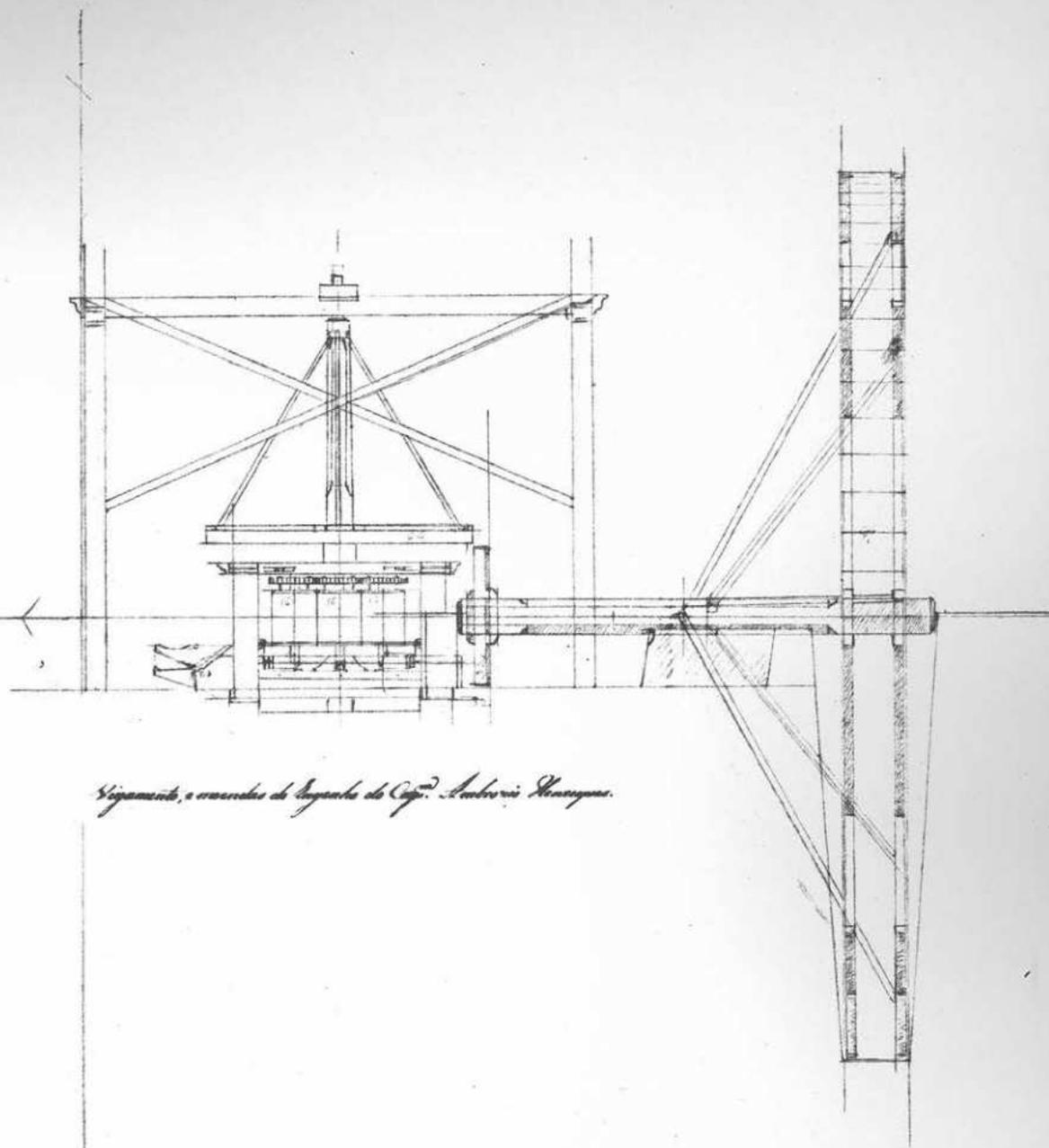
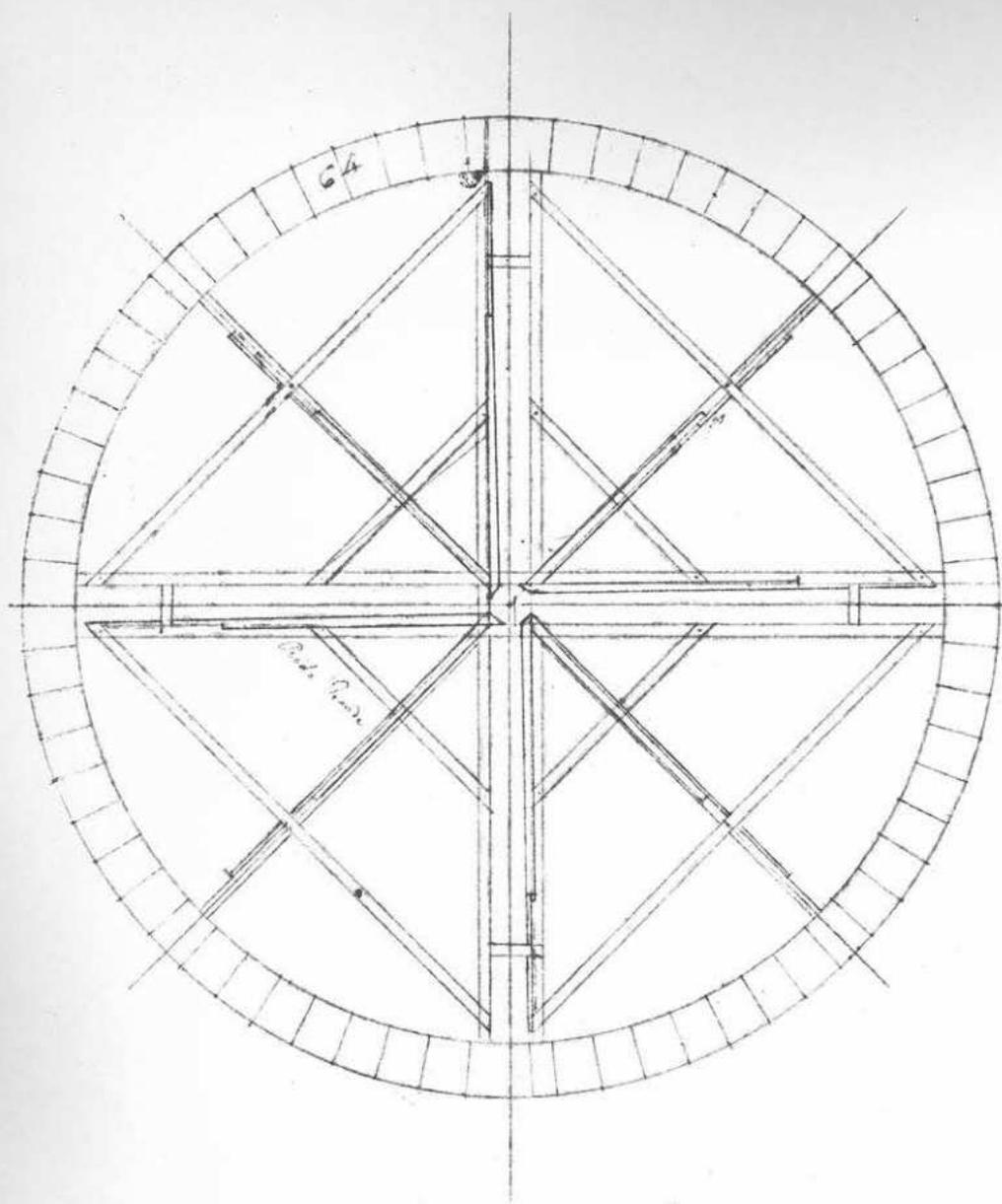
PLANTA DO ENGENHO D'ÁGUA DE FAZER AÇÚCAR DO CAPITÃO J. M. ROIZ.



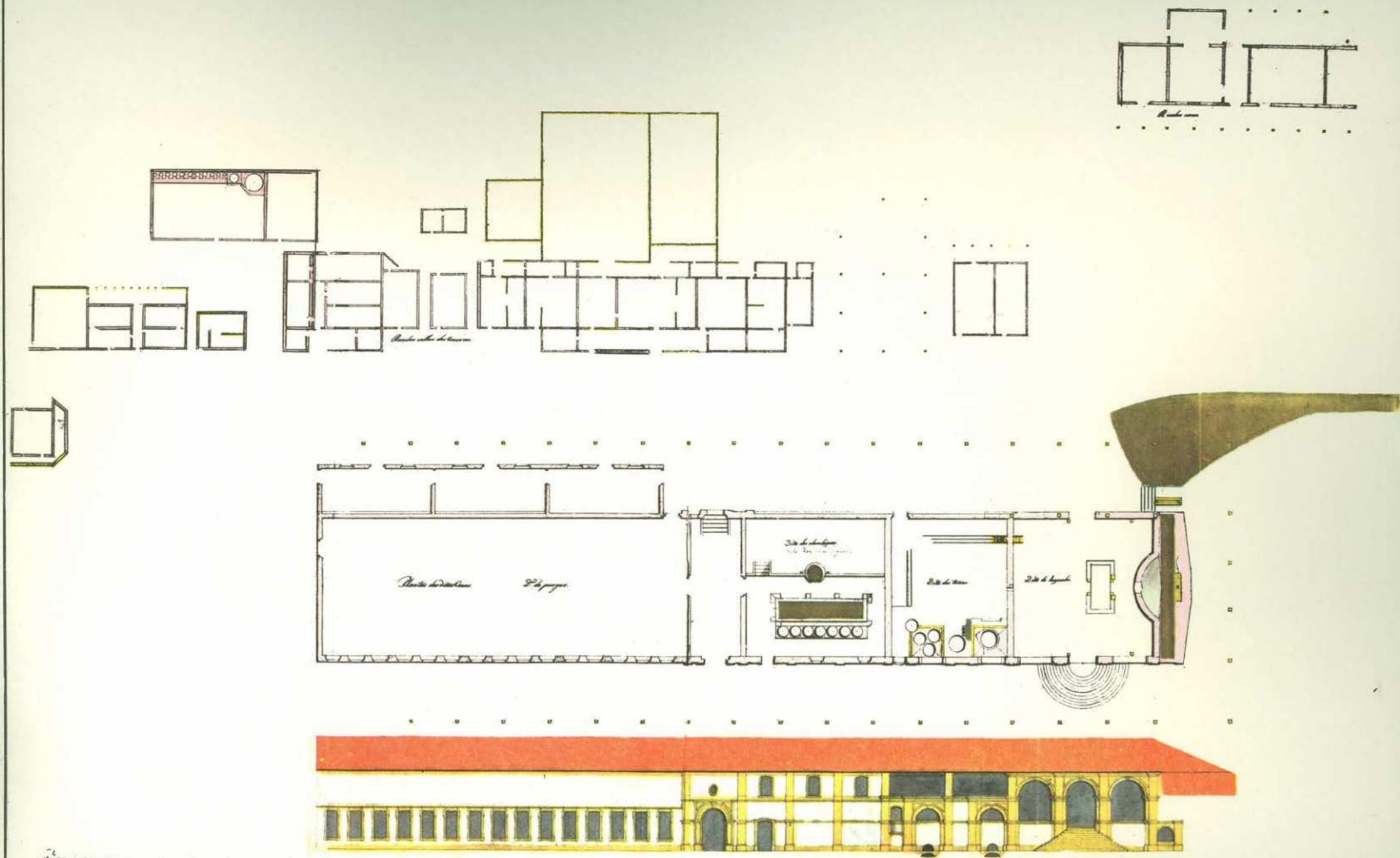
(A) Perfil das Casas do Engenho de descascar arroz de B. T. Vasconcelos.  
 (B) Planta total.  
 (C) Perfil da máquina, e a sua ligação.  
 (D) Maquina de peneira.



- (1) Prospeto da Casa de purgar do Engenho de açúcar do Cap. Antonio Henriques, situado na foz do rio Mafra.  
(2) Casa de salambiques.  
(3) D. dos Sacos.  
(4) Casa do Arquivo.  
(5) Boceta da calha.

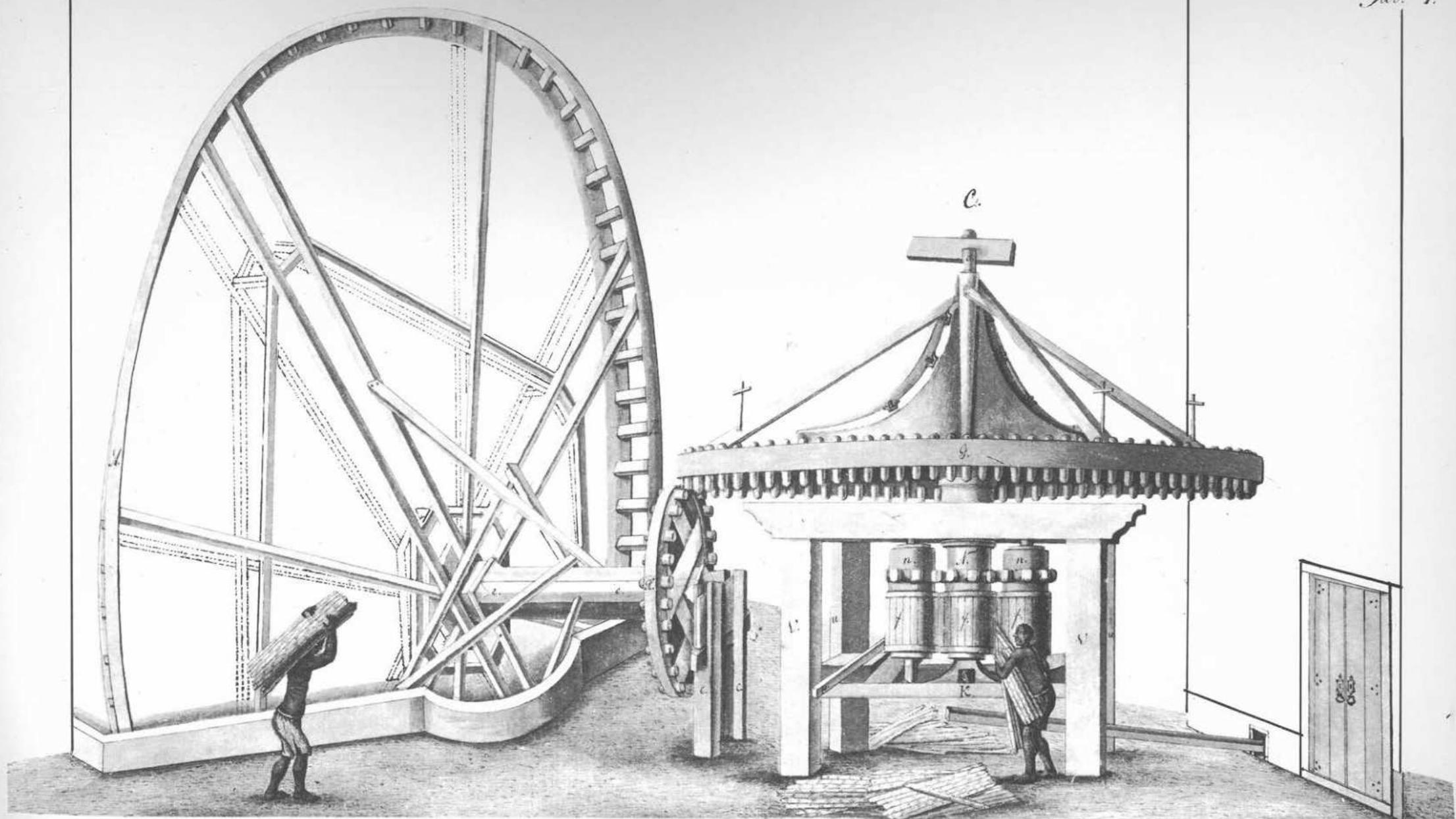


*Vigamento, e moendas do Engenho do Cap.º Antonio Henriques.*



*Projeto das Casas do Engenho de Açúcar do Capitão A. Henriques*

PERFIL DAS CASAS DO ENGENHO DE AÇÚCAR DO CAPITÃO A. HENRIQUES



Boza Inq.º Brice anno 1798.

ENGENHO DE CANA MOVIDO POR RODA HIDRAULICA



Fig. A.

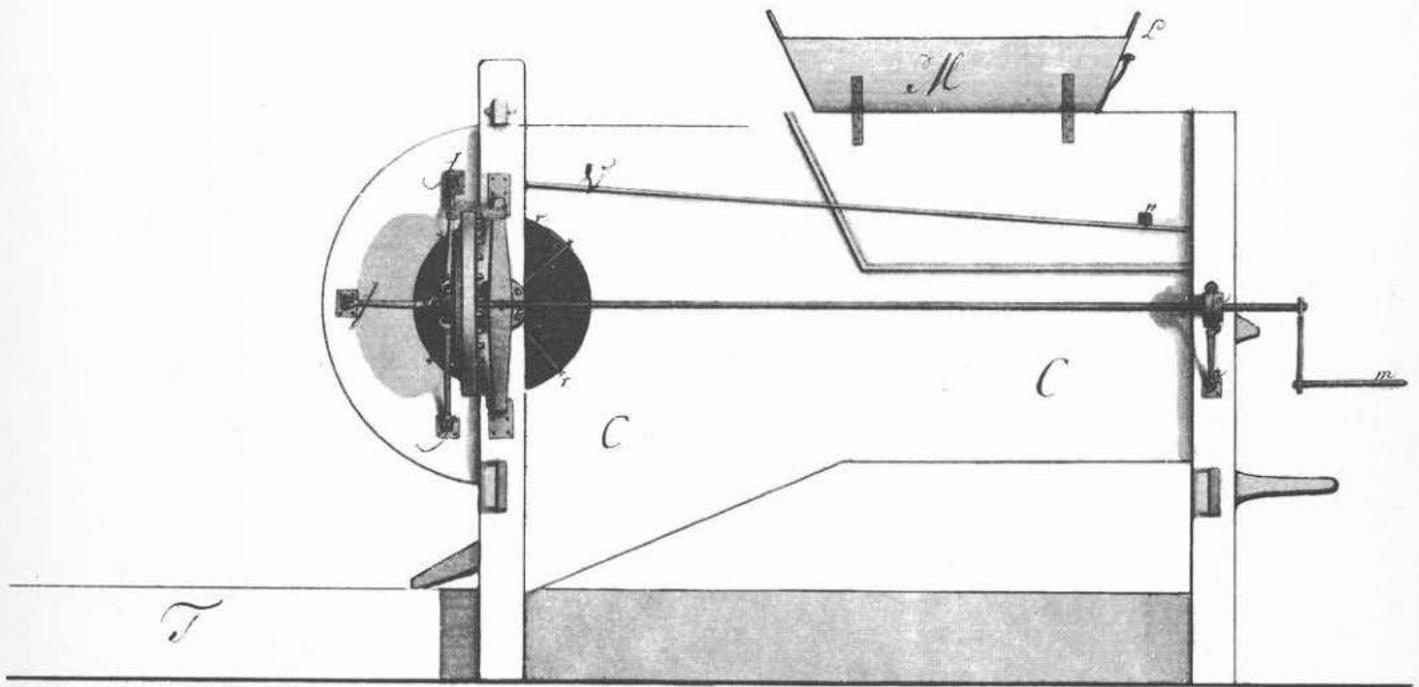
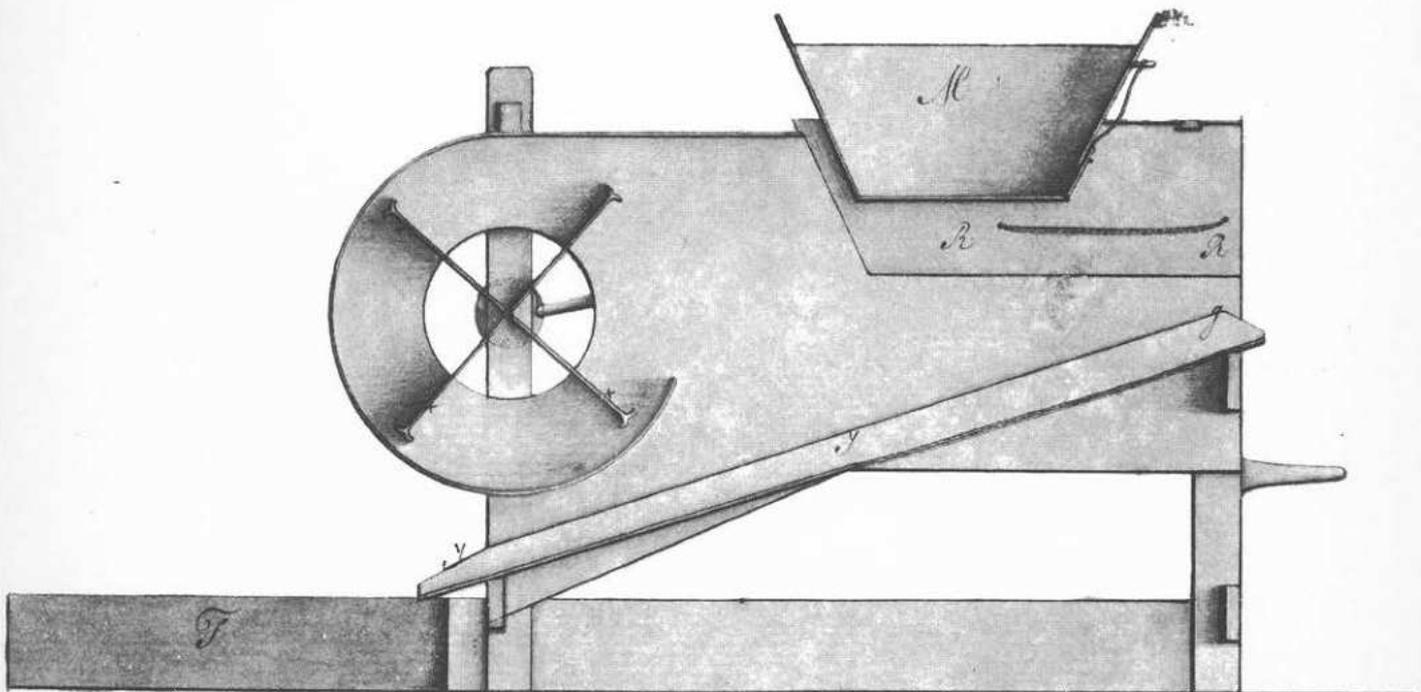
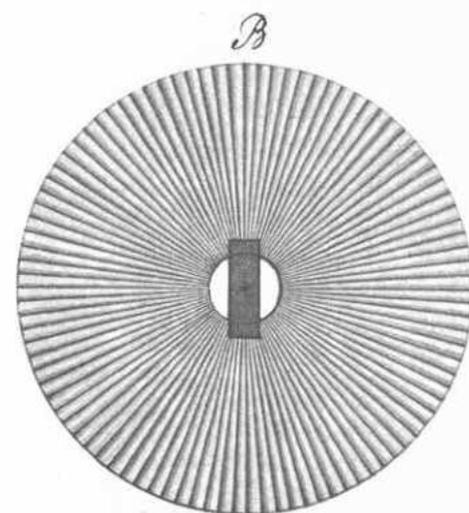
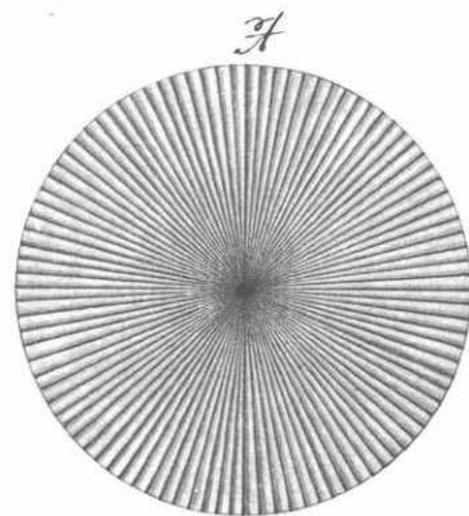
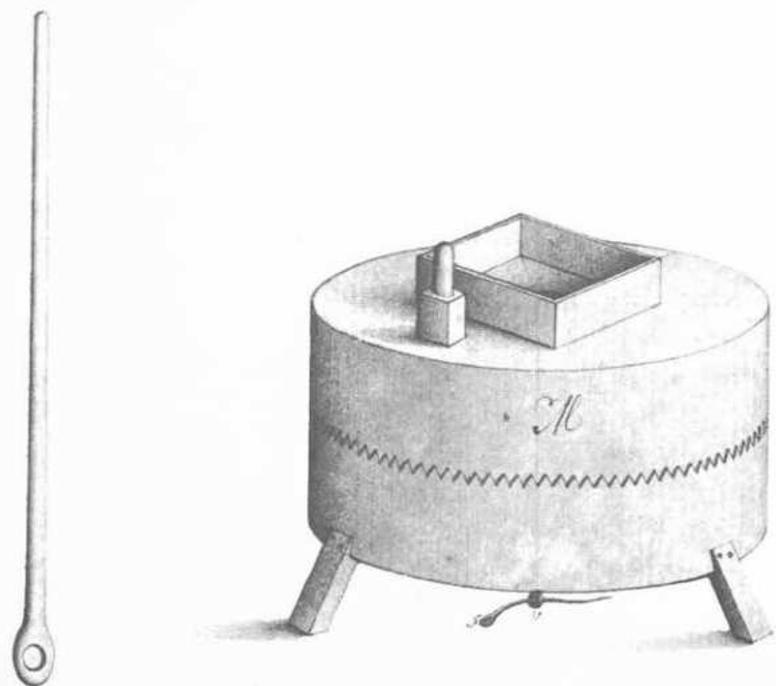


Fig. B.





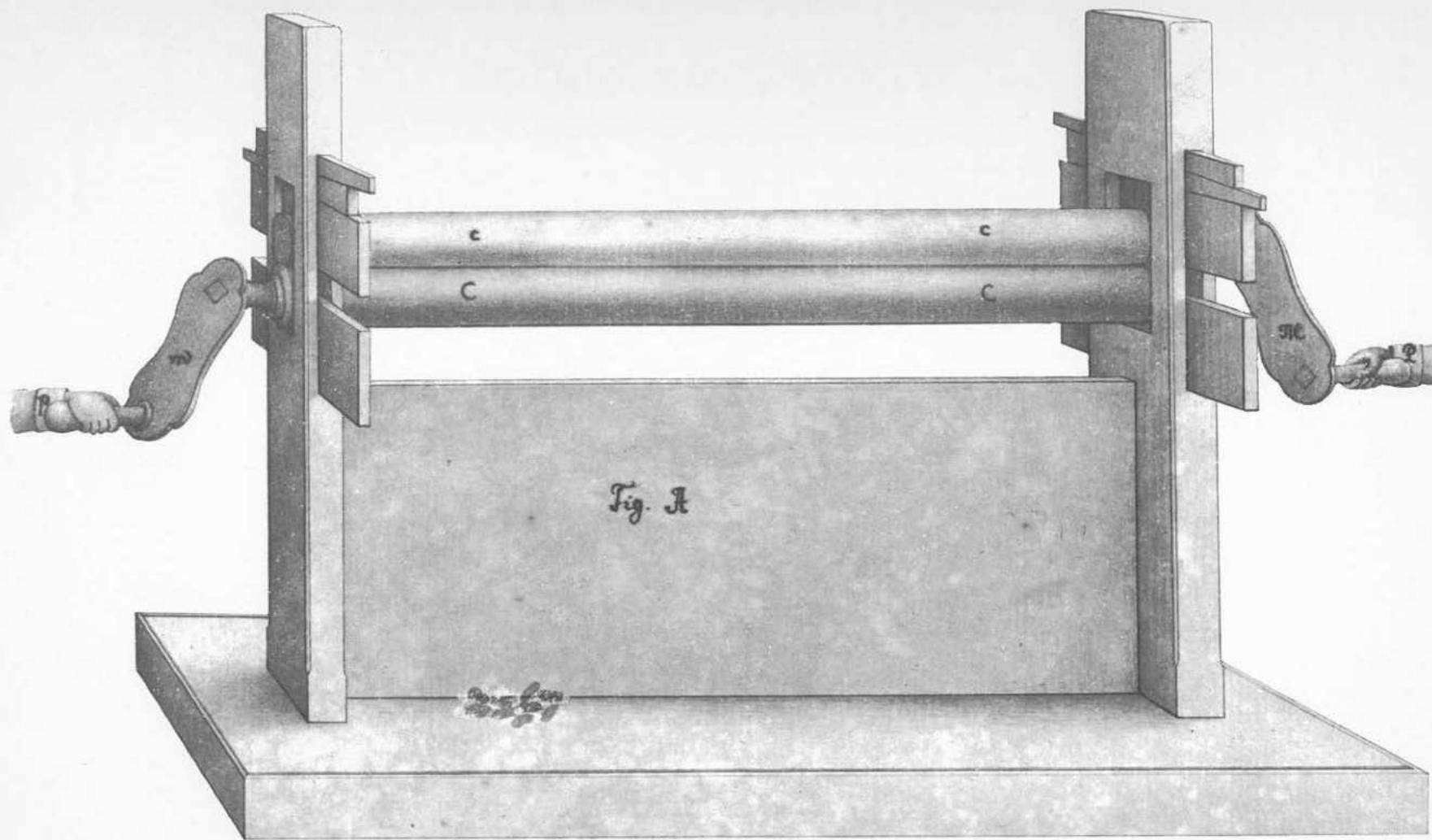
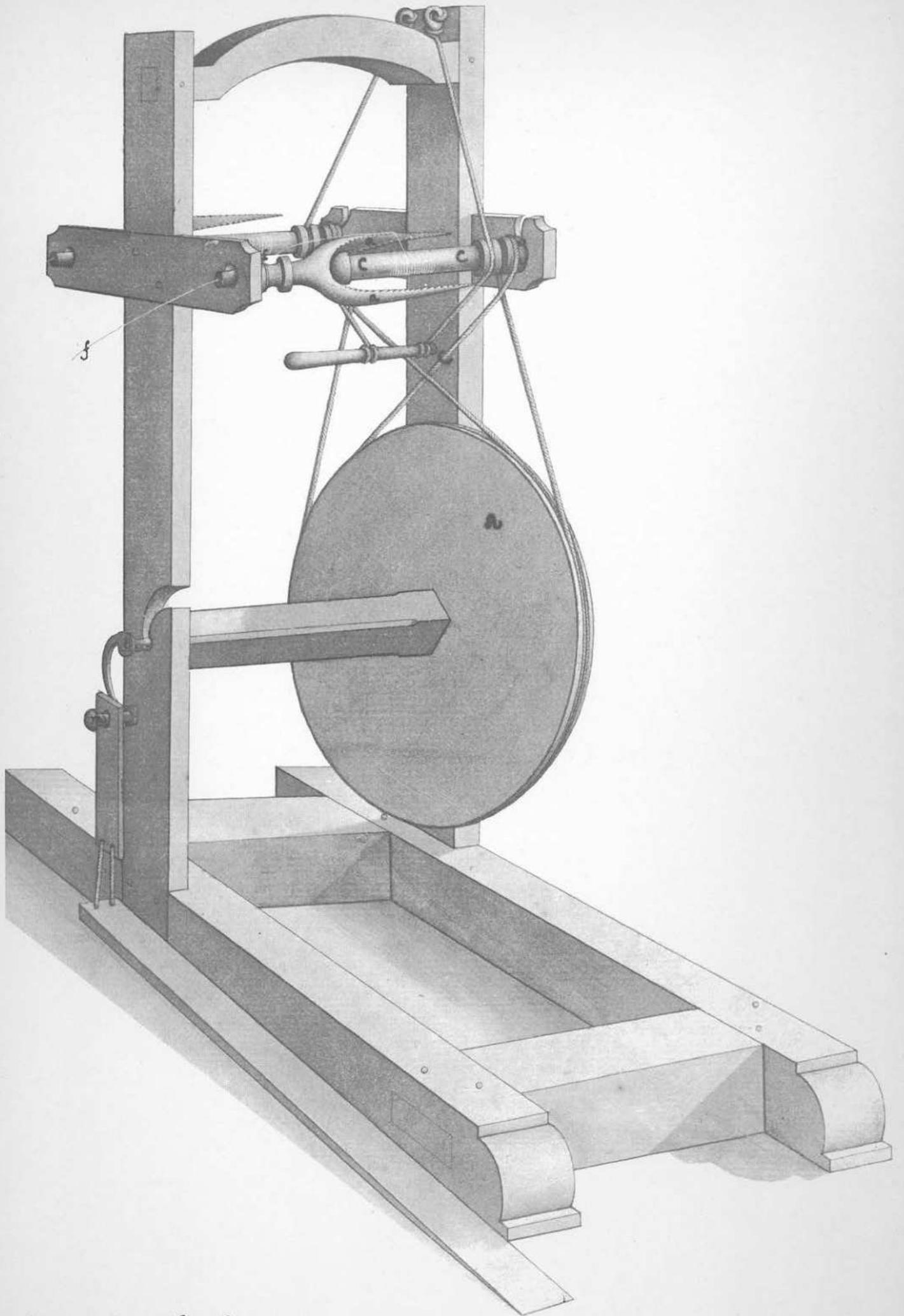


Fig. A

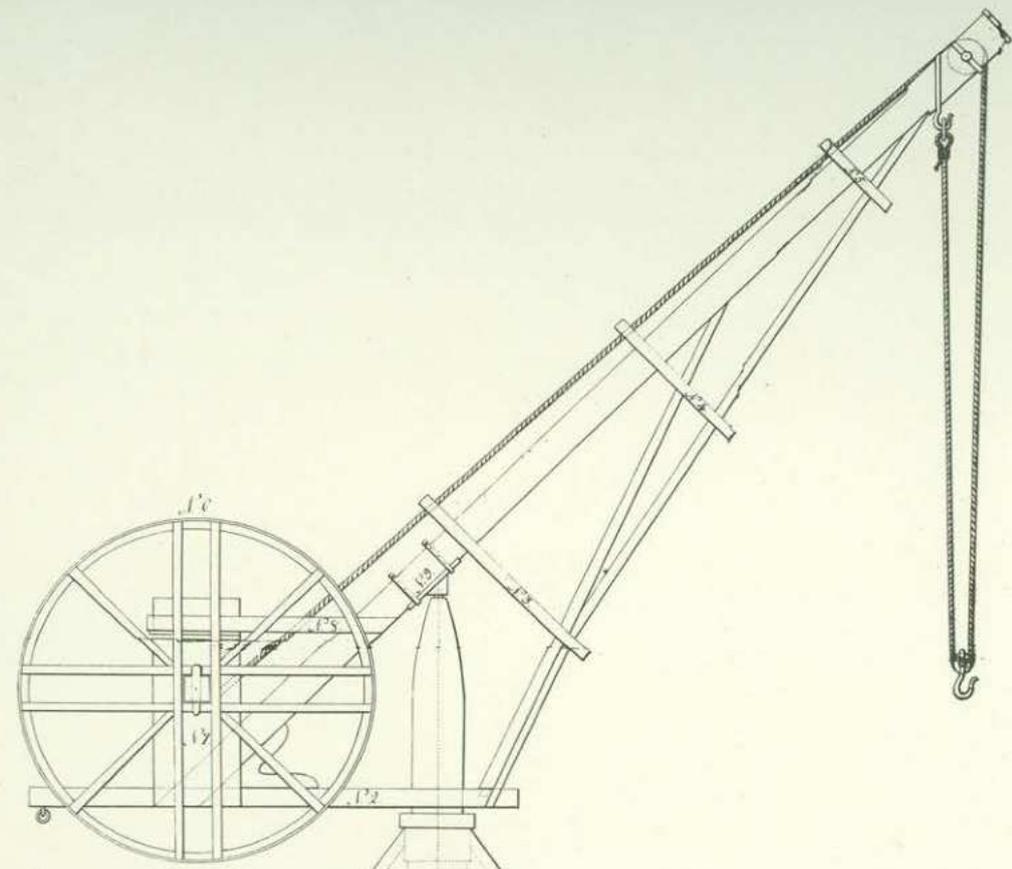
*Engenho de descaroçar o algodão.*

*J. J. Edina. anno 1796.*



*Roda de fiar o algodão.*

*J. J. Codina. anno 1786.*



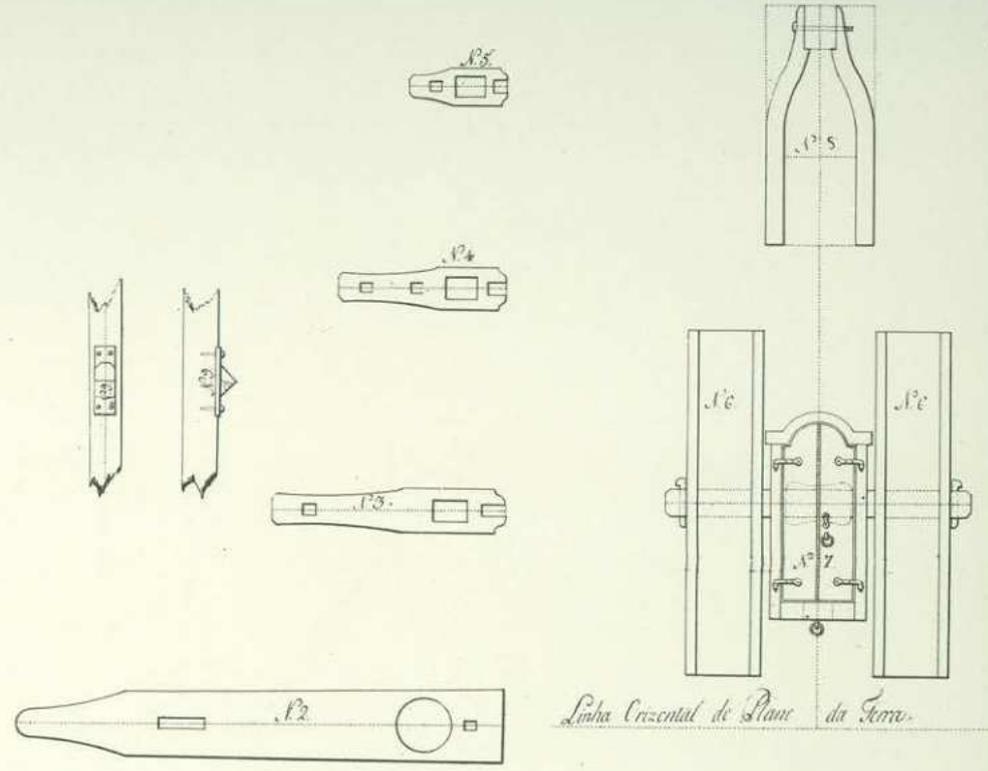
*Linha horizontal*

*de Plano da terra.*

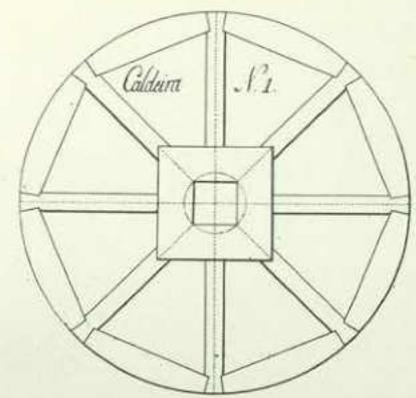
*Caldeira N.º 1*

*Almofada*

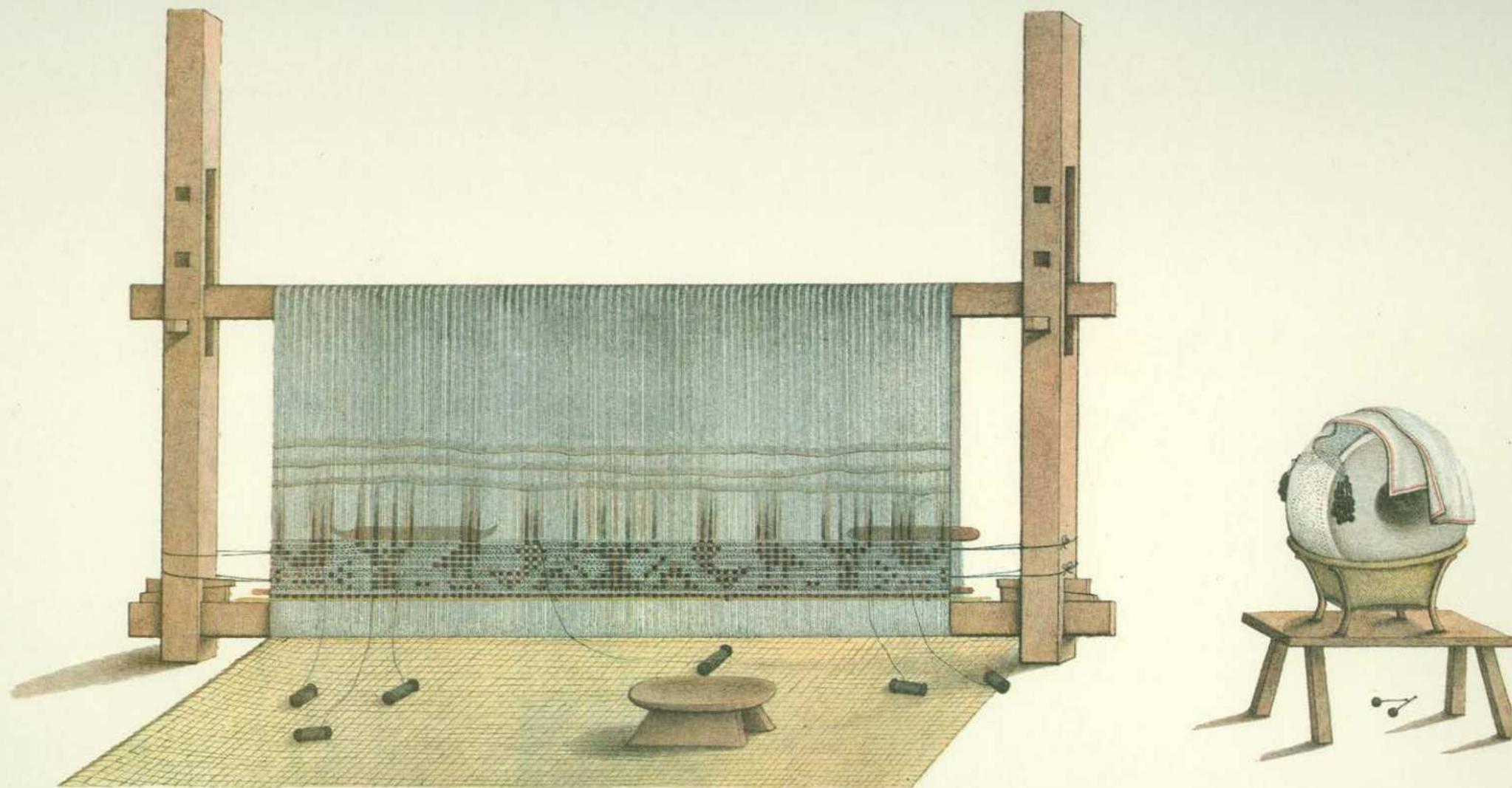
*Funda de Cais sobre equal afora e fundaste.*



*Linha horizontal de Plano da Terra.*



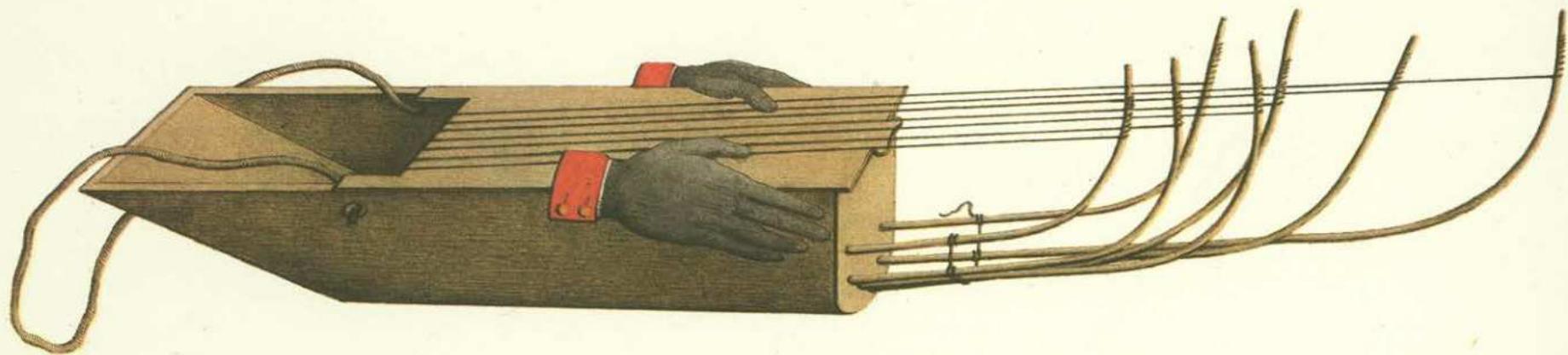
UM GUINDASTE E SEUS ACESSÓRIOS



Prospecto do Tear, em q̃ fazem as suas Rezes mais delicadas as Indias da Villa de Monte. Alegre.

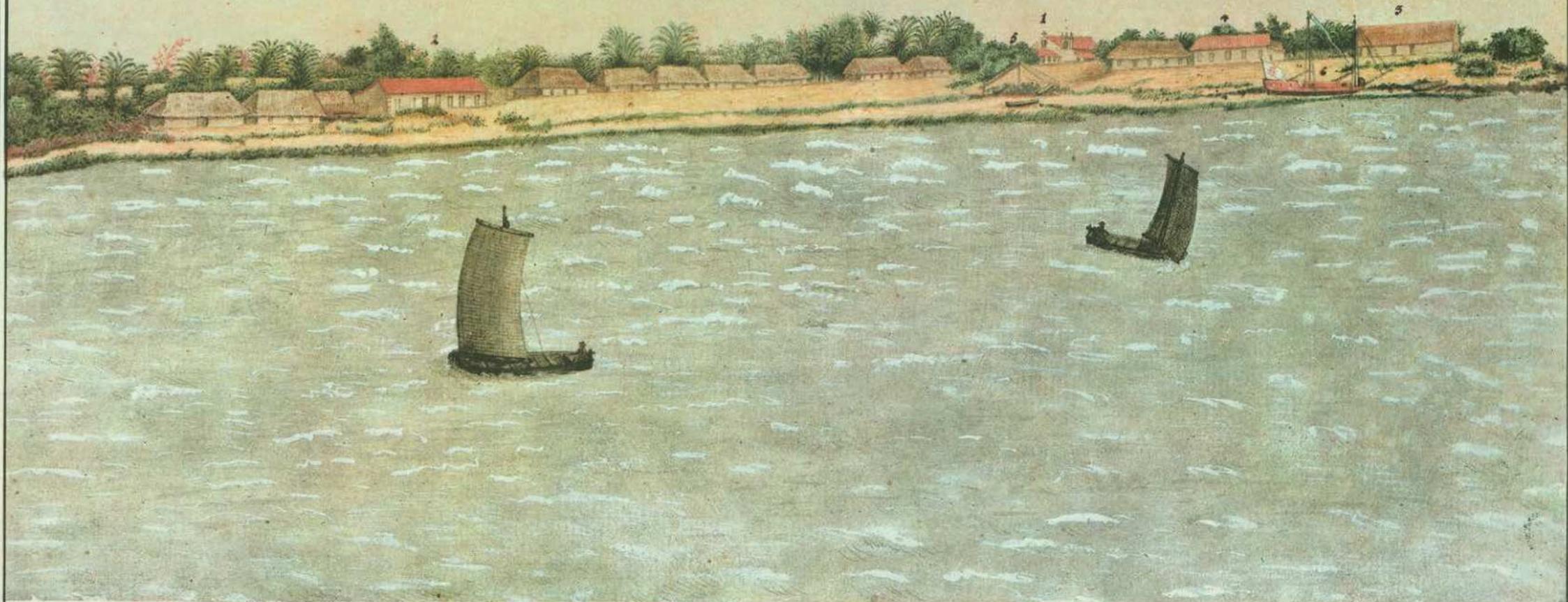
*Colina*

Anno de 1785



*Viola g. tocao os Pretos*

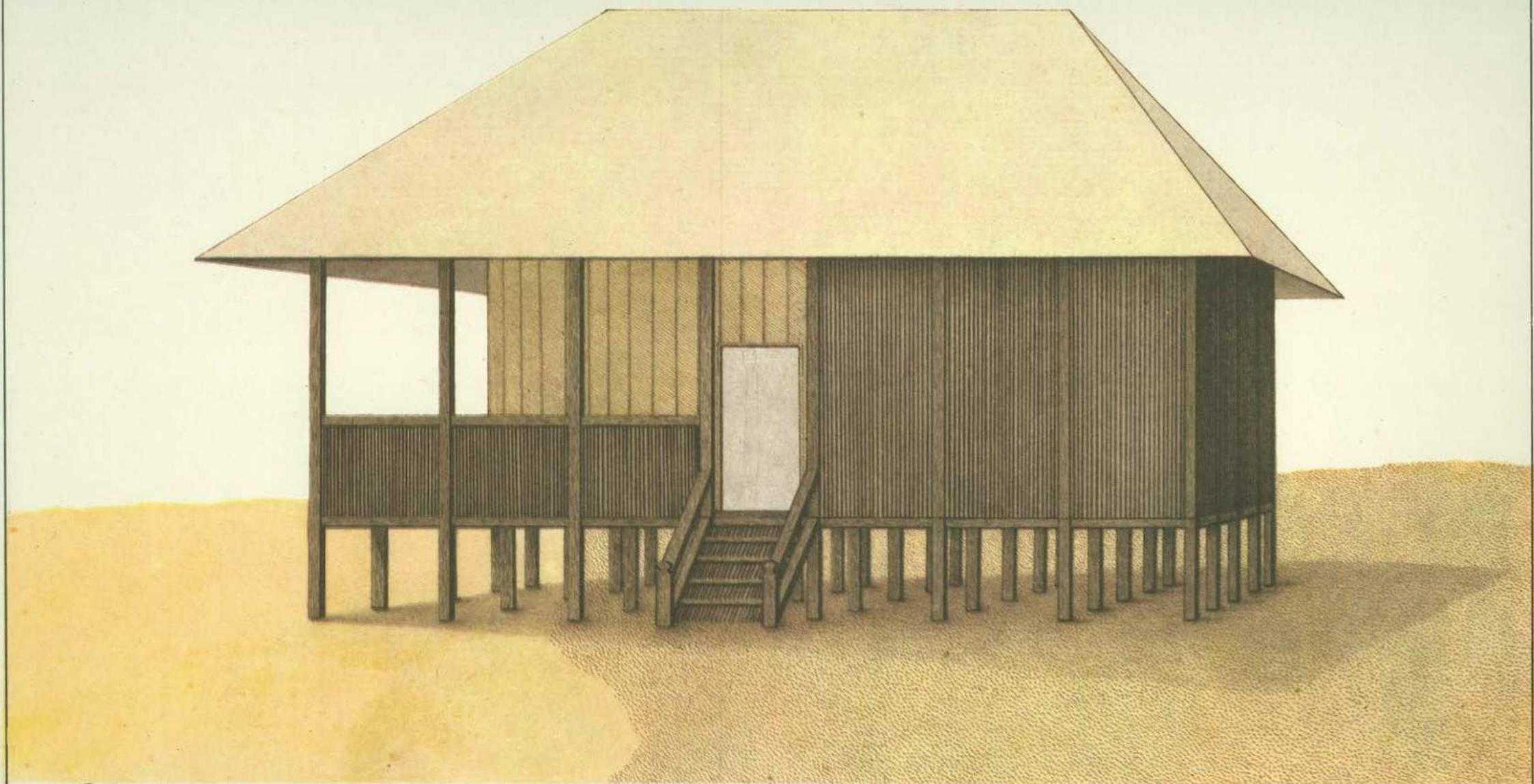
*Prospecto da Villa de Monforte na Ilha Grande de Joannes.*



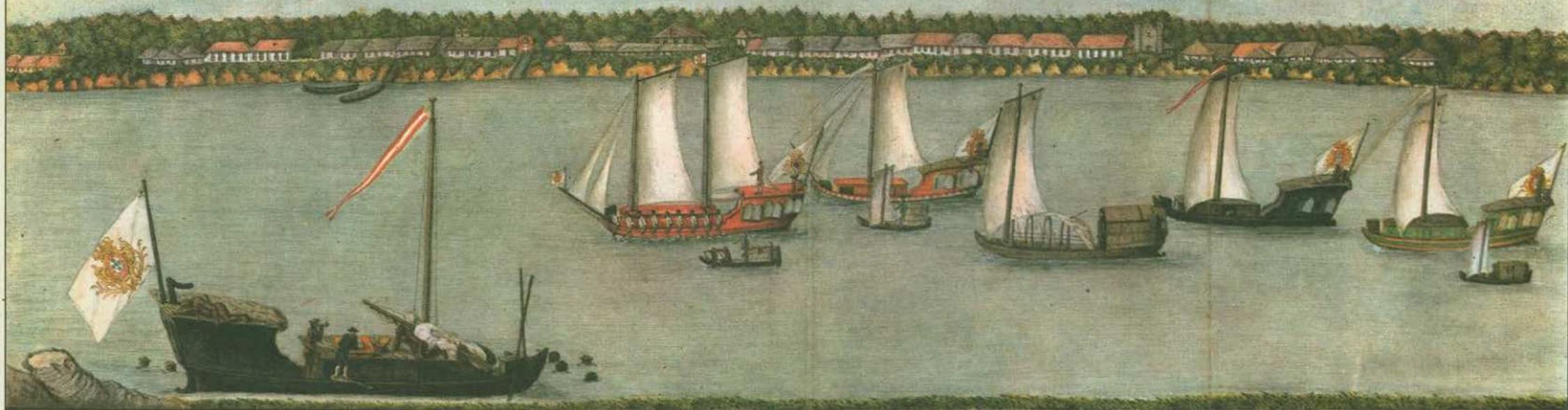
N.º 1 Igreja Matriz.  
N.º 2 Quartel Commandante.  
N.º 3 Armazem da Villa, e do Pesqueiro Real.

N.º 4 Casa do Cappitaõ da Ordenanca da Villa.  
N.º 5 Casa das Canoas.  
N.º 6 Canoa do D.º Ouvidor.

*Jose Inf. Faria*



*Prospeto das Carcas da Villa de Oeiras, q. se acha situada na margem Septentrional do Rio Araticu; 2 legoas acima da sua foz.*



Prospeto da Villa do Cametá, e da Entrada que fez  
o Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>o</sup> Martinho de Souza e Albuquerque Gov.<sup>o</sup> e Cap.<sup>o</sup>  
General do Estado, na tarde do dia 19 de Janeiro  
de 1784.

- (1) Igreja Matru.
- (2) Capella do Bom Jesus.
- (3) Hospicio dos Mercenarios.
- (4) Casa que servio de Quartel General.

- (5) Arco enviado pela Camara p.<sup>a</sup> a entrada do S.<sup>o</sup>
- (6) Canoa N.<sup>o</sup> 8.<sup>a</sup> da Piedade do transporte do S.<sup>o</sup>  
General e sua familia.
- (7) Canoa N.<sup>o</sup> 1.<sup>a</sup> da Victoria do transporte do S.<sup>o</sup>  
das Ordens Manuel Thomaz Serra, e Sente  
Cordeiro Casimiro da Silva Quimão.
- (8) Canoa S. Marta, q. servia de Cozinha.

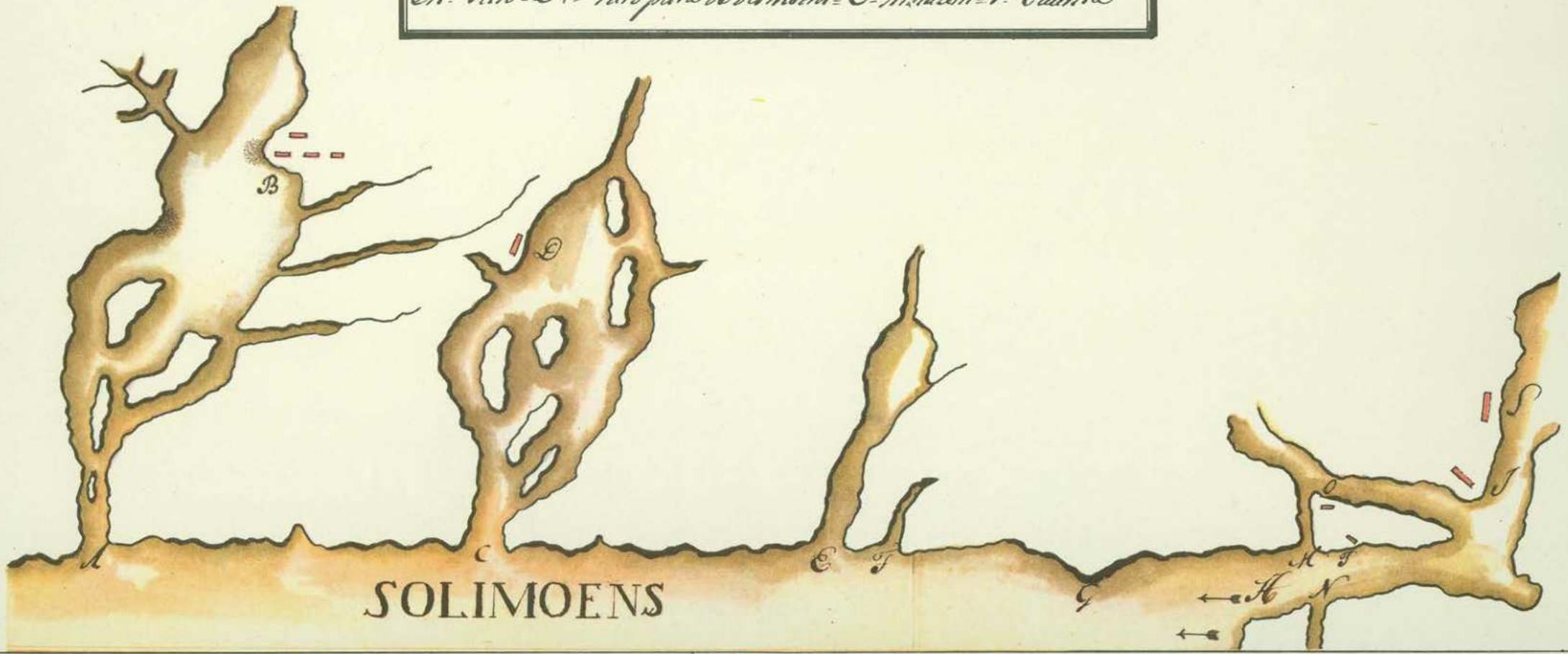
- (9) Canoa S. Francisco N.<sup>o</sup> do transporte de Naturalista  
o D.<sup>o</sup> Alex.<sup>o</sup> Reis Ferr.
- (10) Canoa N.<sup>o</sup> 2.<sup>a</sup> da Redempcao do transporte do D.<sup>o</sup> Cav.<sup>o</sup>  
Geral Mathias J. Vbi, e o Sargento Mox João Vasco.
- (11) Montaria das ordens do S.<sup>o</sup> General.
- (12) Montaria de seu S.<sup>o</sup> de Ordens.
- (13) Montaria do S.<sup>o</sup> Cav.<sup>o</sup>



Prospecto da frontaria da Igreja matriz e Casa da Residência da Villa de Monte Alegre.

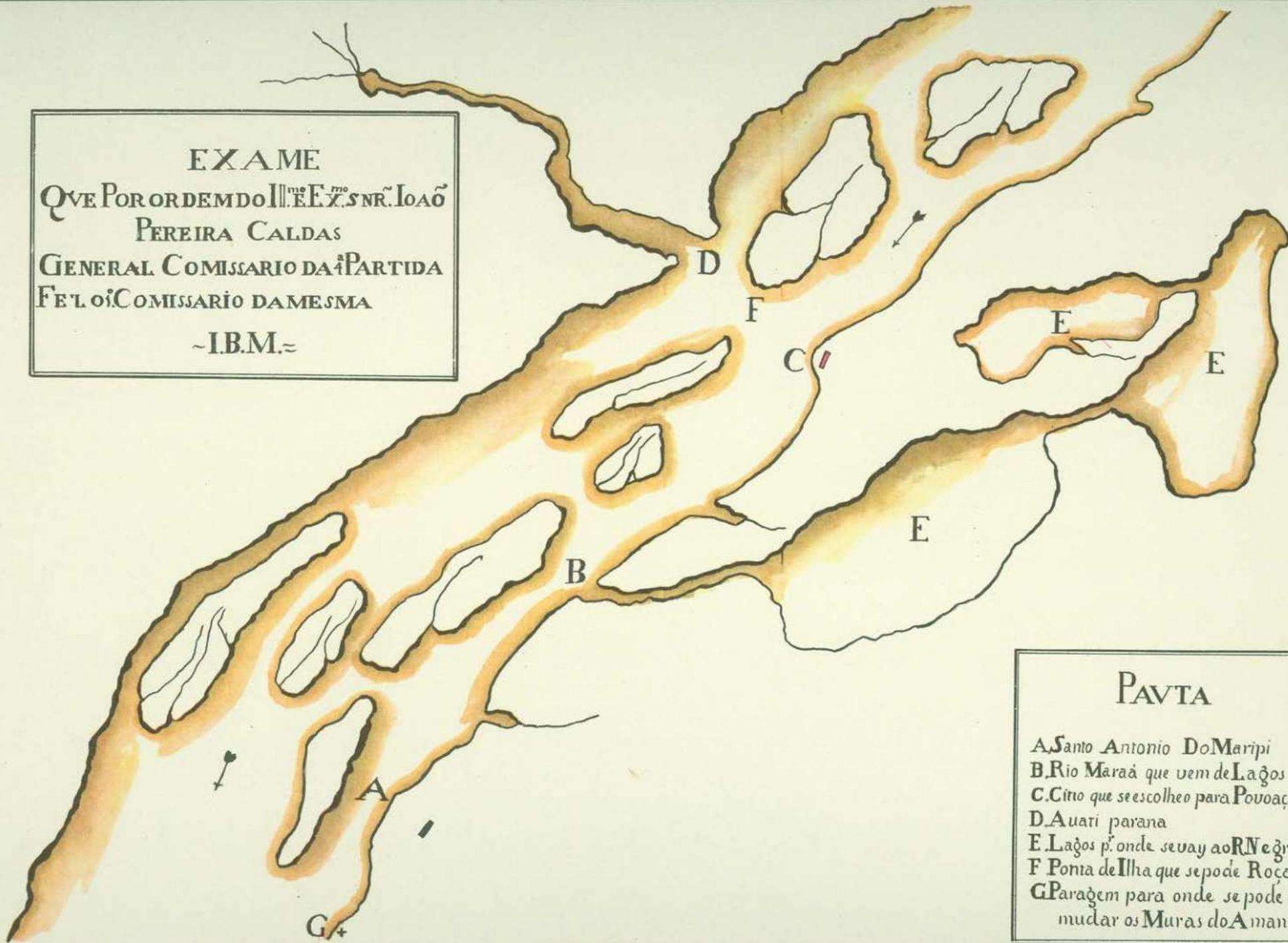
Anno de 1785.

Por Ordem do Sr. D. João Pereira Caldas,  
 General encarregado da Demarcação de Terras na fronteira  
 do Estado do Pará e das Povoações Negras, se fez esta Planta, para mon-  
 strar a situação do novo Estabelecimento dos Muros no Lago Mamiã,  
 a qual, em situação mais favorável, se mostra pelo Alfabete seguinte,  
 como milhas se segue: A. B. M. explicitas. D. Estância. C. Muros.  
 E. Curi. D. Moellon. G. Cayambi. F. Mutemwara. J. Ponta aon-  
 de compuzerem por pretextos por encontrada terra (canoa Hopanhola)  
 que abusiva, e onhada em. Vinha de uído, e havia ali a  
 vancado de uído e ali o quarto e por uído limite da  
 Commum Navegação. H. Tepe. I. Hopanhous. L. Cua.  
 M. Turo. N. Fleo para os Solimões. O. Anzarem. P. Santa



CARTA HIDROGRÁFICA DO SOLIMÕES, LAGO MAMIã E MALOCAS DOS MURAS

EXAME  
 QUE POR ORDEM DO III.º E.º SR. JOÃO  
 PEREIRA CALDAS  
 GENERAL COMISSARIO DA PARTIDA  
 FE' L.º COMISSARIO DA MESMA  
 ~I.B.M.~



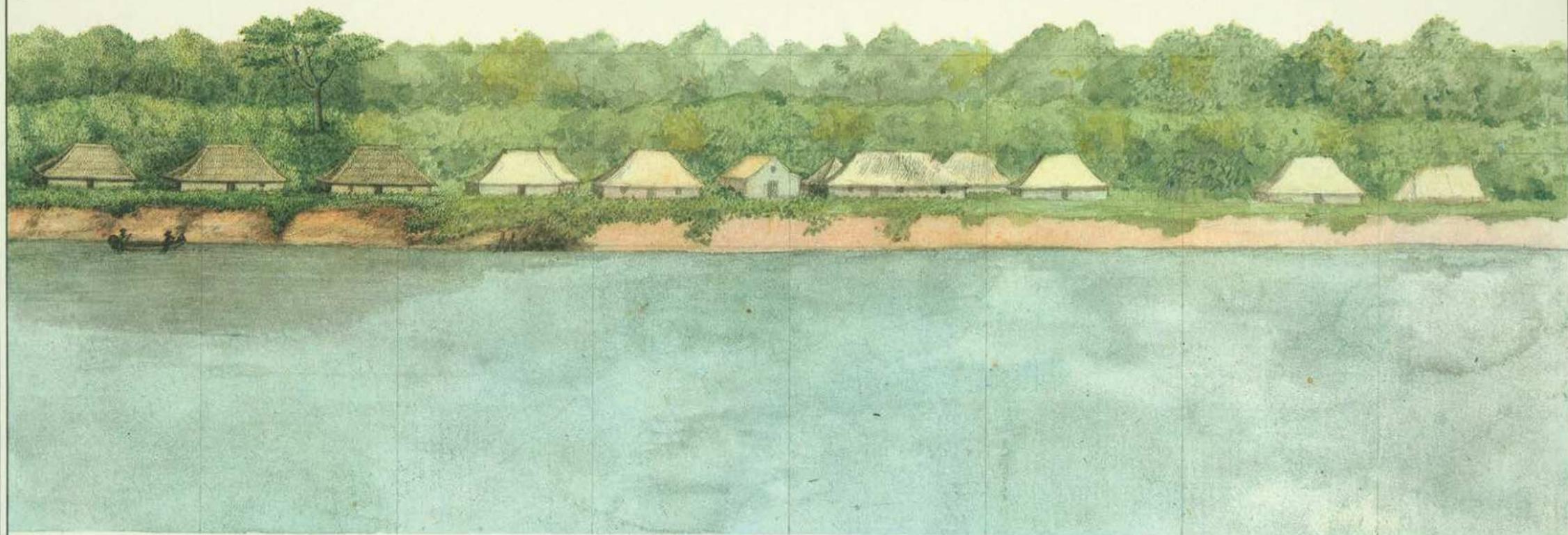
PAVTA

A. Santo Antonio Do Maripi  
 B. Rio Maraá que vem de Laços  
 C. Cito que se escolheo para Povoação  
 D. Auati parana  
 E. Laços p. onde se vay ao RNegro  
 F. Ponta de Ilha que se pode Roçar  
 G. Paragem para onde se pode  
 mudar os Muras do Amaná.

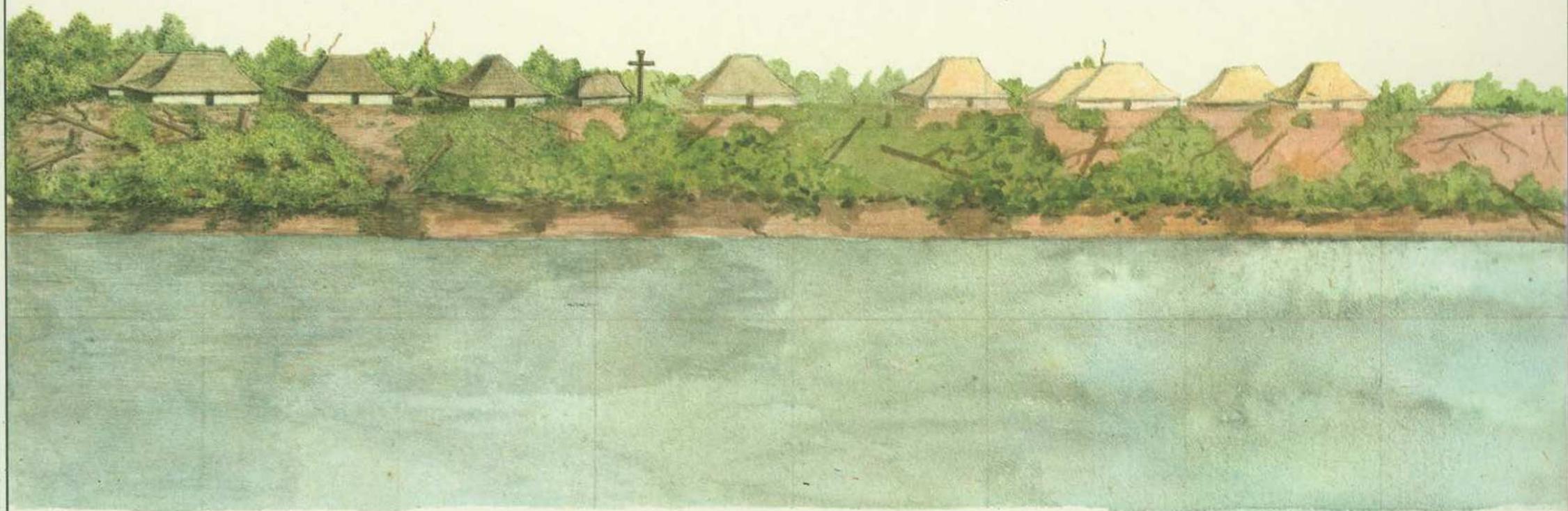


*Propecto do Lugar do Carvoeiro, em outro tempo Aldeia do Araçari, situada na margem Meridional do Rio Negro.*

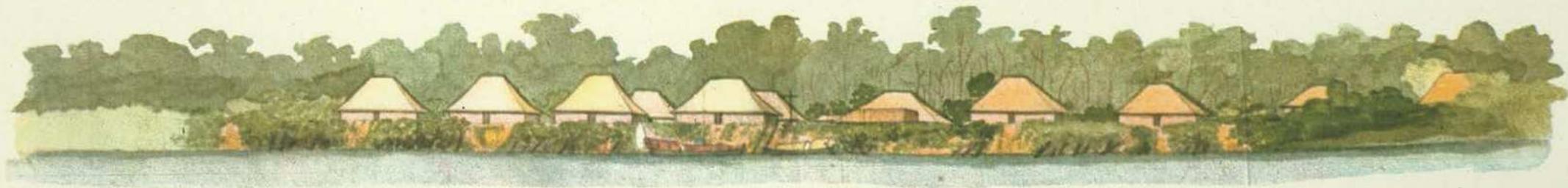
*Corina*



Prospêcto da Povoação de N. S. do Monte do Carmo, situada na margem occidental do Rio Branco, na distancia de 38 leguas da sua foz.

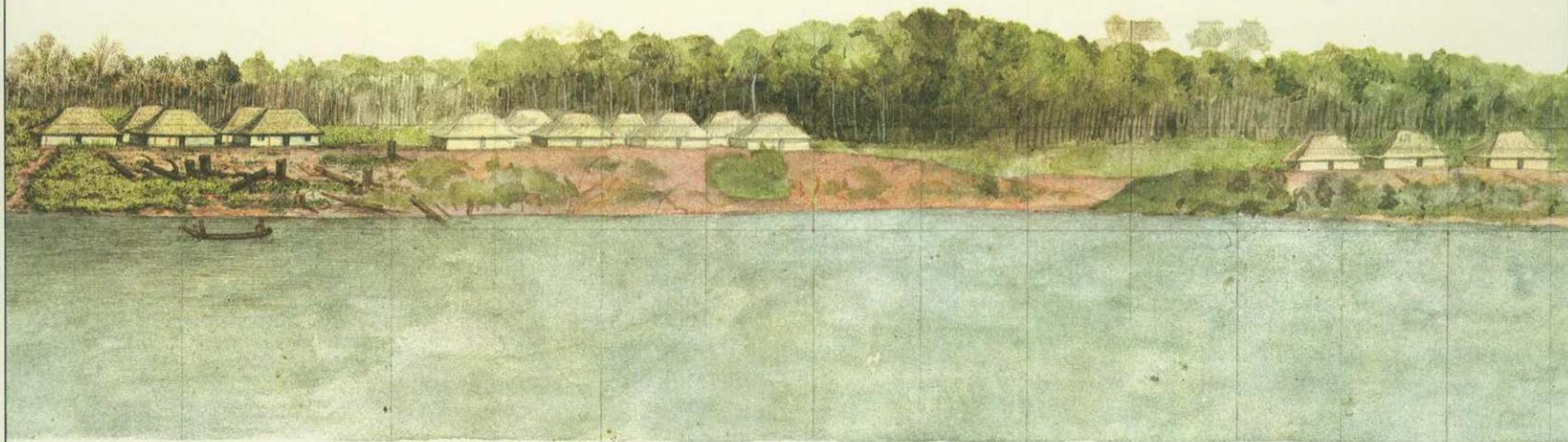


Prospecto da nova Povoação de S.<sup>ta</sup> Maria, situada na marg Oriental do Rio Branco, na distancia de 75 leguas da sua  
foz.



*Prospecto da nova Povoação de São Felipe, situada na margem Occidental, no principio da lagoa grande do Rio Branco, na distancia de 78 legoas da sua foz.*

*Codina*



*Prospecto da nova Povoação de N. S. da Conceição, situada na margem oriental do Rio Branco, na distancia de 82 leguas da sua foz.*



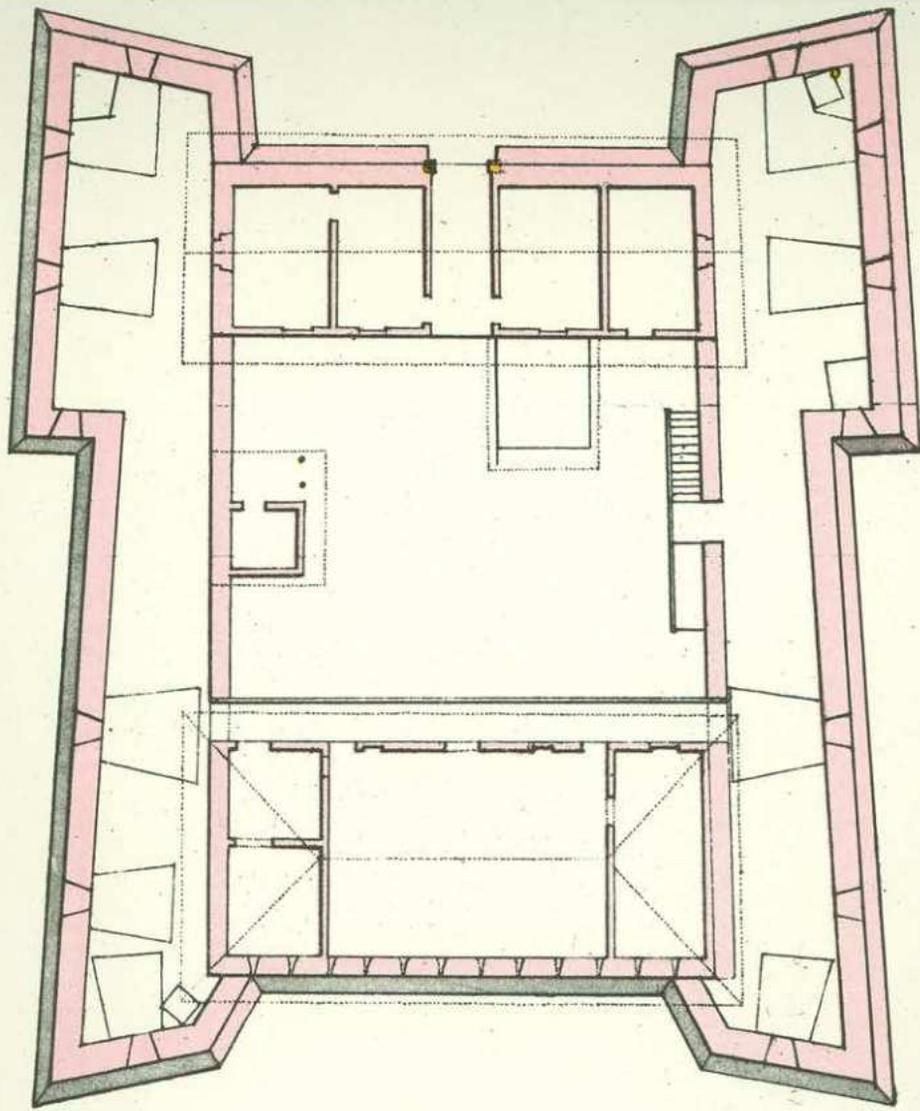
Prospeto da grande Serra do Caratumaã, sobre amargem Oriental do Rio Branco; na distancia de 91 legoas da sua foz;

Costa.

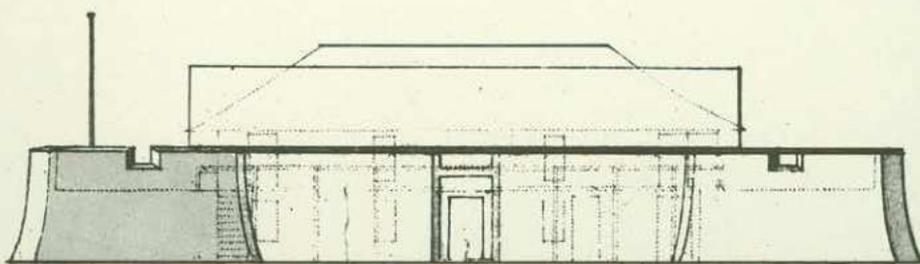
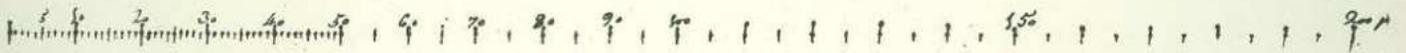


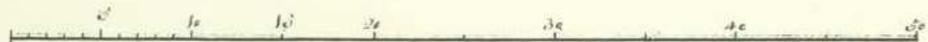
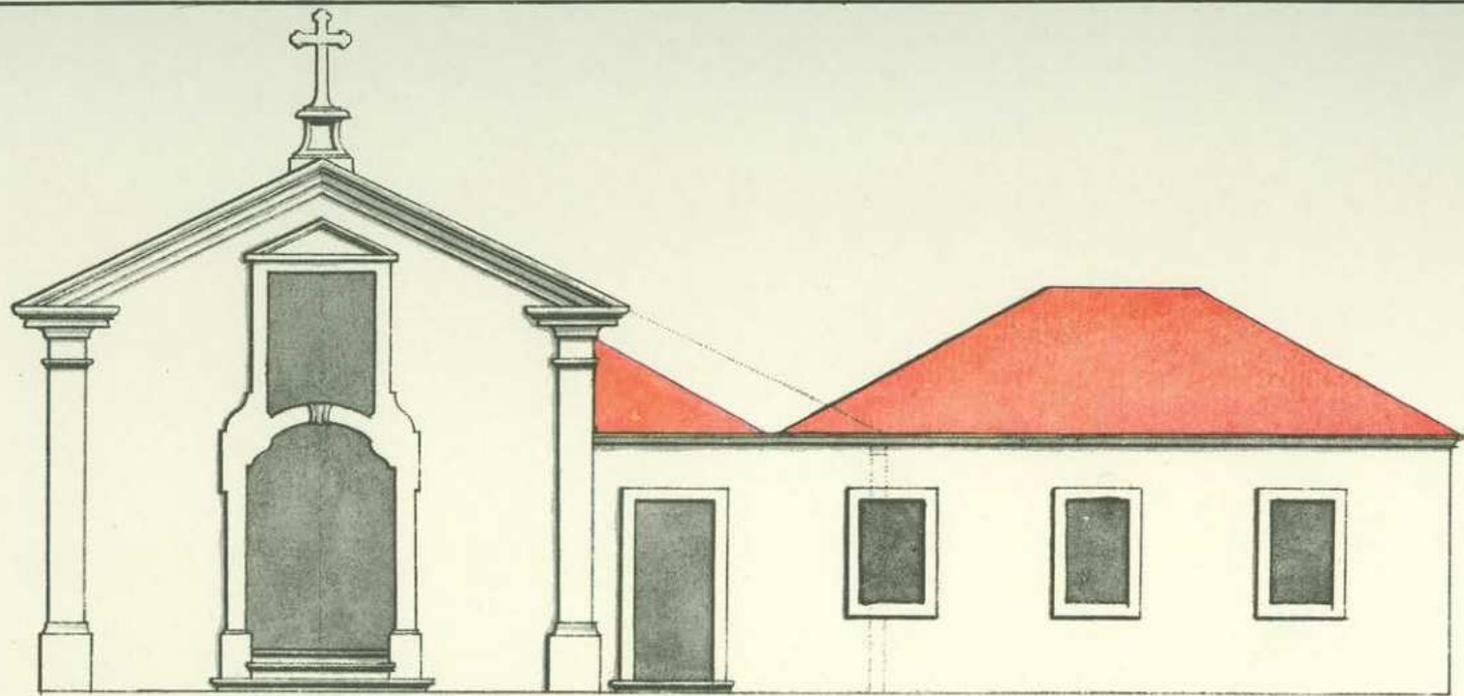
Prospeto da Fortaleza de S. Joaquim, situada na margem Oriental da foz do Rio Tacutu, o qual se despeja no Branco pela sua margem Oriental,  
na distancia de 102 legoas da sua foz.

Codina.

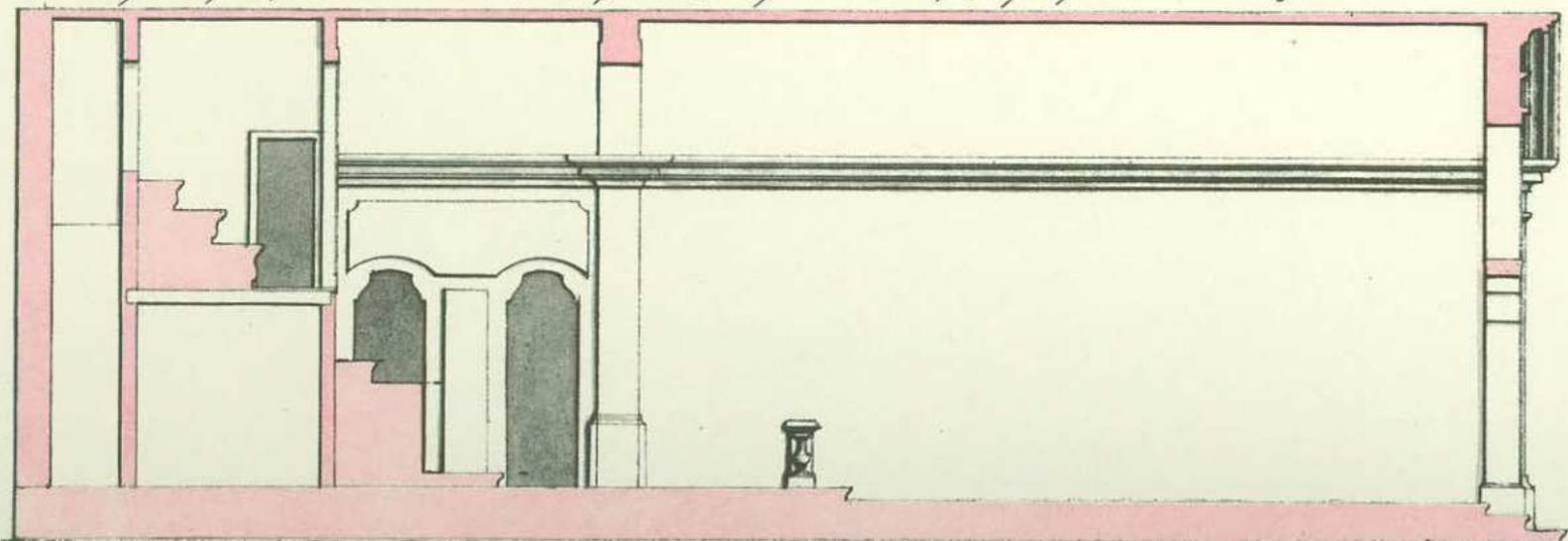


*Planta da Fortaleza de S. Joaquim do Rio Branco.*

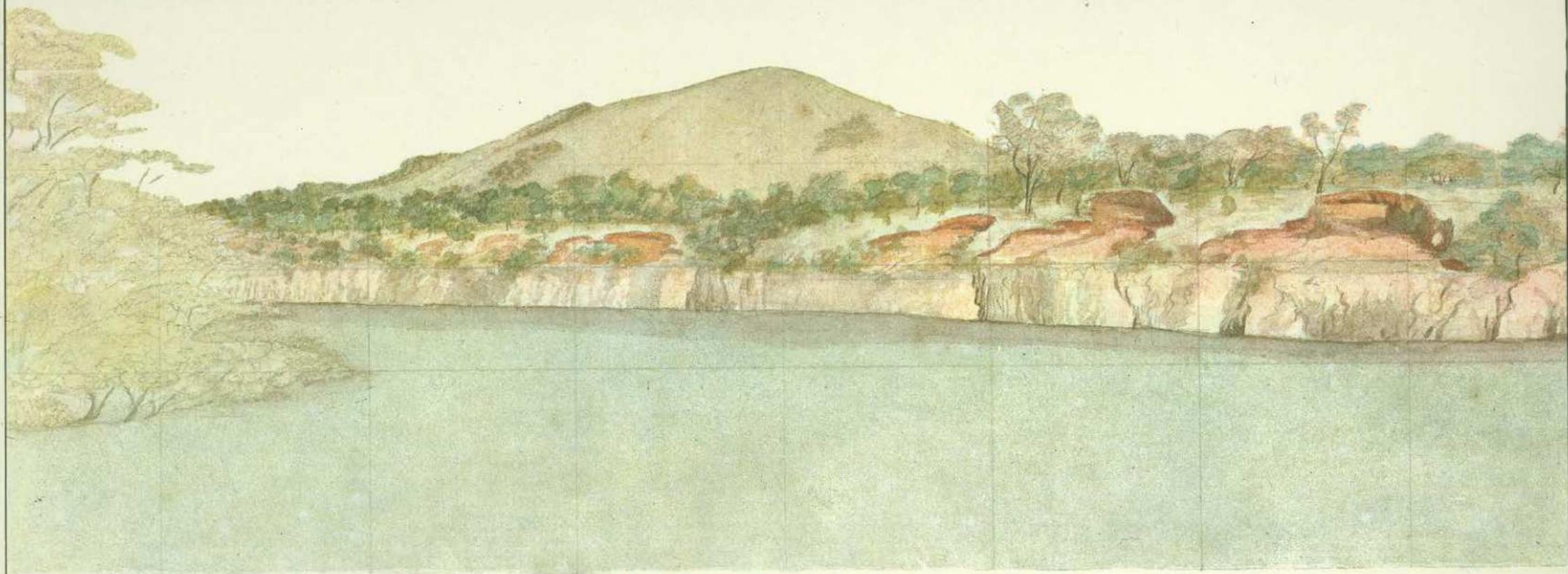




*Cópia do rascão de desenhos do Cap.º Engenheiro Philippe Esteves, Com mand.º g.º da Fortaleza de S. Joaquim do Rio Branco, 1.ª a capela, e Residência anexa do capellão de Troça da Guarnição; cuja Capela ainda se não fez.*



PLANTA DA CAPELA E RESIDENCIA DO CAPELÃO, FORTE DE SÃO JOAQUIM



Prospeto d'aprimis. Serra q. existe na margem Oriental do Rio Maú, na distancia de 8 legoas e 2 milhas da sua foz, em de 25 e 2 milhas da Fortaleza de S. Joachim.



*Prospecção da Cachoeira grande do Rio Mau a distancia de 17 legoas e meia da sua foz, em distancia de 24 e meia da Estalagem de S. Joachim.*



*Projeto da continuação da Cachoeira do Uruburu, e he a F. do Rio Mau.*

*Adina*

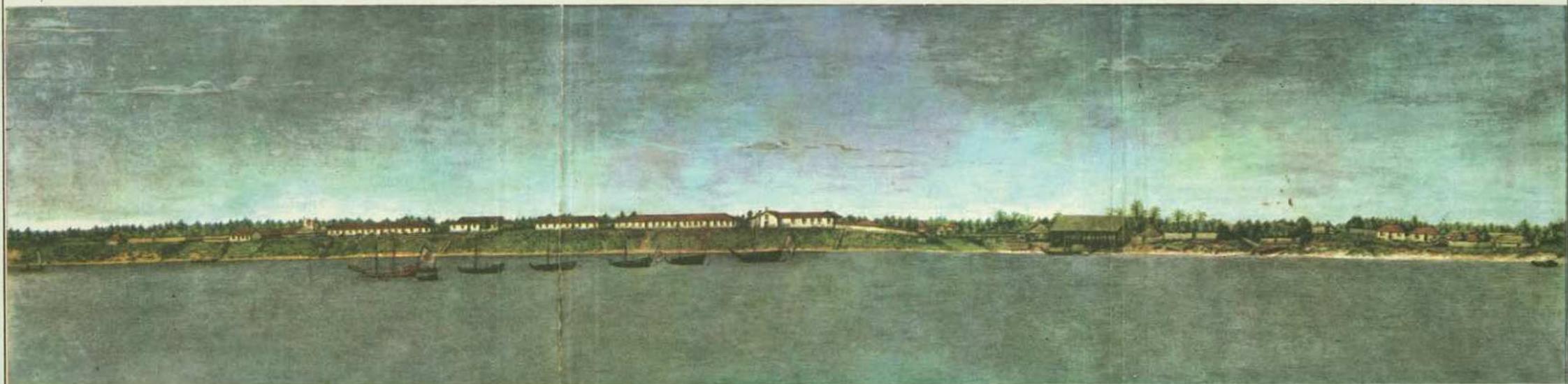


Prospecção da continuação da cachoeira do Uruburu, q. há a St. do Rio Mau.

Carlini.

MOLIRI JAM TECTA VIDE, ET JAM FIDERE TERRAE.

Virg.



Prospeto da Villa de Barcellos, antigamente, *Mariuá*, creada Capital da Capitania de S. Joseph do Rio Negro, pelo Altm. Exm. Sr. Francisco Xavier de Mendonça Furtado, por Provisão de 6 de Mayo de 1738. Está situada na margem austral do referido Rio Negro, na distancia de 70 legoas da sua foz; em 6° 58' 00" de latitude austral, e em 51° 4' 42" de longitude oriental a Ilha do Ferro, segundo as ultimas observações.

Representa-se aqui a Altm. Exm. Sr. João Pereira Caltas, Governador e Capitão General nomeado para as Capitancias do Mato-grão, e Curitiba, e as Districtos dos Governos dellas, do Estado de São Paulo, Encarregado da Execução do Tratado Preliminar de Limites, e Demarcação dos Terras Dominios, pela primeira vez, que se dirigio ao Quartel da Villa de Ega, no Rio Solimões, em 28 de Abril de 1784.

(a) Canoa da Invenção de S. Sr. de Pilar, do transporte de S. Sr.

(b) As duas Aguias das Cordeas.

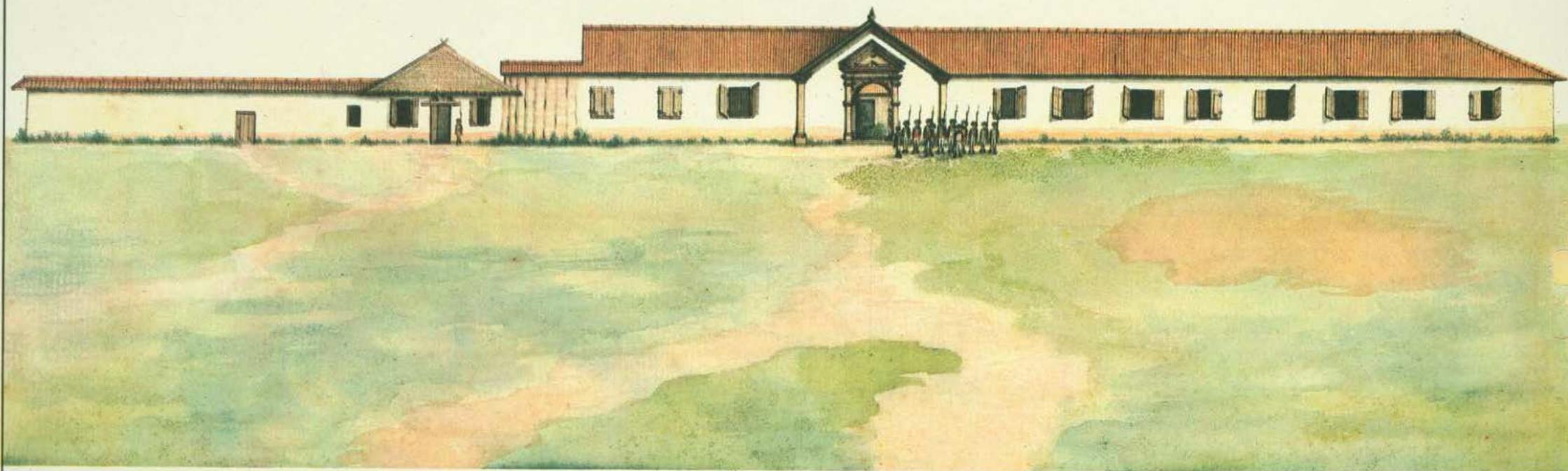
(c) Canoa de transporte de Copalão de Pedro Thomaz.

(d) Canoa da Cruzinha.

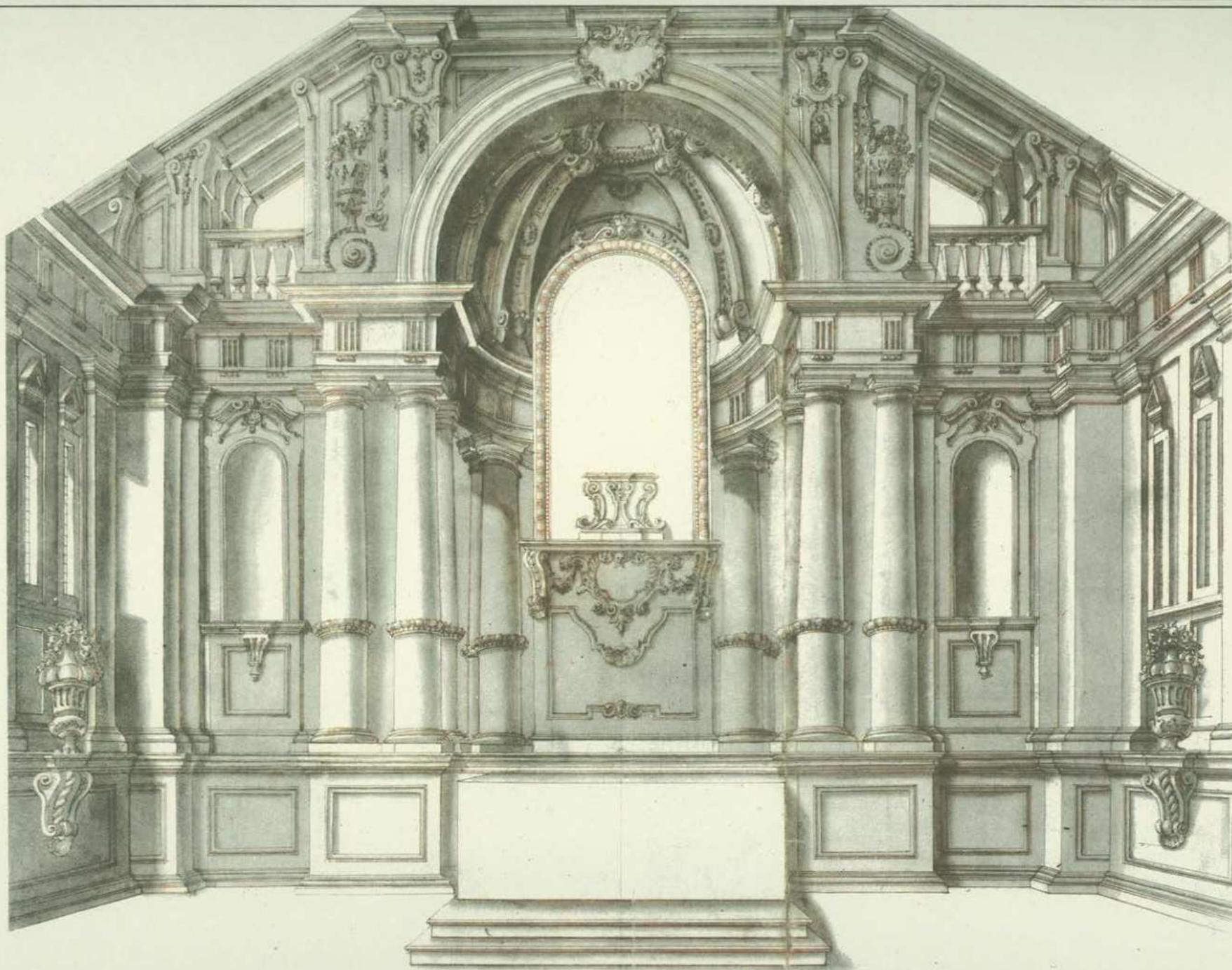
(e) Canoa da Invenção de S. Sr. da Boa Viagem, do transporte de Escrivão da Fazenda Real Sebastião Joseph Pires, que então servia de Secretario interno.

(f) Canoa de transporte de Oliveira dos Enxergados na Demarcação Anterior Joseph de Araujo Braga.

(g) Canoa da Invenção de S. Sr. de Valle, do transporte de Capitão - Coronel Estevão Raphael, Natchel, Encarregado da Demarcação.



*Prospecto do Quartel da Tropa da Guarnição da Villa de Barcellos, mandado erigir pelo o Illm.º e Excm.º Sr. João Pereira Caldas, noteyro do seu Governo, e feito executar pelo Sr. Joachim Dinoco Valente, Governador que foi da Capitania de S. Joseph do Rio Negro. Principiou-se no anno de 1775, e ficou no Estado, em g. seacha desde o de 1776.*

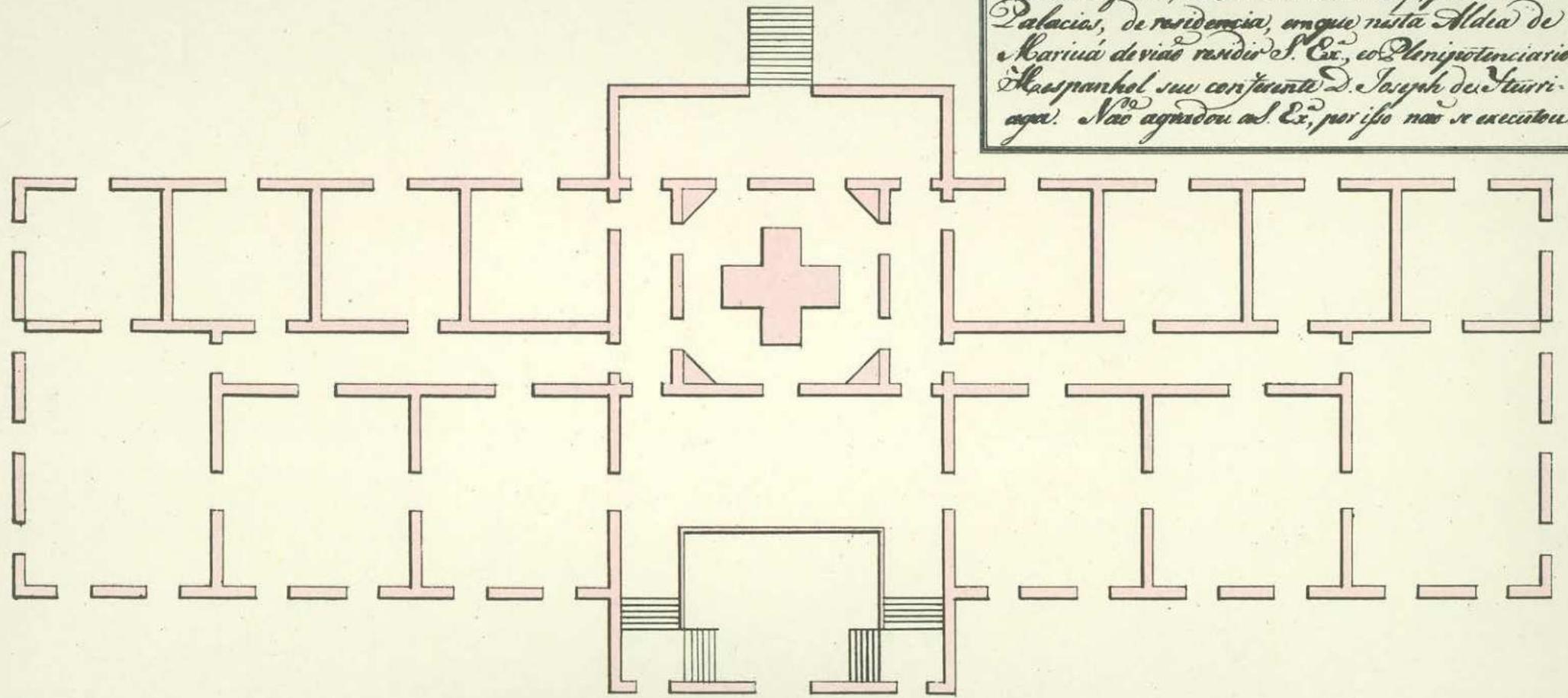


*Figura 51.ª do projeto de Antonio Josepha Landi na Capella mor da Igreja Matriz da Vila Caprica e Barcellos, no anno de 1785. grav. al. Gabinete de Historia Natural*



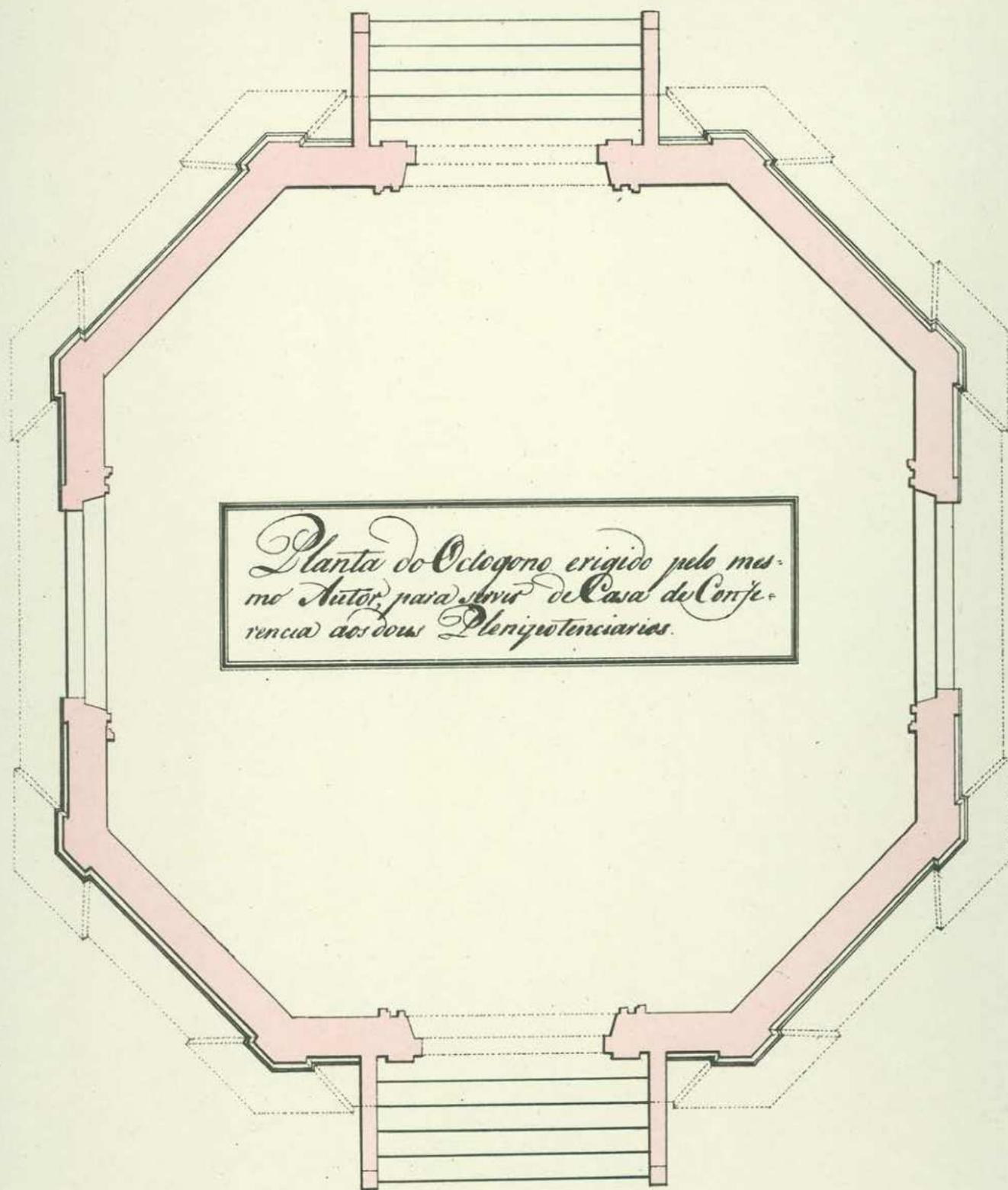
Prospecto da Pintura, e fez o capitel. Antonio Joseph Sardi, Architecto Regio, e os lados da Capella mor da Igreja Matriz de Barcellos.  
Des. 6 para o Real Gabinete de Historia Natural.

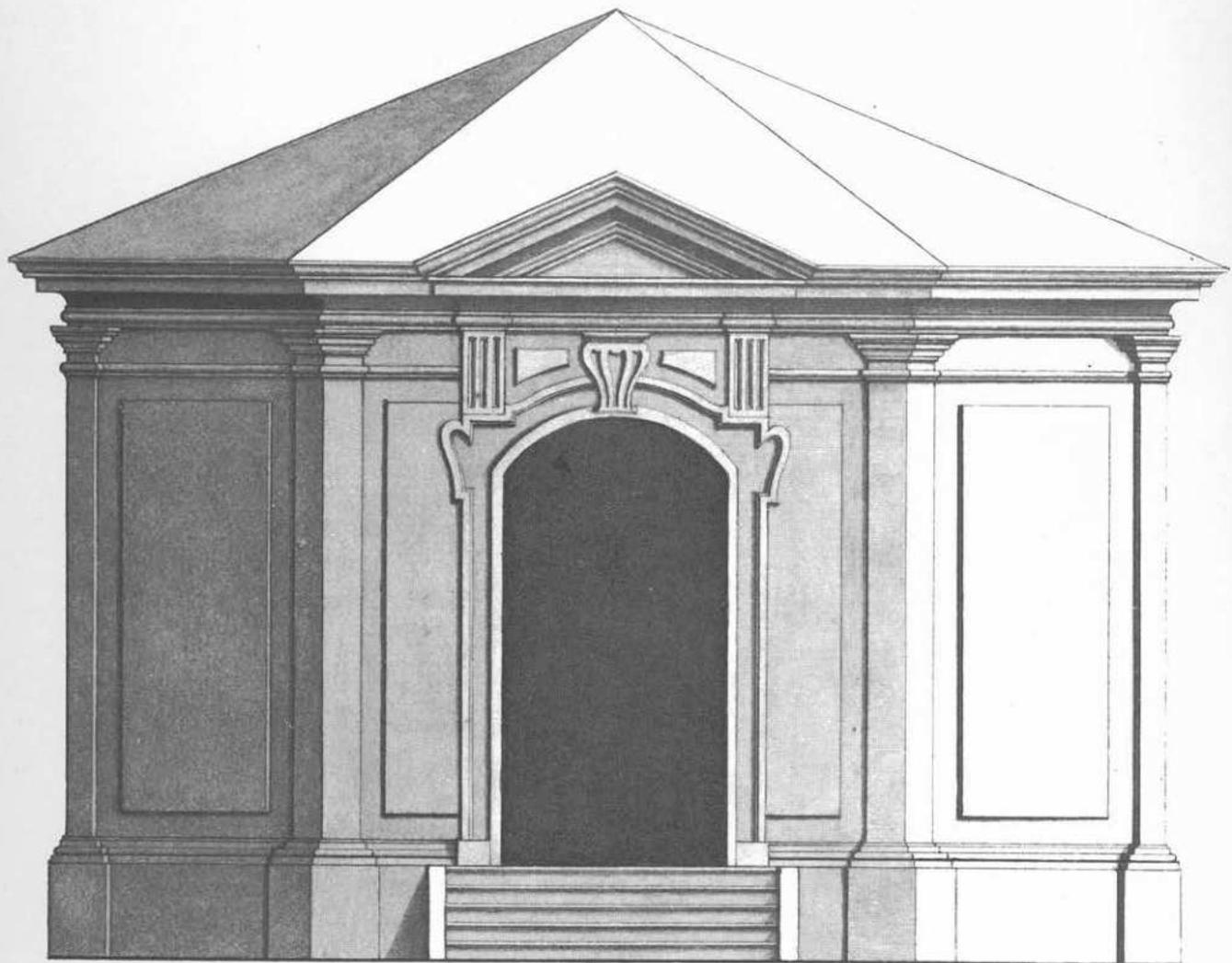
*Primeira Planta, que fez o Capitão Engenheiro  
 Philippe Sturm, de Ordem do S. Ex. o Sr. Francis-  
 co Xavier, des. Mendonça, Surtado, Plenipotencia-  
 rio, e Principal Comissario das Demarcações  
 dos Reaes Dominios da Parte do Norte: O qual  
 amandou fazer, de Ordem do S. Mag. para os seus  
 Palacios, de residencia, em que nesta Aldea de  
 Cariua de vido rendir S. Ex. co Plenipotenciario  
 Haespanhol seu conjuente D. Joseph de Surri-  
 aga. Não agardou ad. Ex. por isto não se executou.*



N.  
S.

PLANTA DA RESIDENCIA DOS PLENIPOTENCIARIOS, BARCELOS

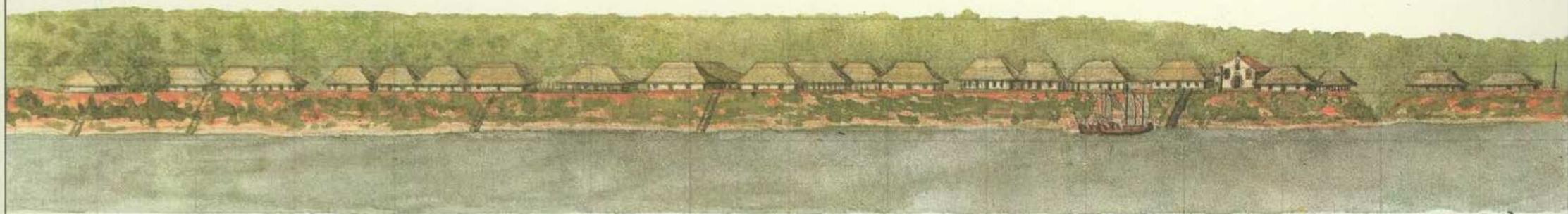




*Alçado da Frente do referido Octógono.*

*Baselha, 10 de Abril de 1788.*

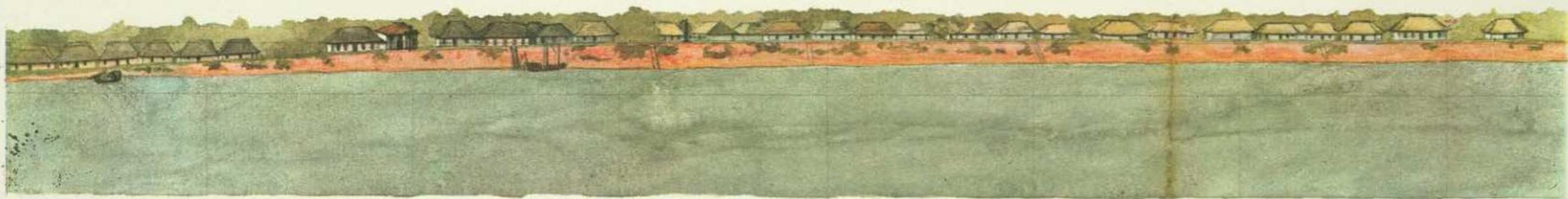
*J. J. Córdova as Córdova como se achou.*



*Prospecto do Lugar de Moreira, chamado antes Caboquena.*

*Em 23 de Agosto de 1785.*

*Freire.*



*Prospecto da Villa de Thomar, chamada antes Bararua.*

*Em 29 de Agosto de 1785. Feito.*



*Prospecção do Lugar de Lamalonga; algum dia Darf.*

*Em 2 de Maio de 1785. Frise.*



*Vista do Rio Padaveri, o qual desagua no Rio Negro*



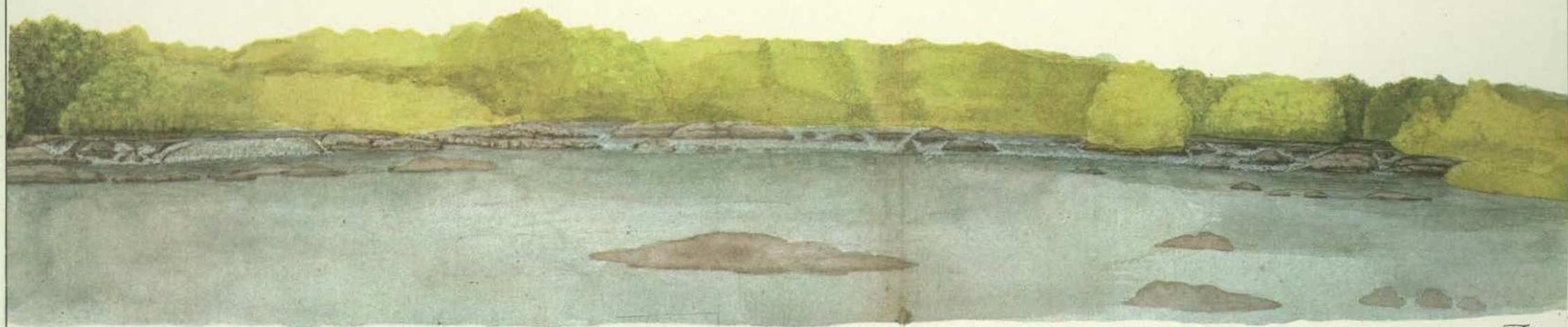
*Prospecto do Lugar de Santa Isabel.*

*Am 10 de M<sup>o</sup> de 1785. Frim*



Prospecção do novo Lugar das Caldas (a), estabelecido na margem oriental, no principio da primeira Cachoeira do Rio Cauaburi, pelo Venente Marcellino Joseph Cordeiro, Com mandante da Fortaleza de S. Gabriel: Por Ordem im mediata dos Ilm.<sup>s</sup> e Exm.<sup>s</sup> Srs. Joao Pereira Caldas, em Carta de 27 de Julho de 1781, não tendo o Governador de função executado até' então a primeira Ordem de 17 de Dezembro de 1773, ao mesmo respeito

(a) Em officio de 28 de Julho de 1781, ordenou ao Governo interino desta Capitania o Ilm.<sup>s</sup> e Exm.<sup>s</sup> Sr. Joseph de Napolés Tello de Menezes, Governador, e Capitão General do Estado, que em obsequio aos Ilm.<sup>s</sup> e Exm.<sup>s</sup> Srs. Joao Pereira Caldas, desse ao novo Lugar a denominação de Caldas.



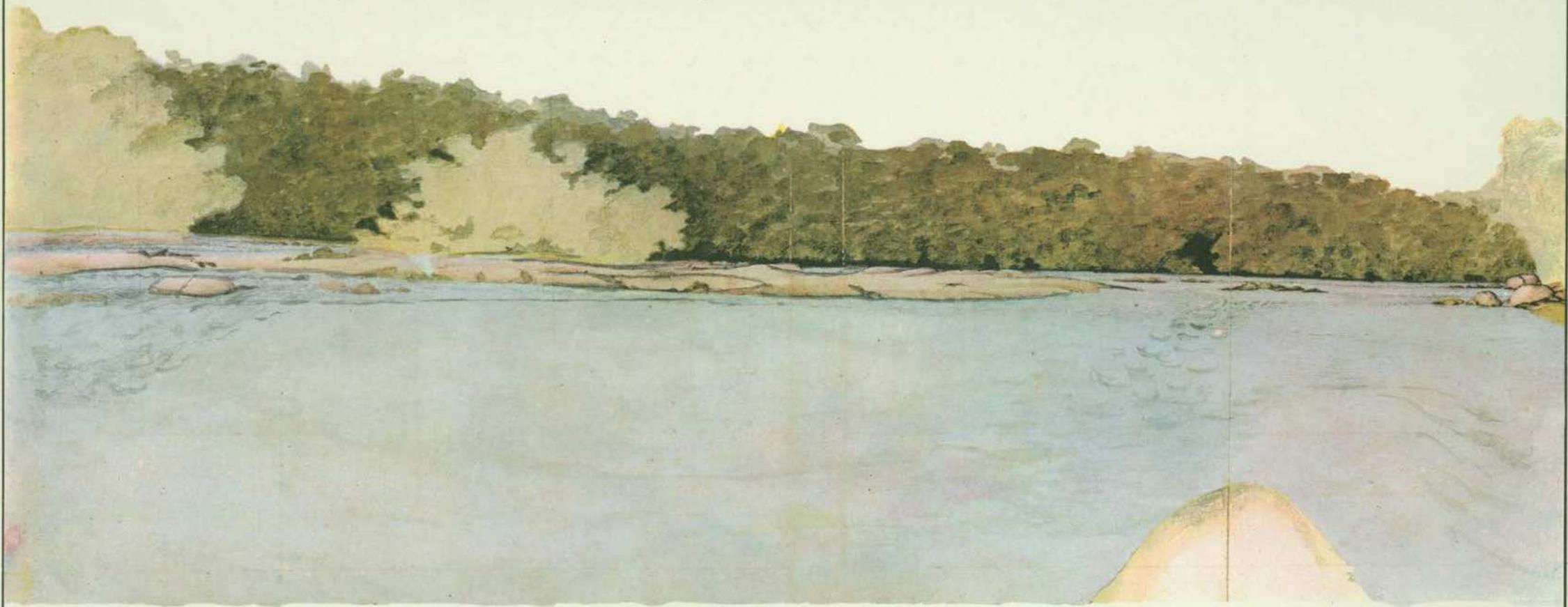
*Prospecção da 1.ª Cachoeira do Rio Cauboris.*

*Fran*



*Prospecção da 2.<sup>a</sup> Cachoeira do Rio Cauboris.*

*Carlini*

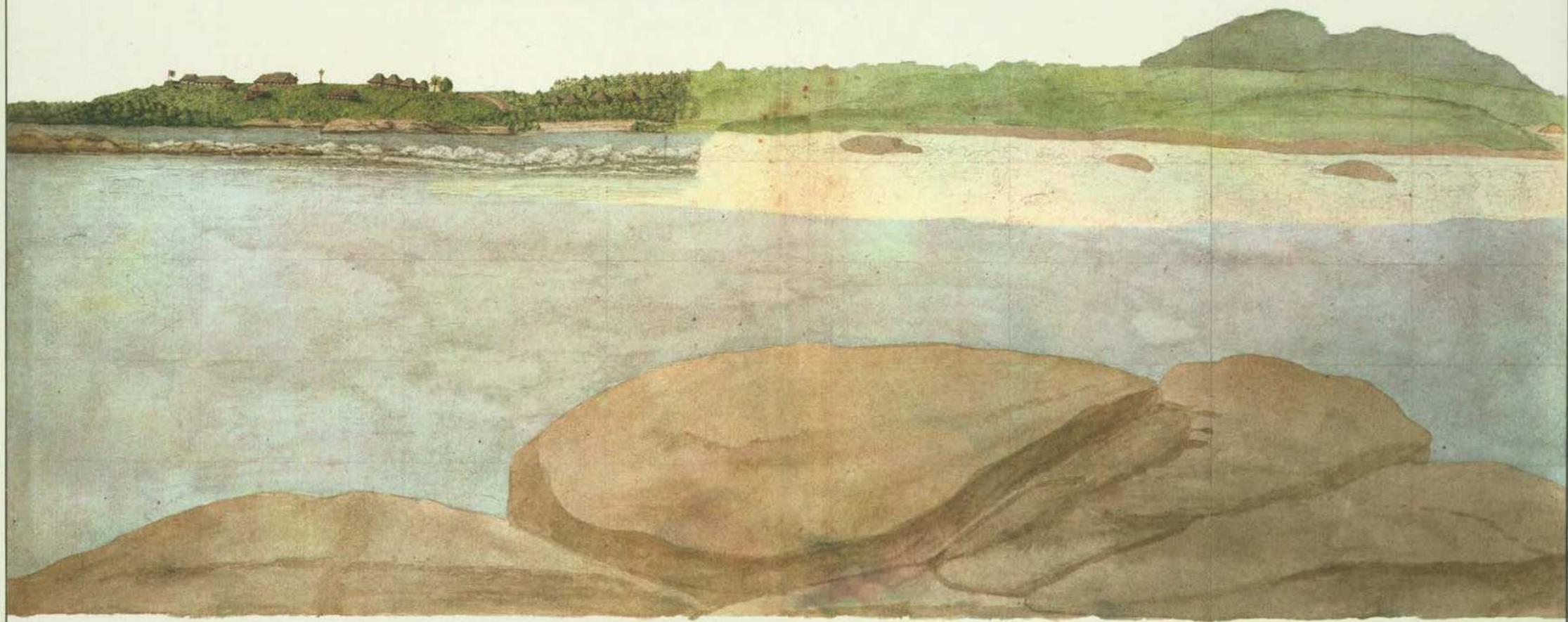


*Prospecto do Lugar de N. S. do Loreto de Macaraby.*

*Corina*



*Prospeto do Lugar de N. S. do Loreto de Macarabi.*

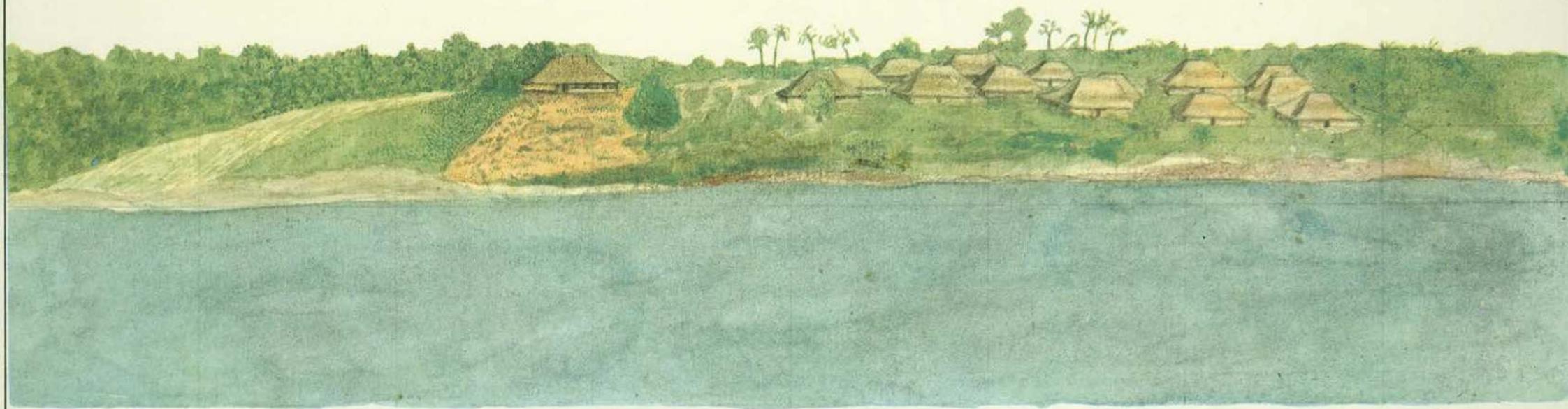


*Prospecto da Fortaleza, e Povoação de S. Gabriel da Cachoeira.*

*Em o 1.º de 86.º de 1785. Feina*



*Vista do Rio Uaupés, o qual desagua no Rio Negro.*



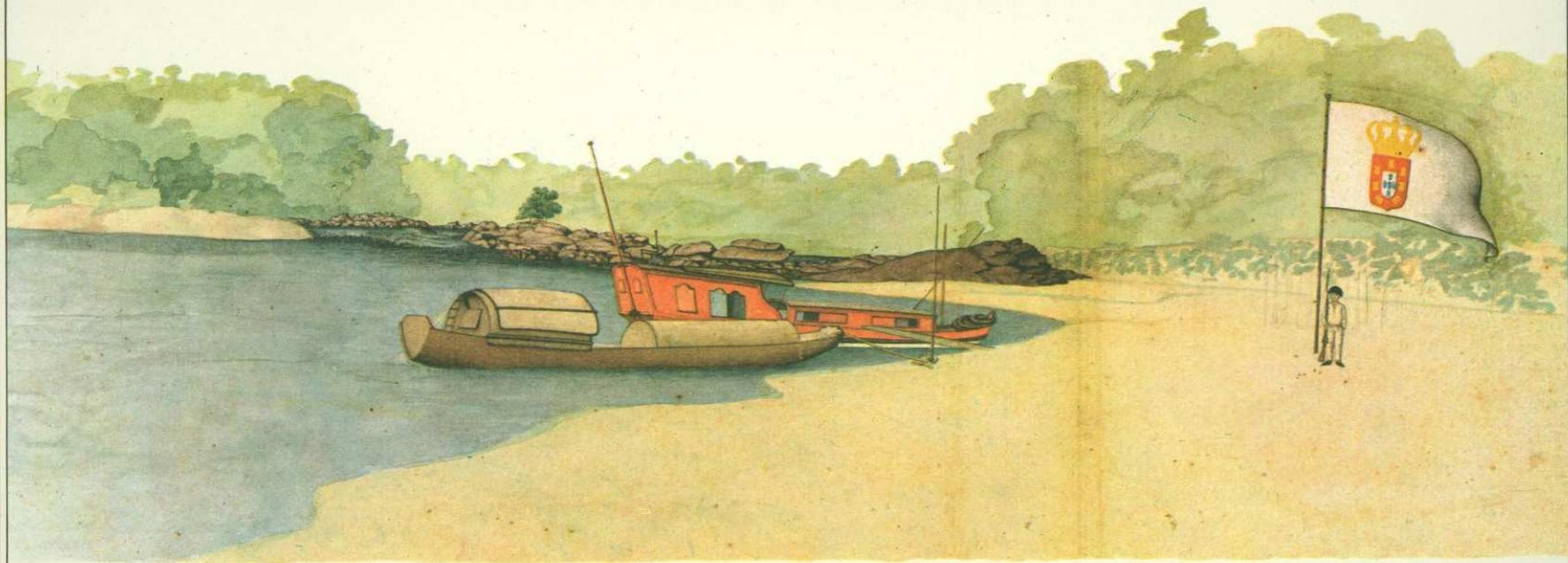
Em 27 de 86. de 1786. Feiza.

Prospeto da Povoação de S. Joaquim do Cuari dentro da foz, e na margem austral do Rio Uaupés.



*Vista do Rio Içana, o qual desagua no Rio Negro.*

*Adina*

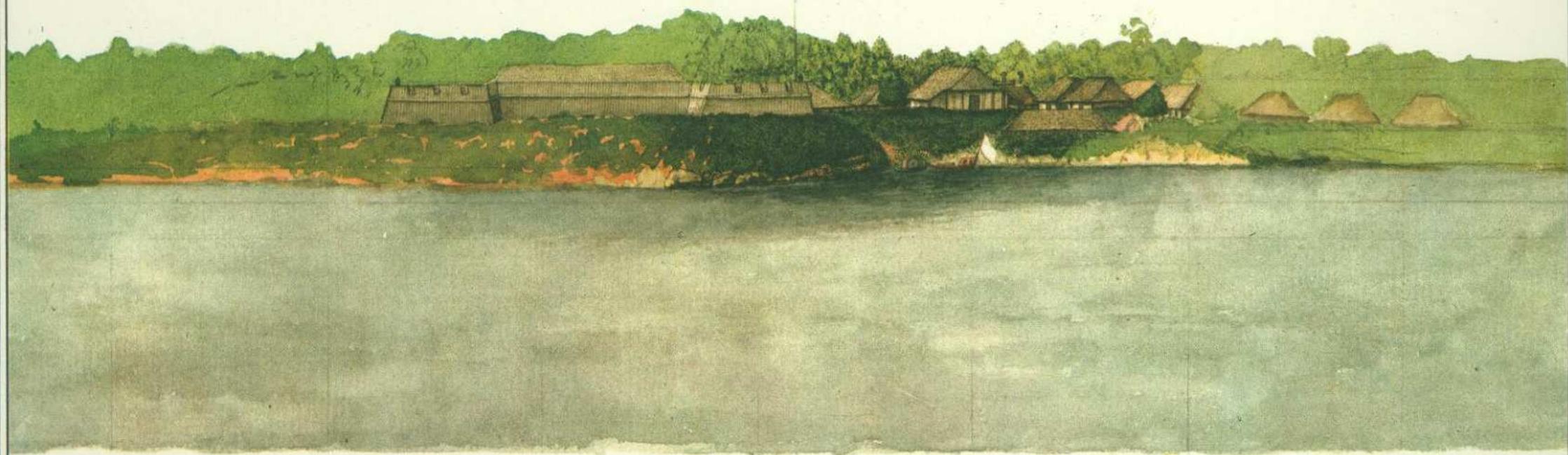


*Vista do Arraial e por no Rio Ixié junto a Cachoeira do mesmo Ixié*



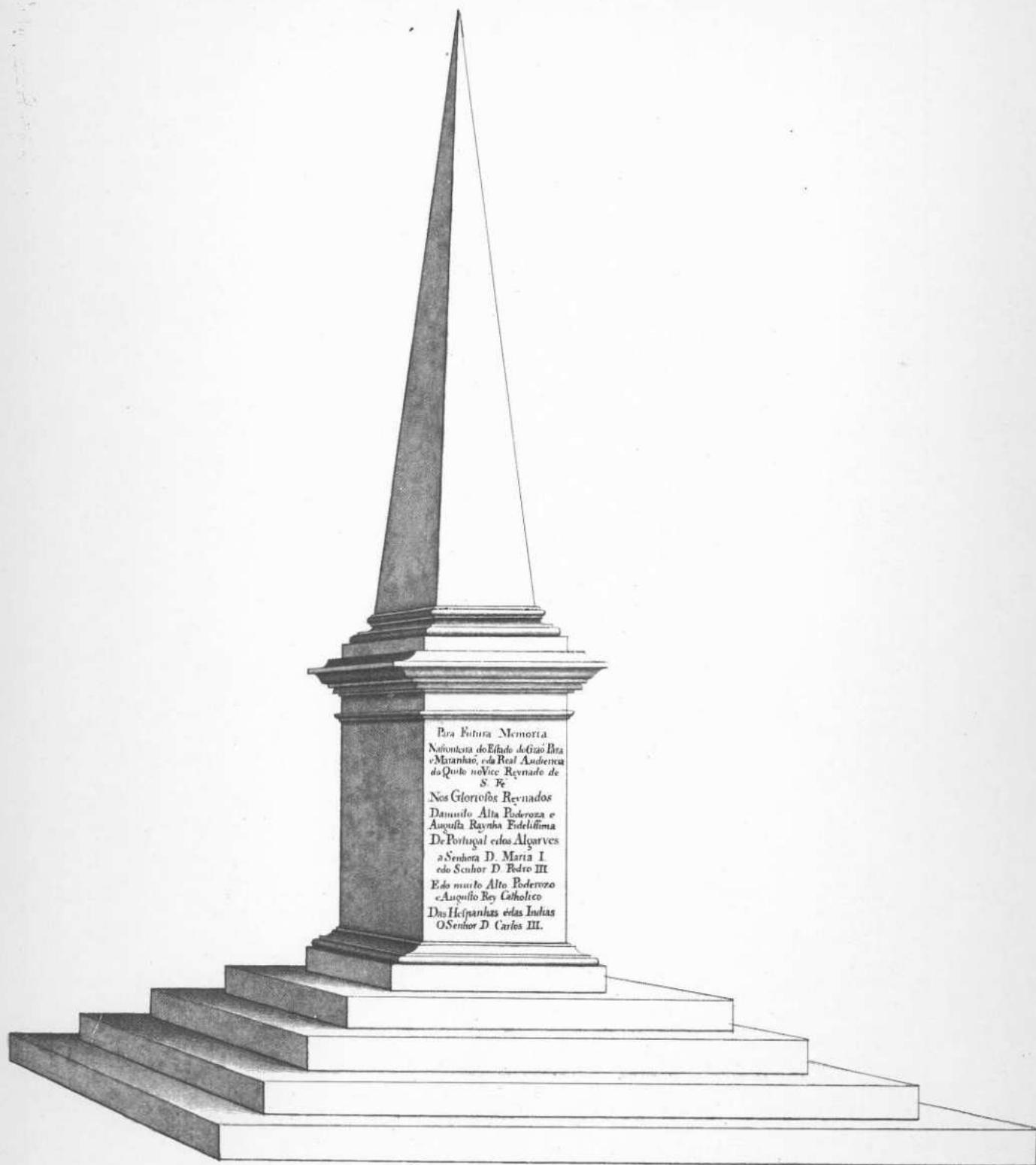
*Prospecto da Cachoeira do Rio Ixié, a qual desagua no Rio Negro.*

*Corina*



En 16 de Julho de 1825. Frisco

Projecto da Fortaleza e Povoação de S. José de Marabitanas.



*Prospecto do Marco erigido no anno de 1781 no Rio Javary na distancia de 1815 braças a Leste  
 da sua foz.*

*R. Para 17 de Abril de 1781*

# ANTROPOLOGIA



INDIOS GUAICURU ATRAVESSANDO UM RIO



INDIA GUAICURU



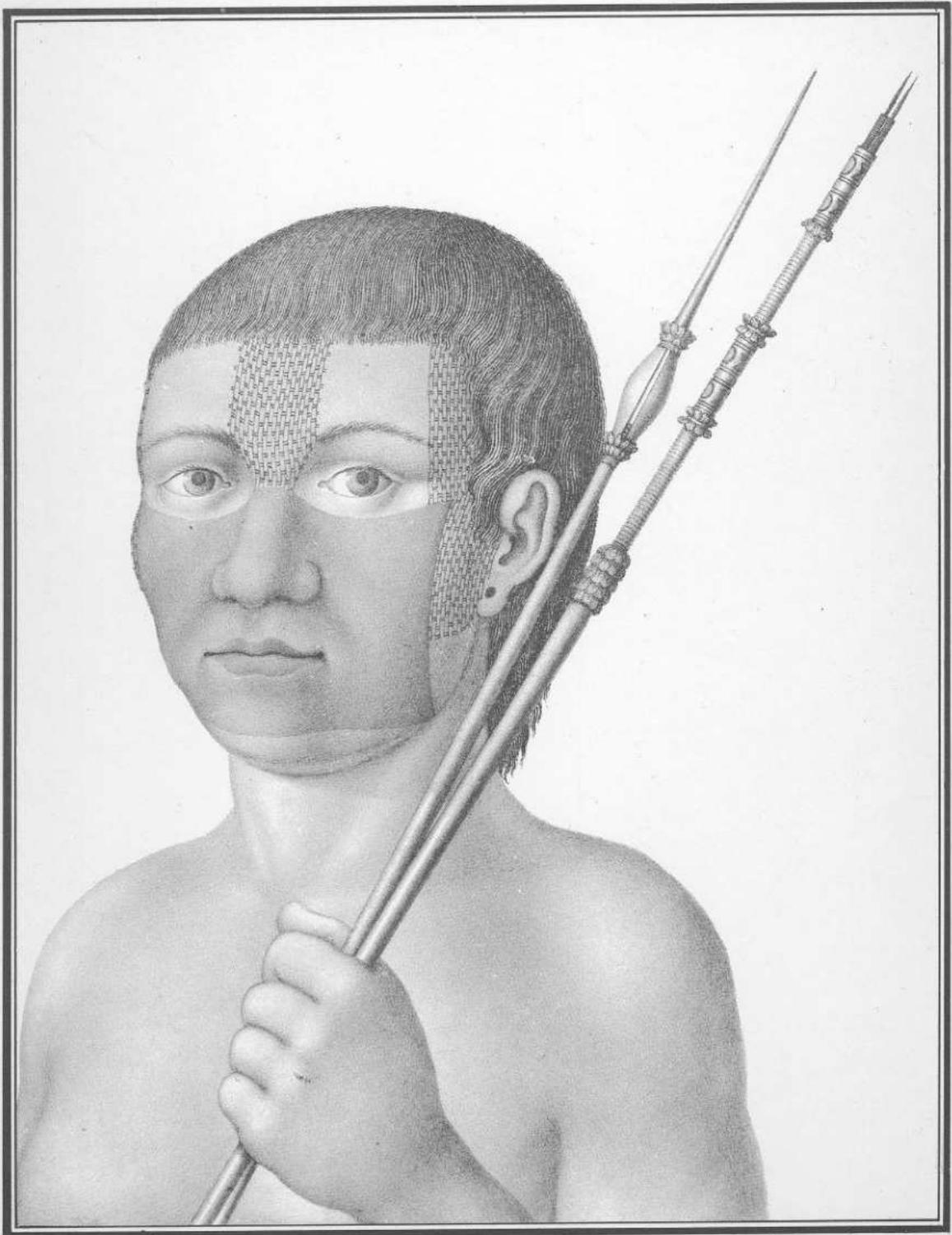
INDIO: UAUPÉS



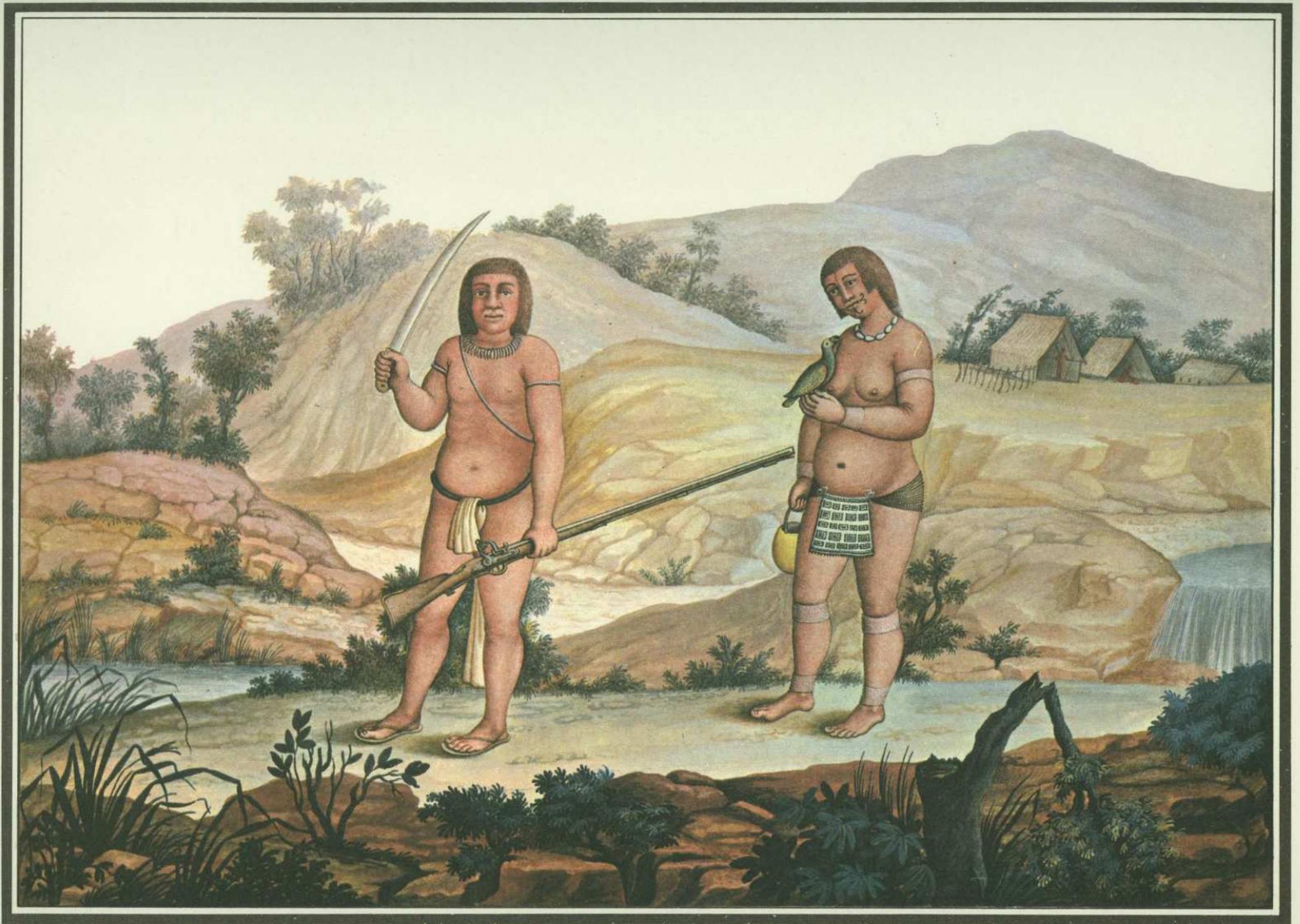
INDIO DE TRIBO NÃO IDENTIFICADA



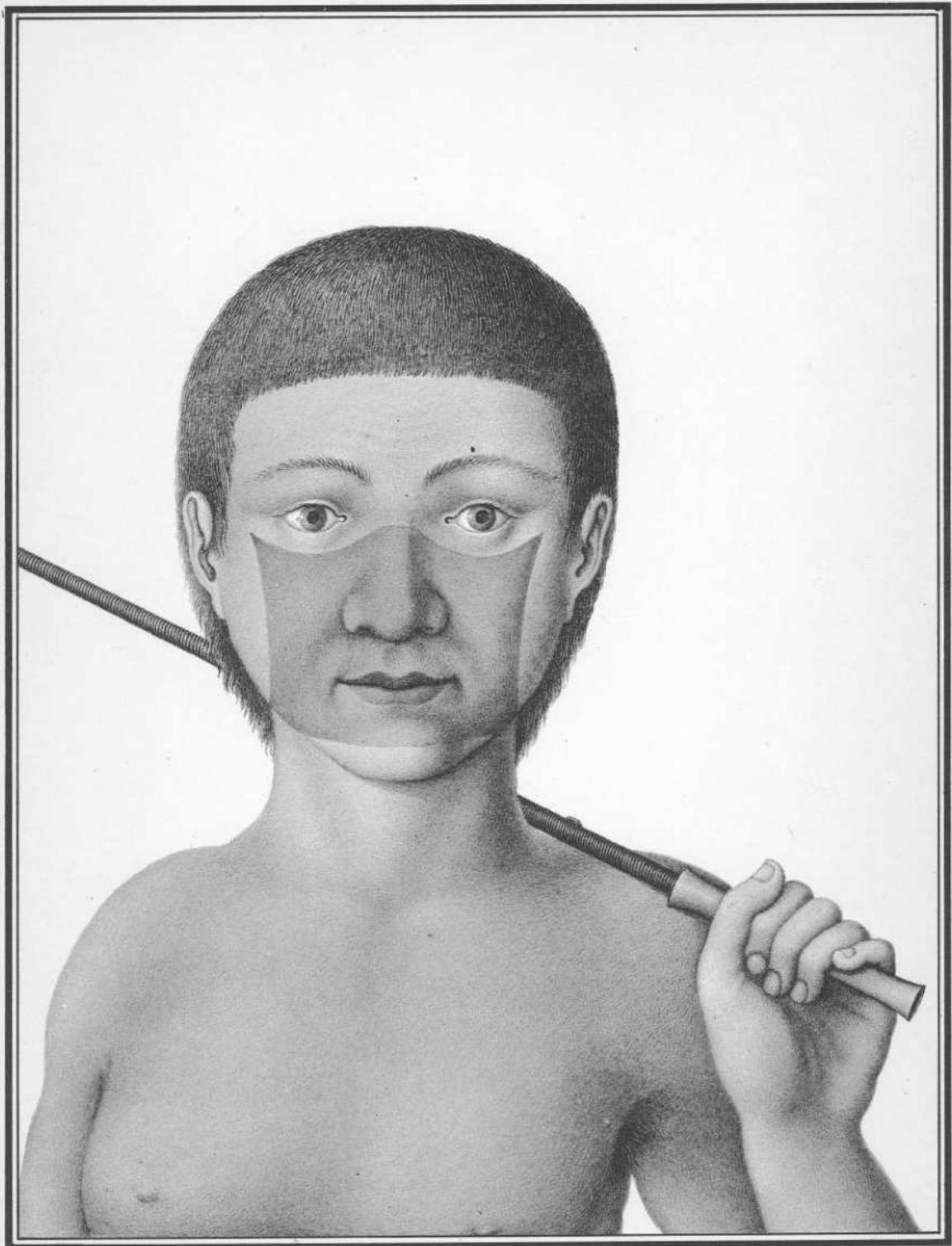
INDIO UEREQUENA



INDIO JURUPIXUNA



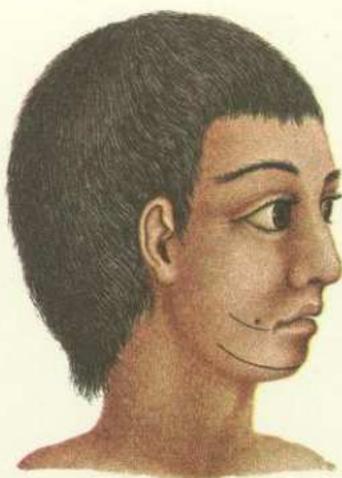
CASAL DE INDIOS DO RIO BRANCO



INDIO JURUPIXUNA COM ZARABATANA

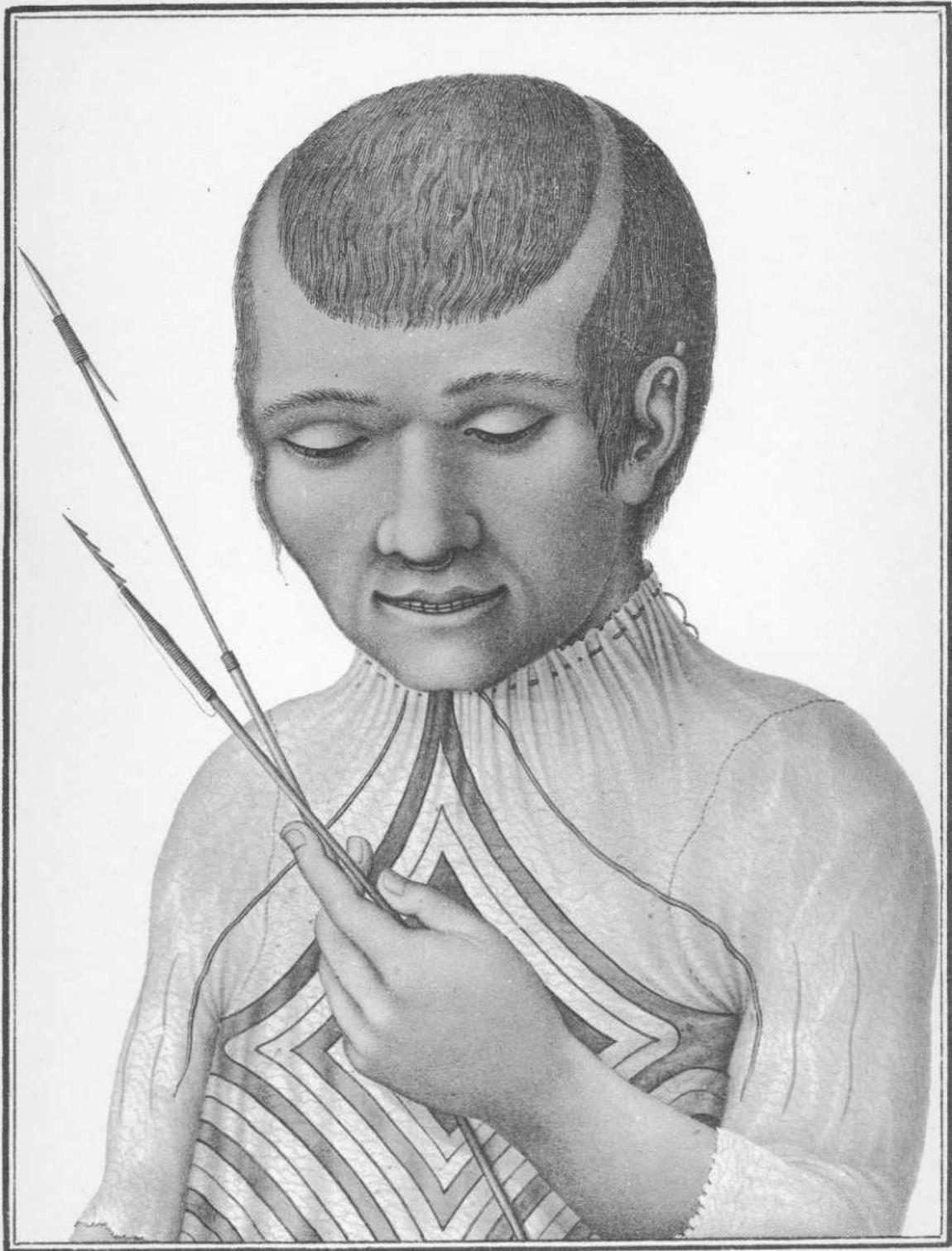


INDIAS VESTIDAS DE TRIBO NÃO IDENTIFICADA





INDIO JURUPIXUNA COM MANTO DE JAGUAR



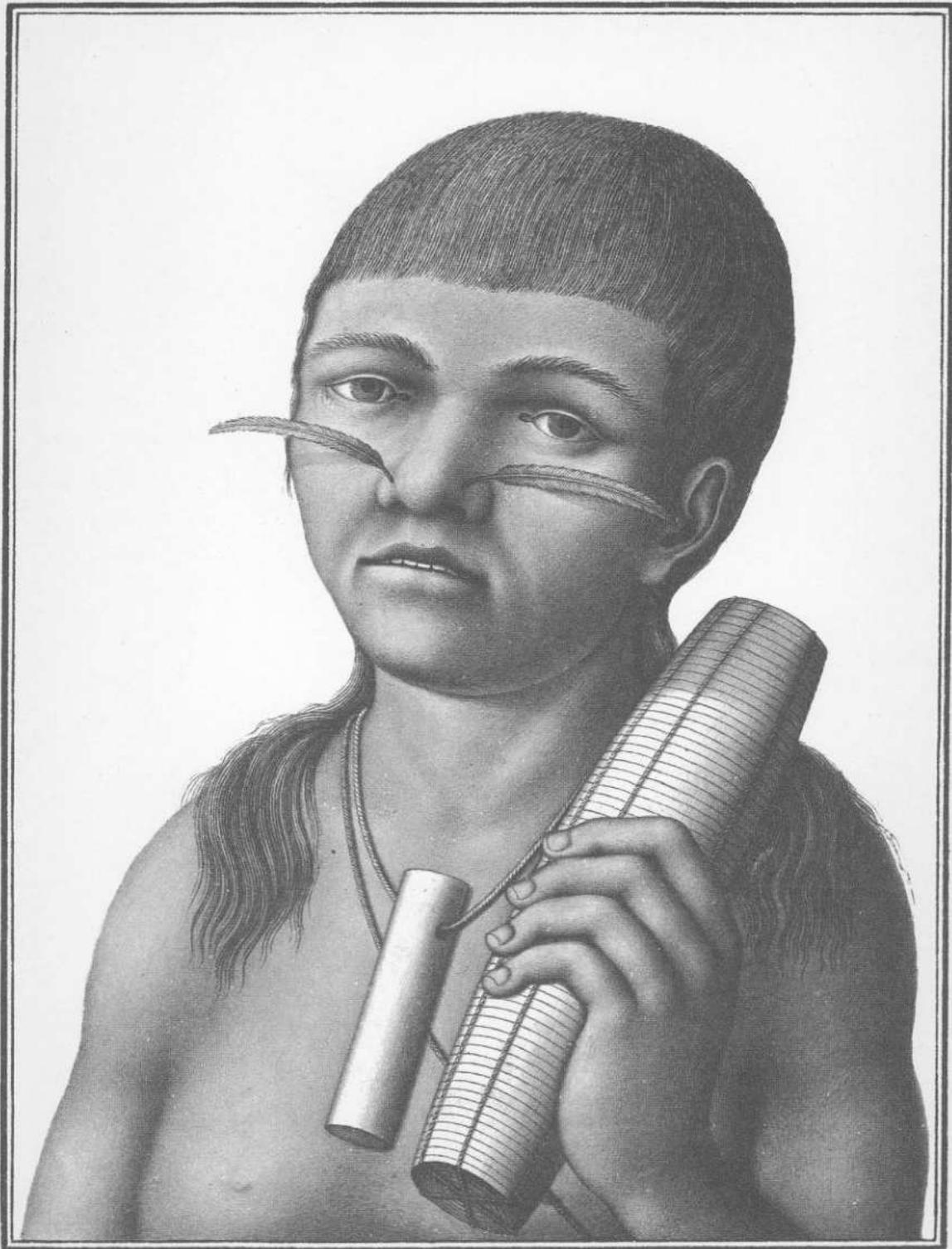
INDIO DA AMAZONIA VESTIDO TURURI



INDIO MAUA



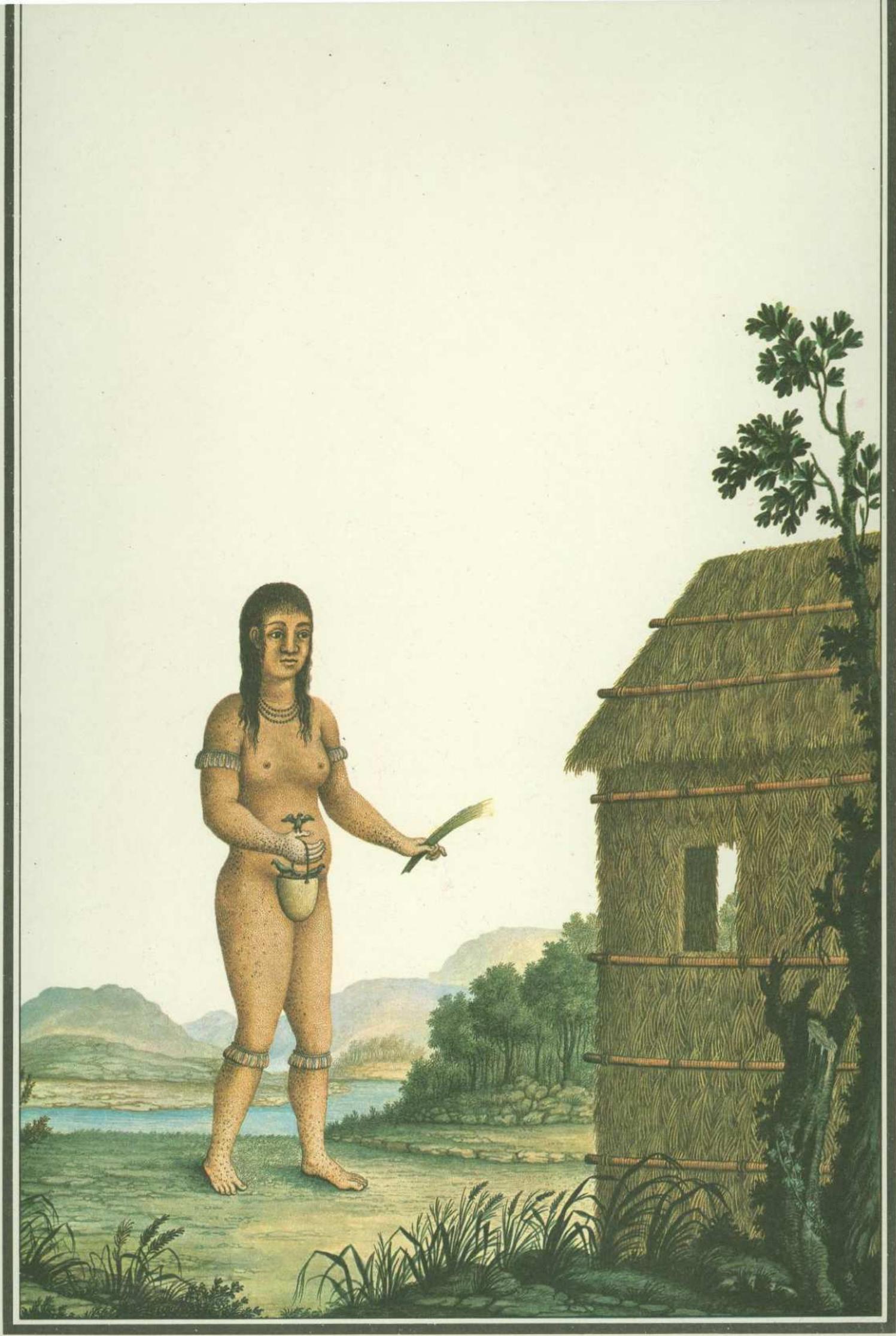
INDIO COM BATOQUE LABIAL



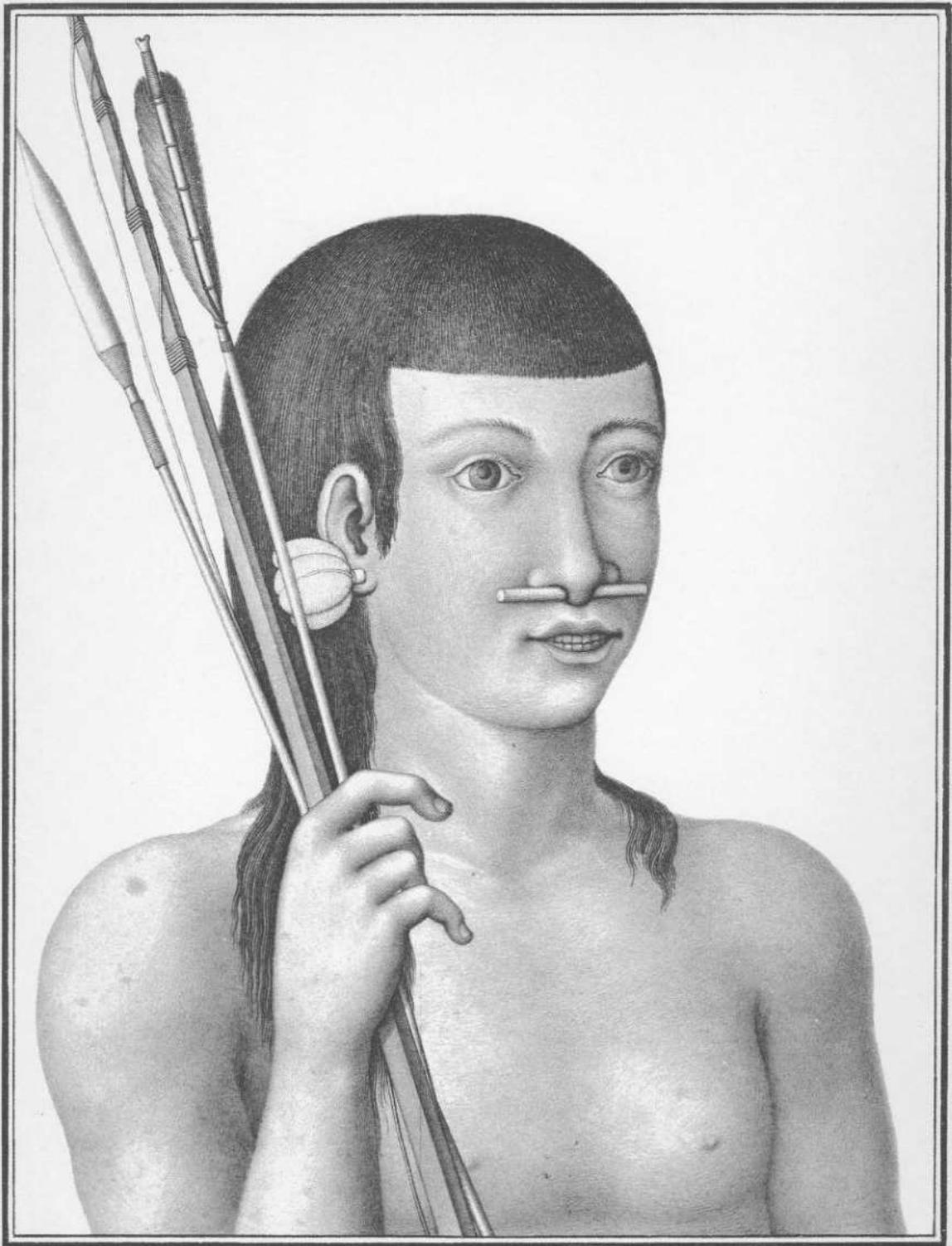
INDIO MIRANHA



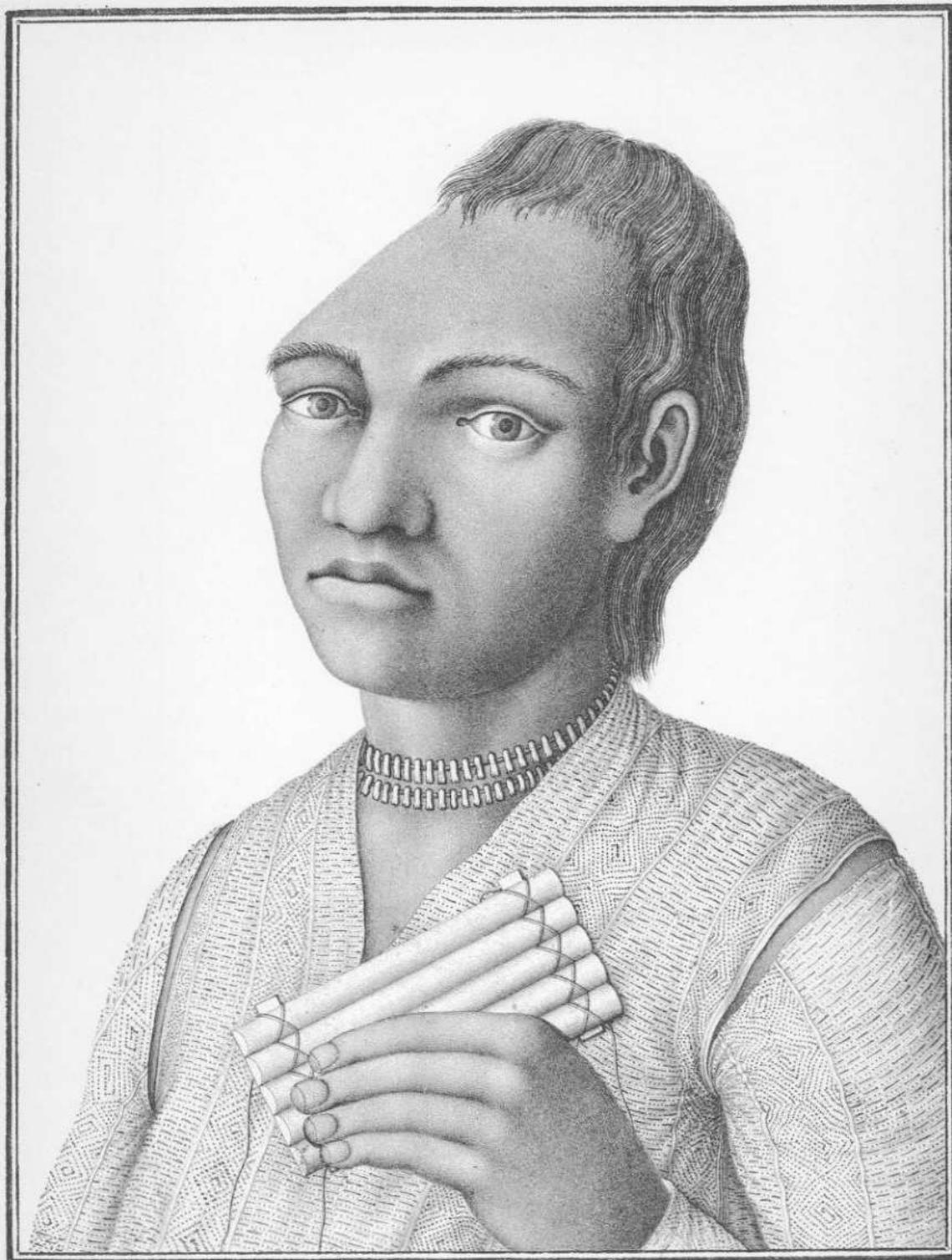
INDIO MIRANHA COM ZARABATANA E CARCAZ



PROVAVELMENTE INDIA - MIRANHA



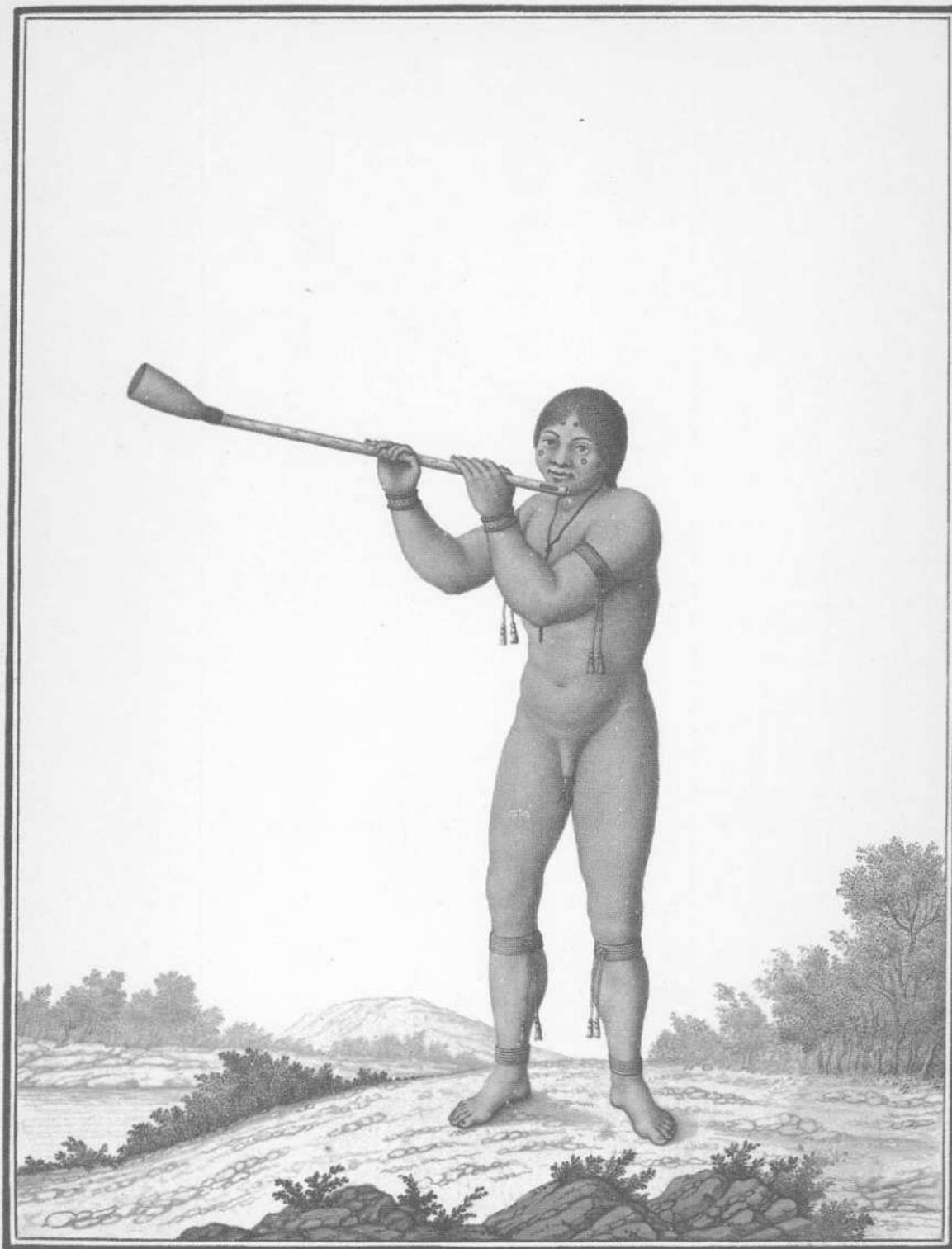
INDIO COM NARIGUEIRA



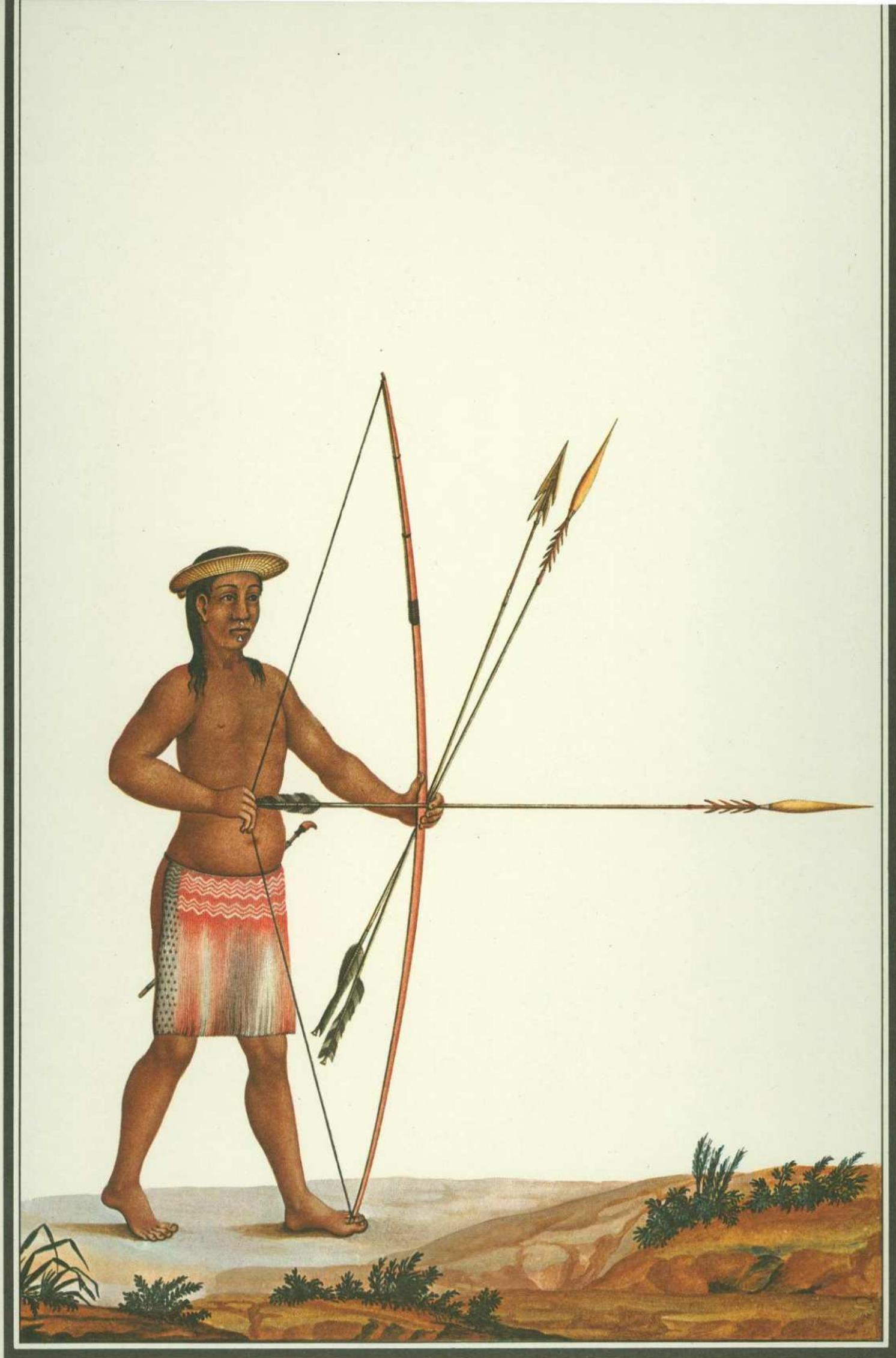
INDIO CAMBEBA



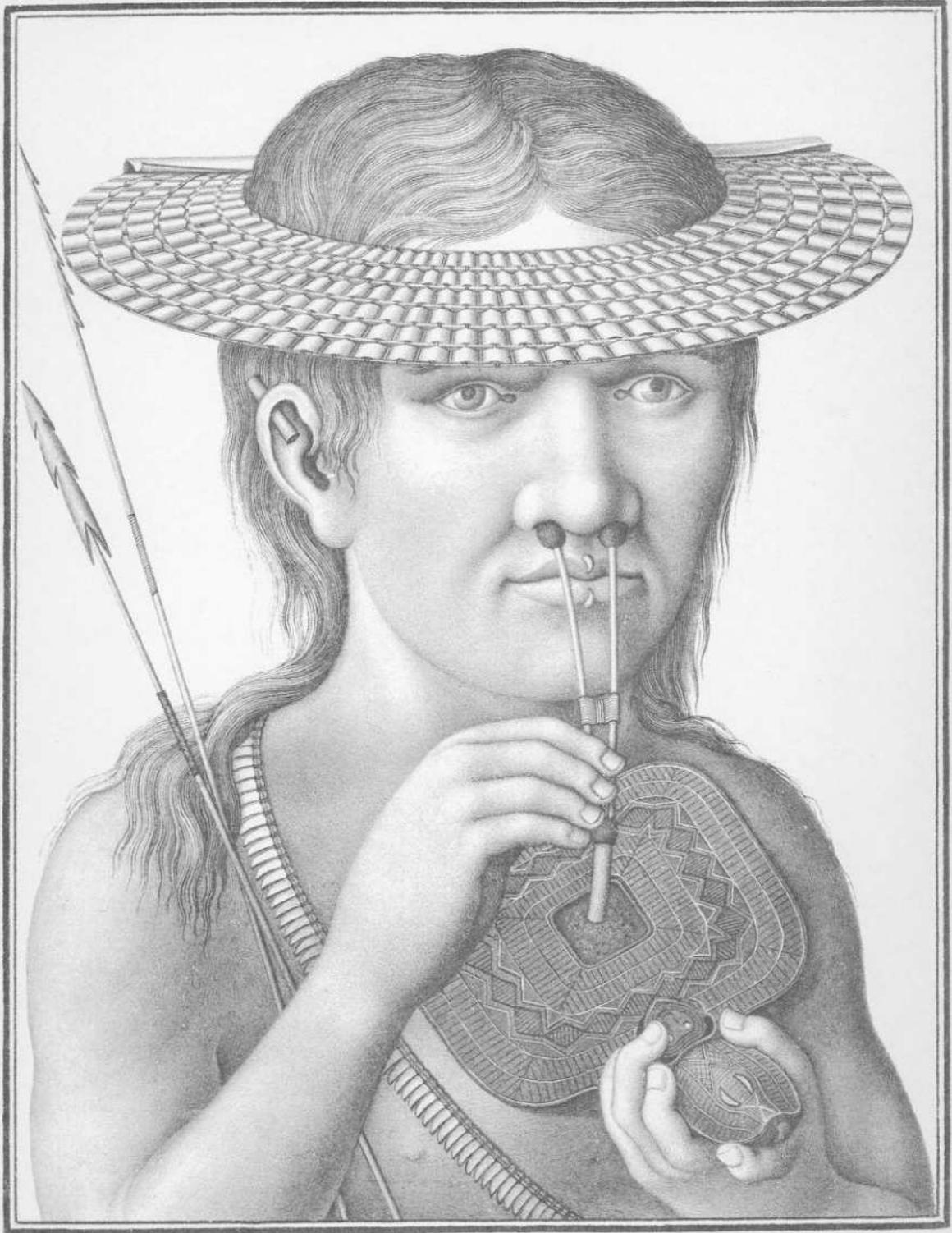
INDIO CAMBEBA COM SUAS ARMAS



USO DE BUZINA POR ÍNDIO DA AMAZÔNIA



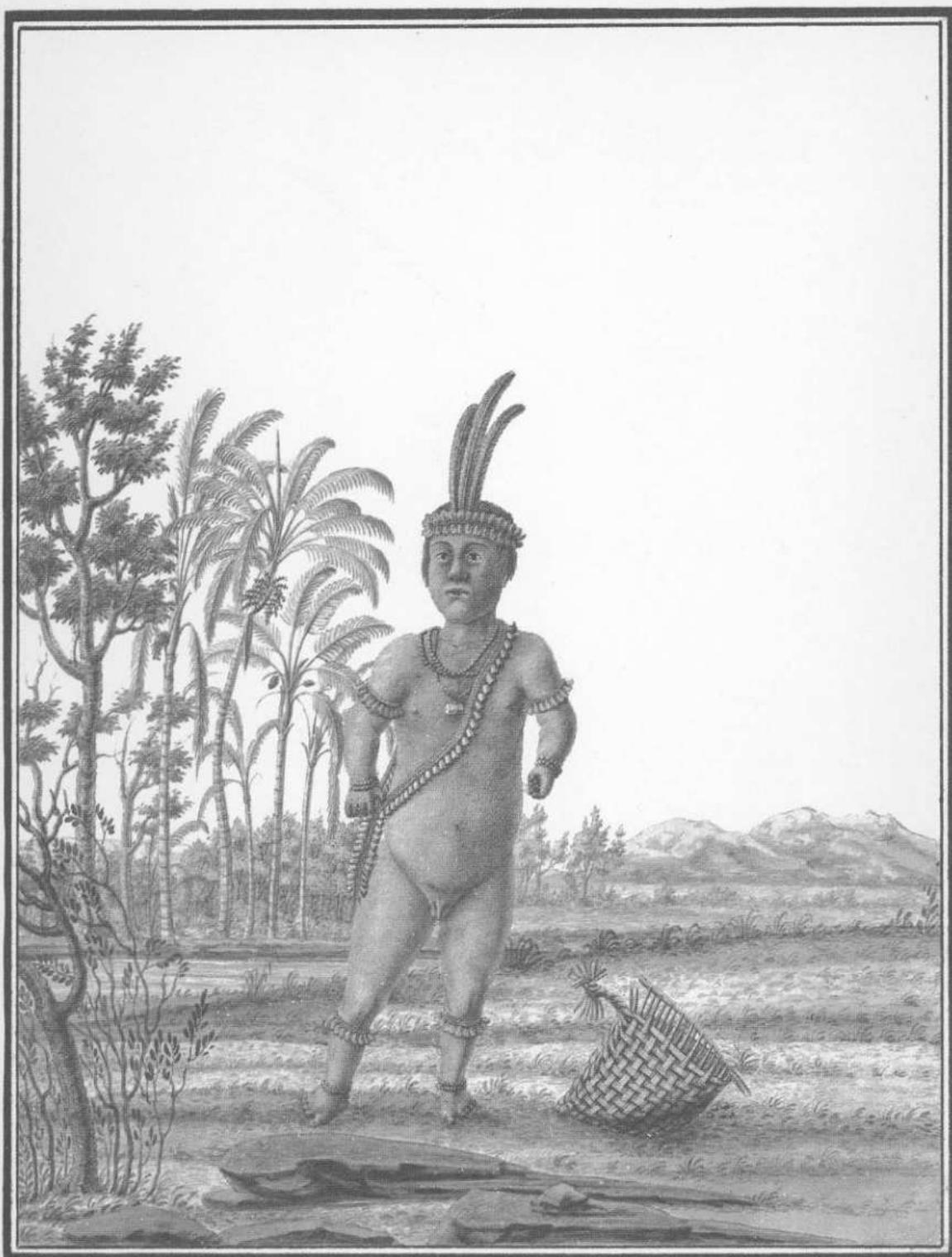
INDIO MURA



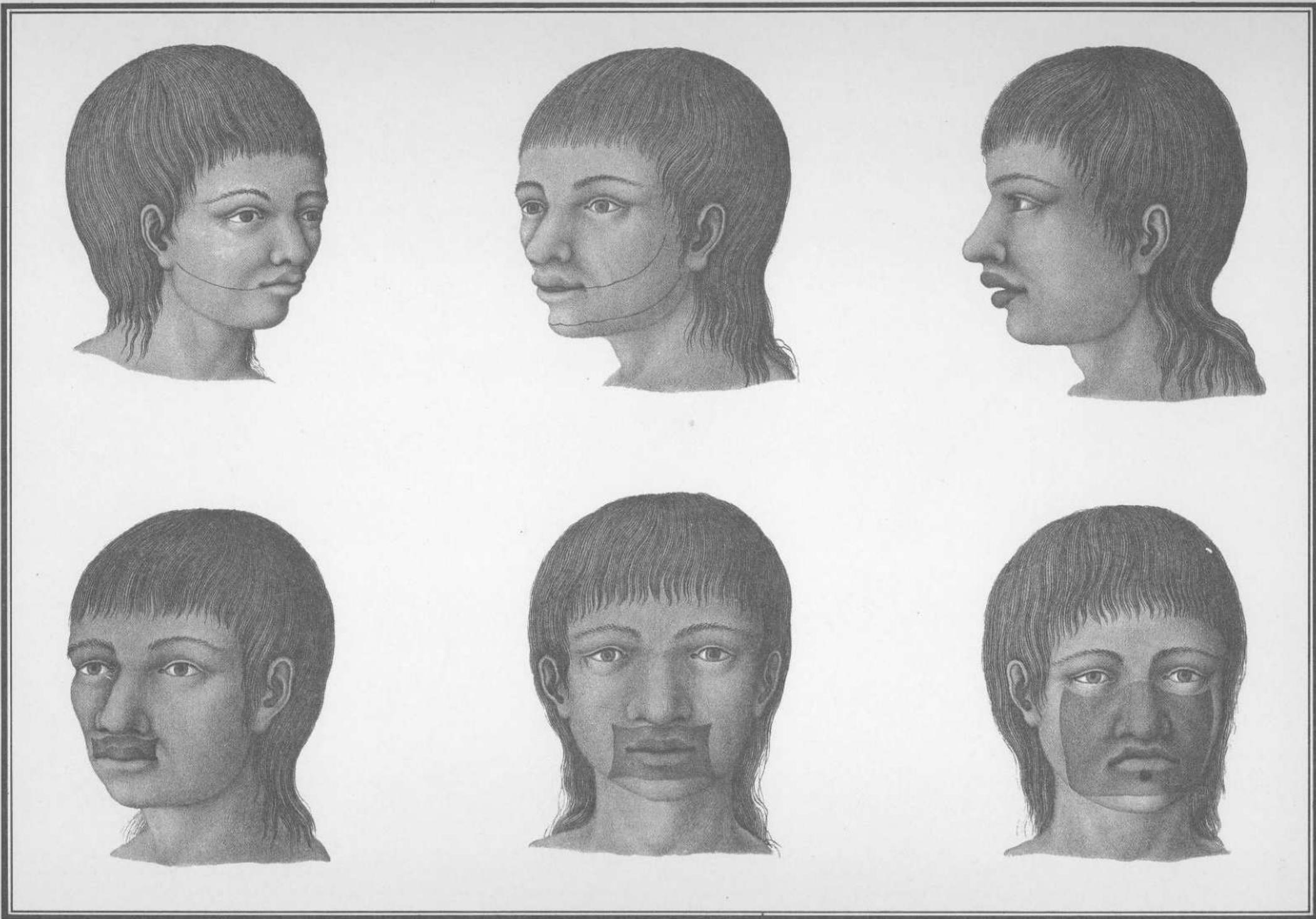
INDIO MURA INALANDO PARICA



INDIO DO RIO BRANCO



INDIO ANÃO TANARANA



PINTURA FACIAL DE INDIOS DA AMAZÔNIA





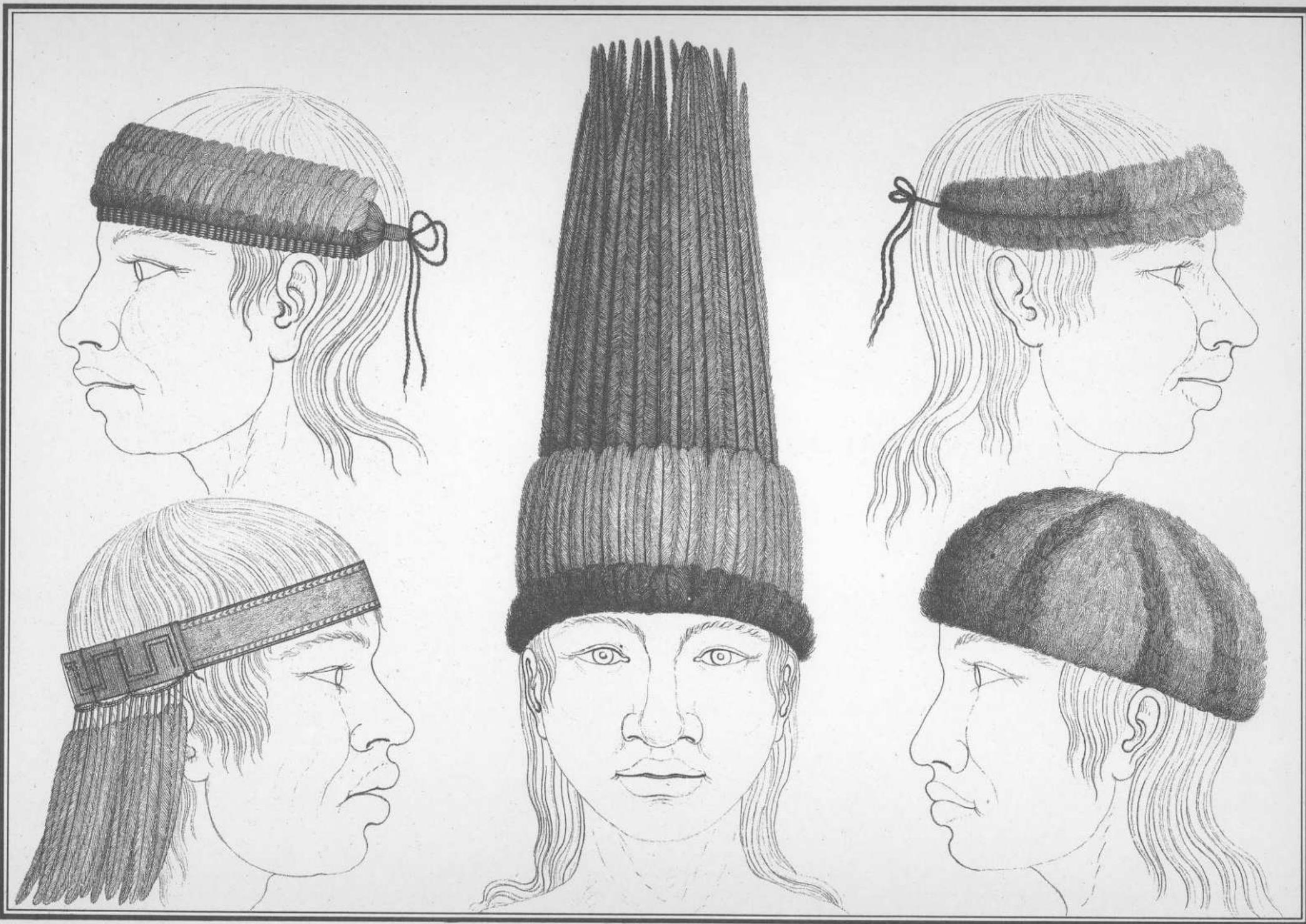
Fron

Prospecto de hua das vinte e duas Malocas, de que constava a Aldeia do Gentio Curutu,  
 situada na margem oriental do Rio Appurux, acima da 4.<sup>a</sup> Cachoeira do mesmo Rio, e na dis-  
 tancia de 6 dias de viagem acima da sua foz.

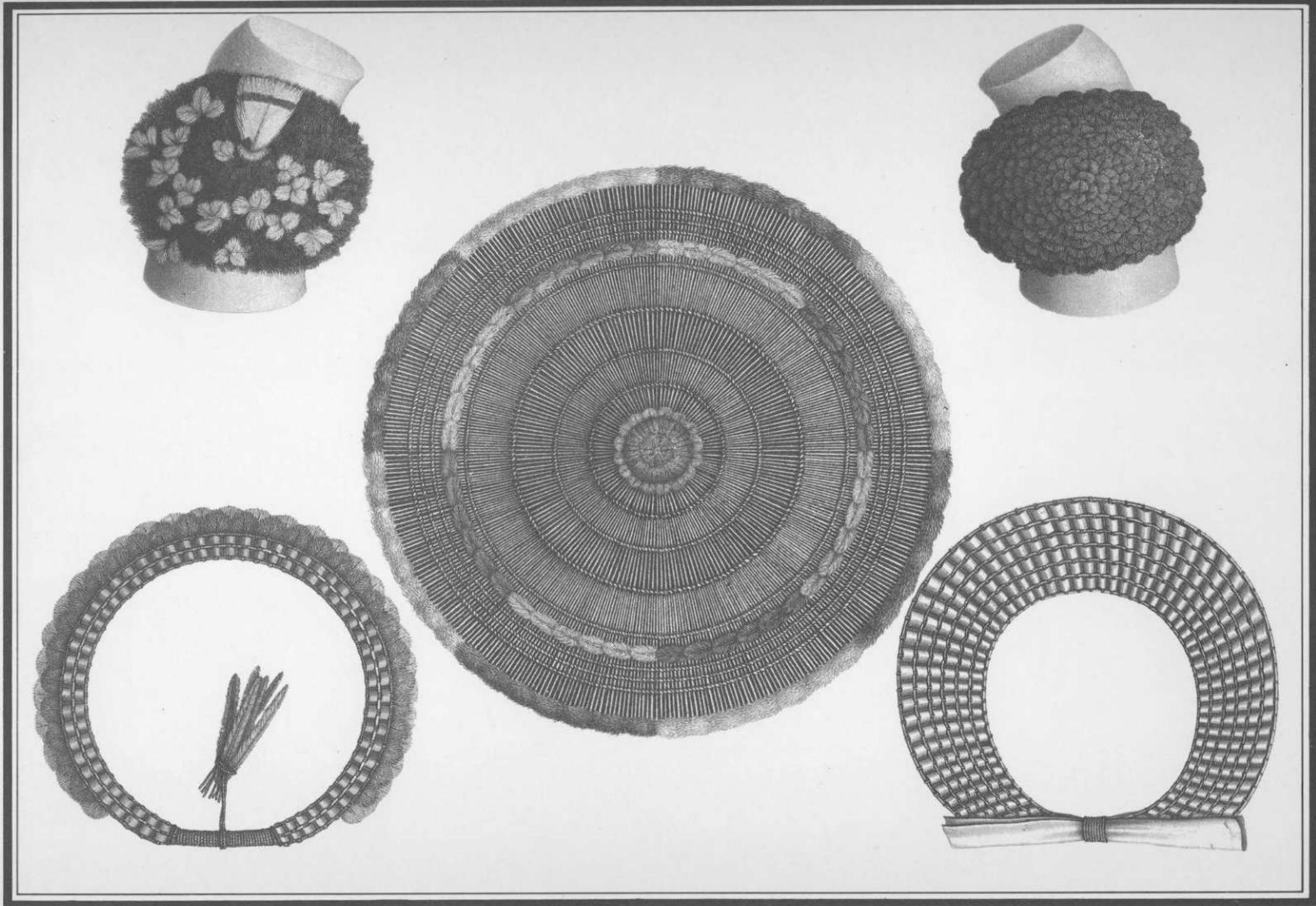




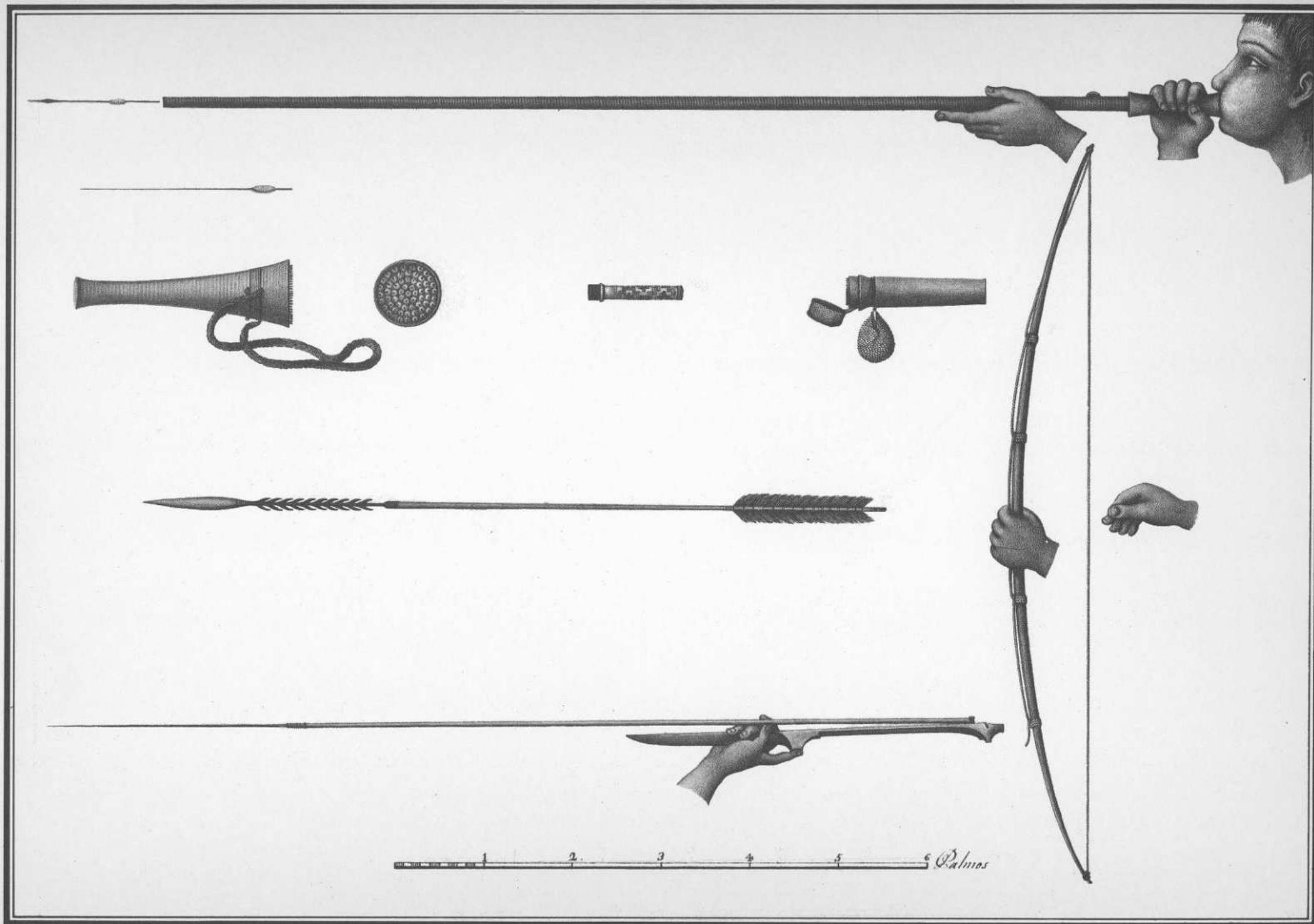
MÁSCARAS DE DANÇA DOS INDIOS TUCUNA



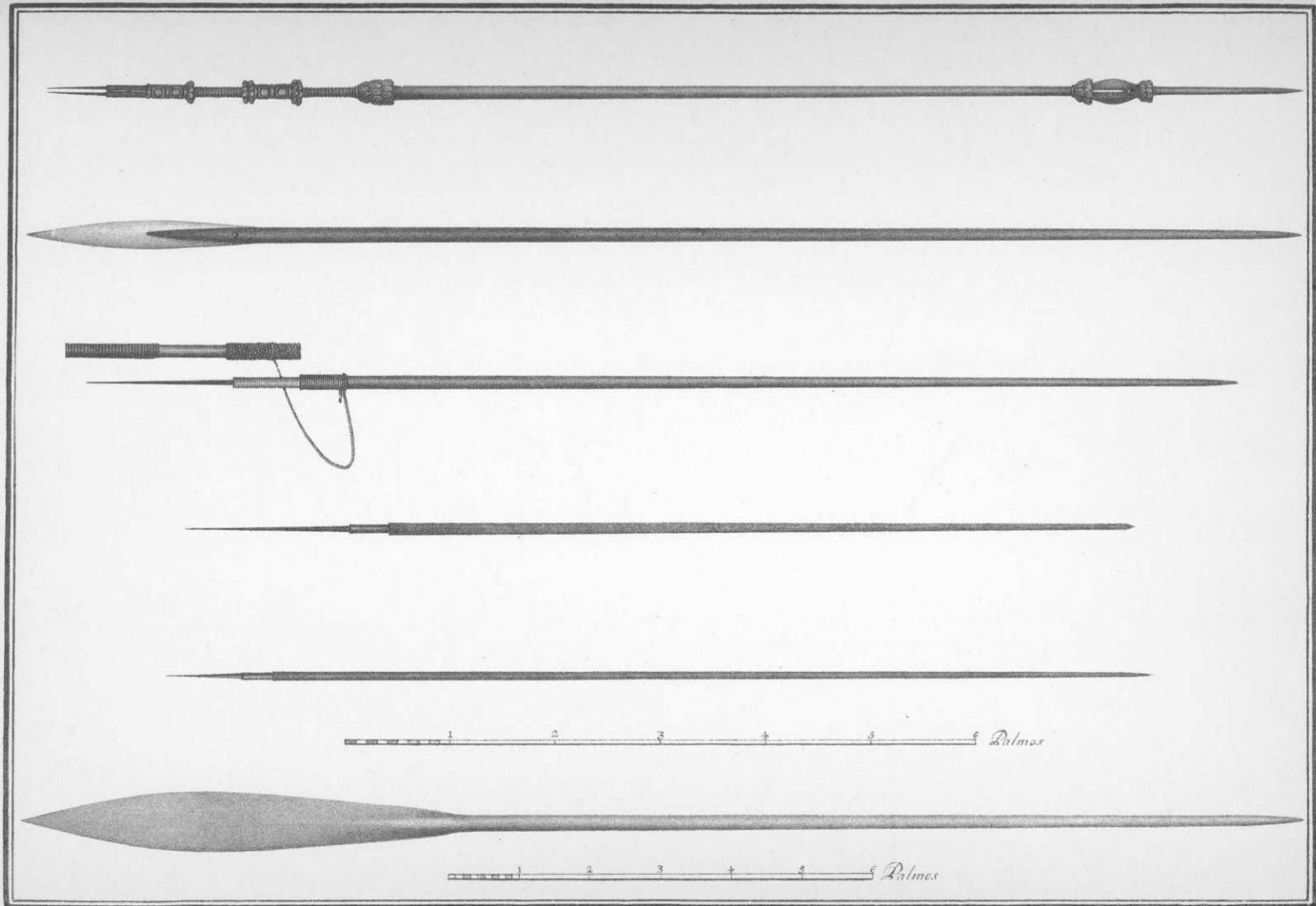
ORNAMENTOS DE CABEÇA DE ÍNDIOS DA AMAZÔNIA



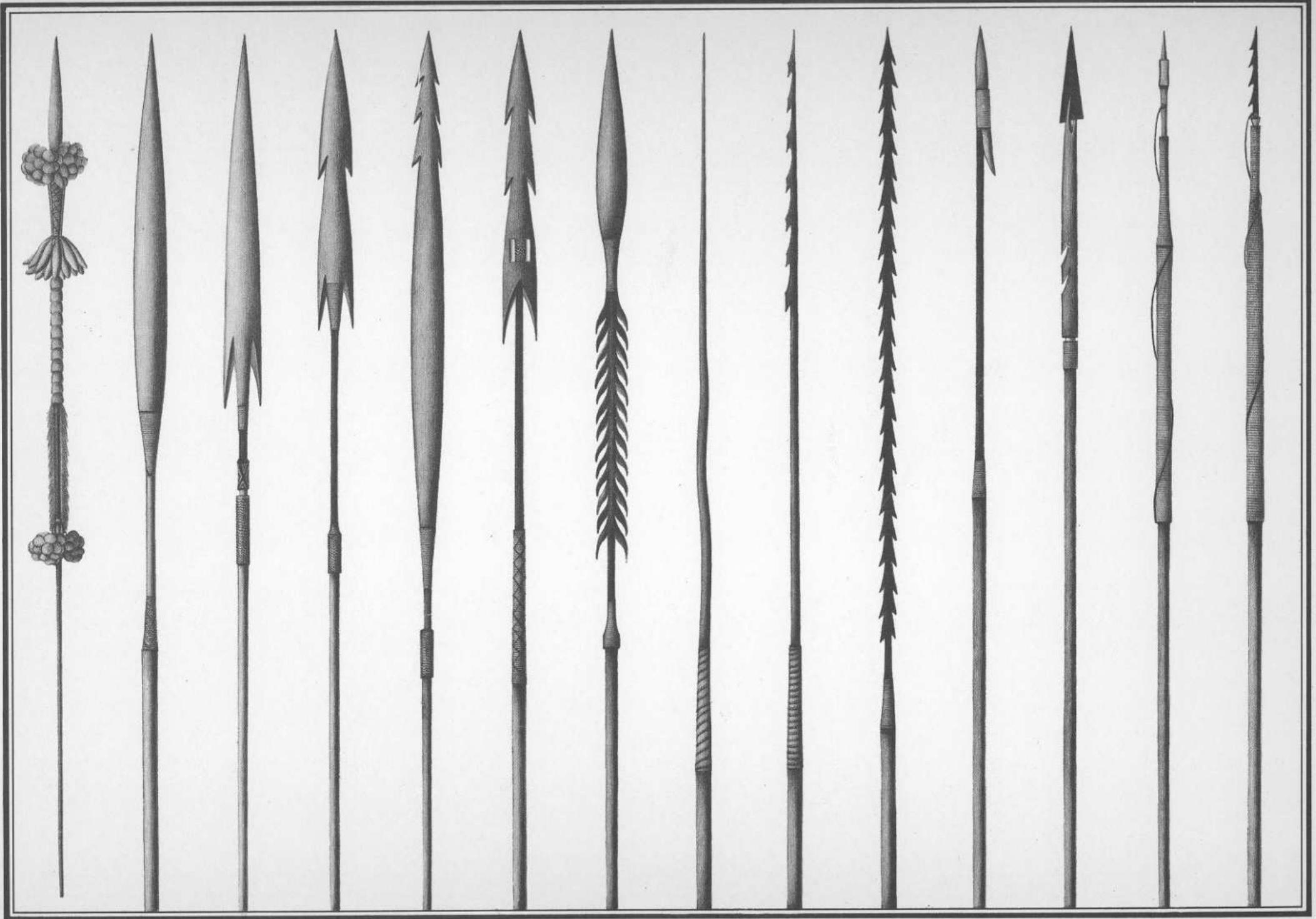
ORNATOS INDÍGENAS DIVERSOS



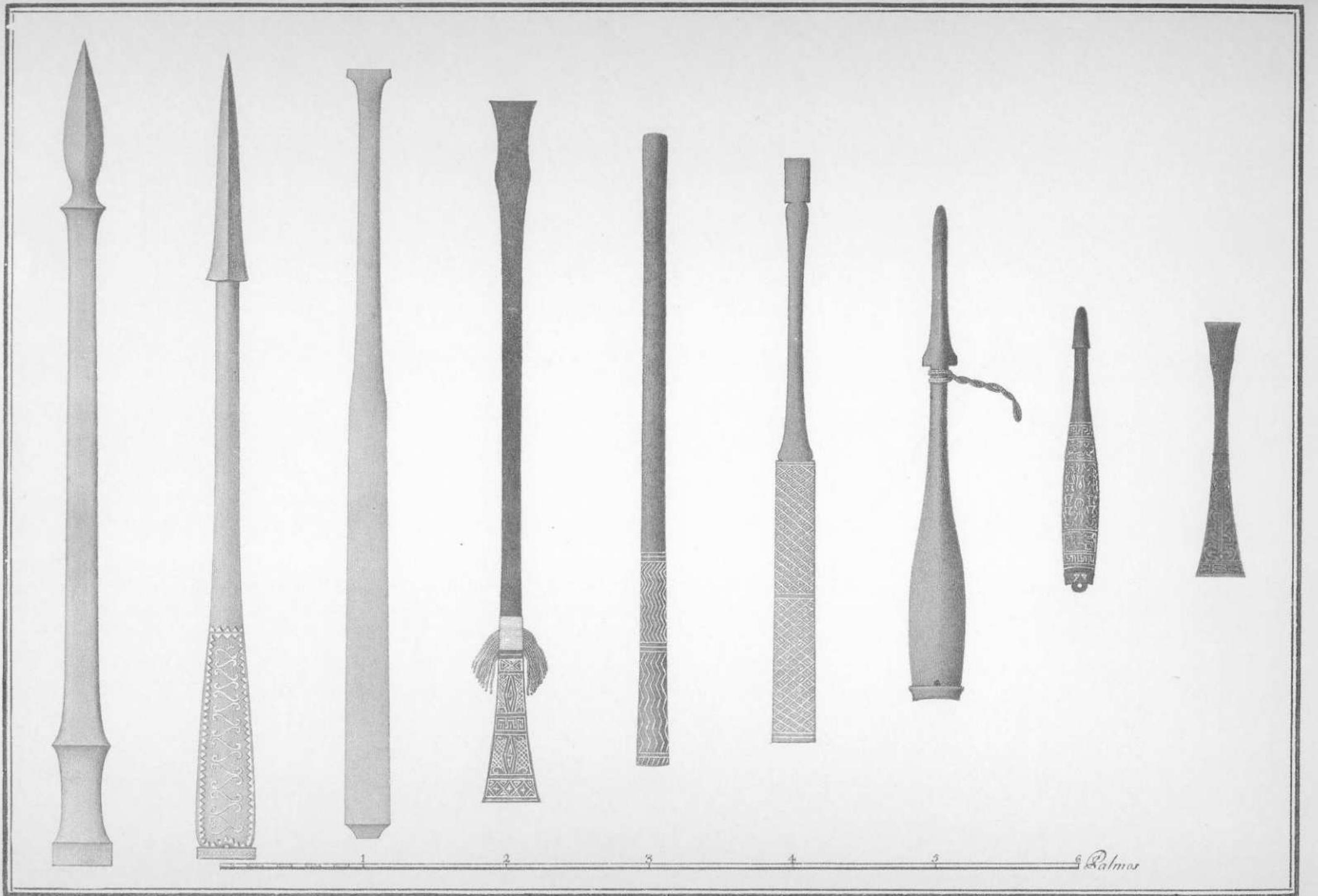
ZARABATANA, PALETA E ARCO COM FLECHAS CURARIZADAS



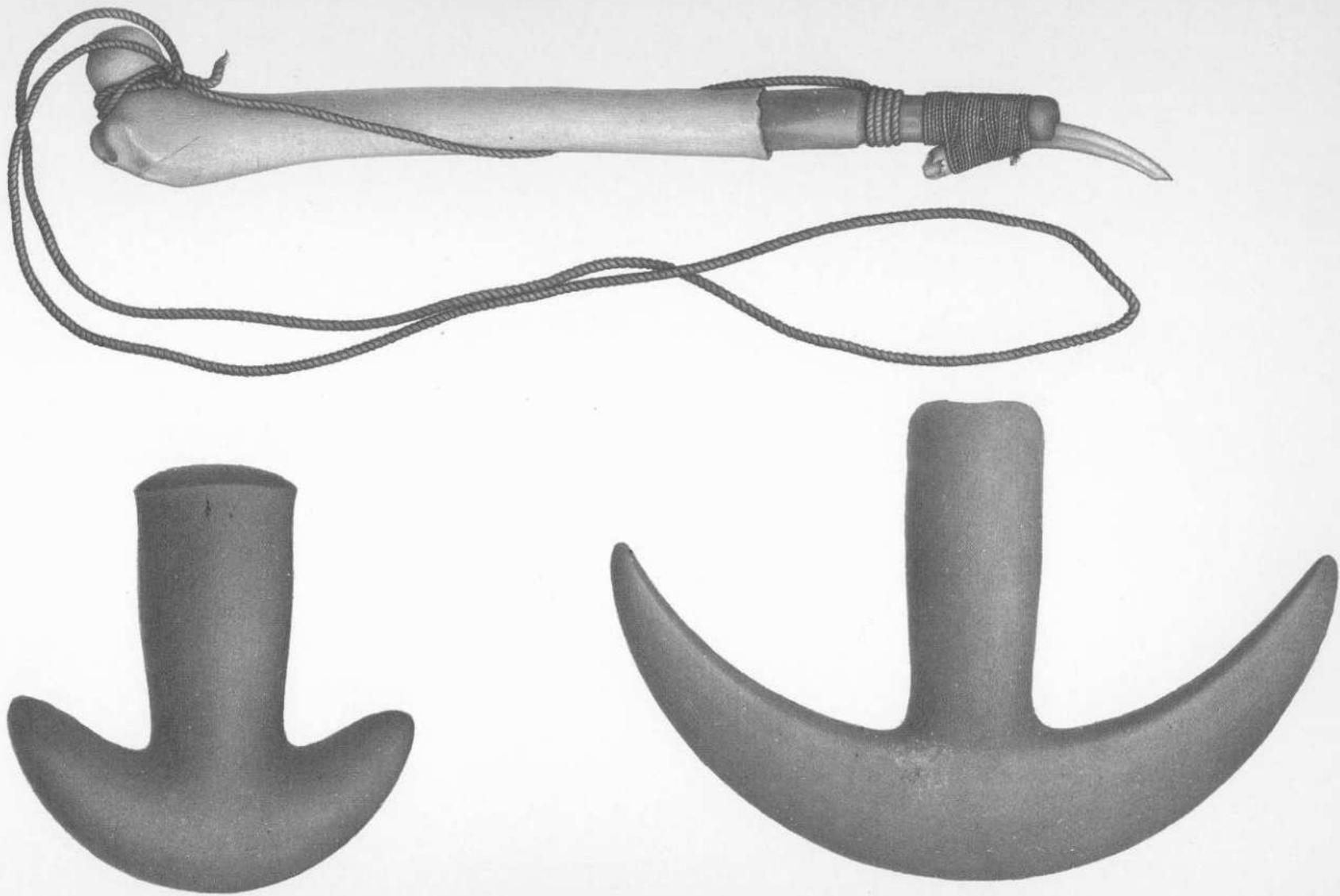
LANÇAS DE INDIOS DA AMAZONIA



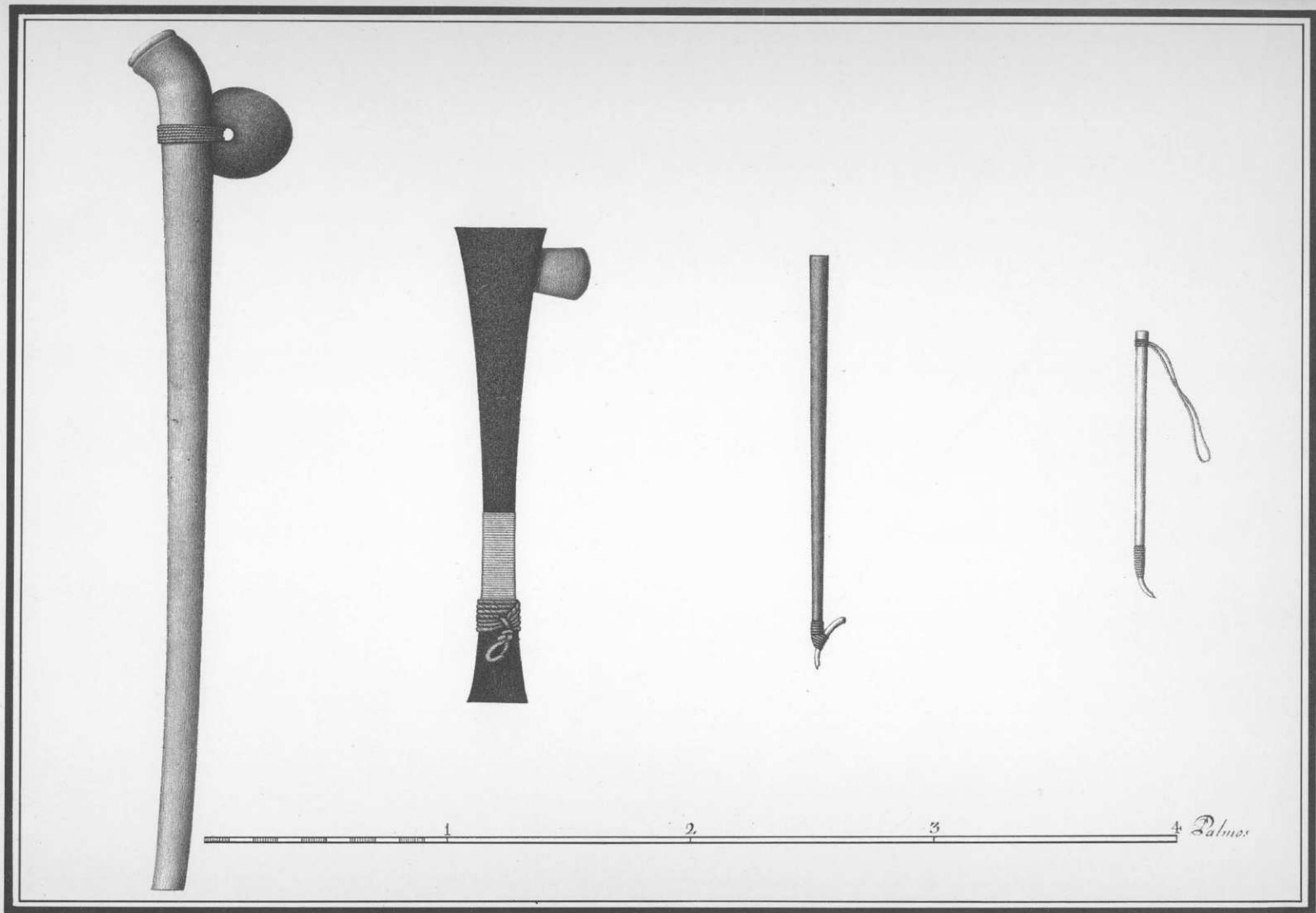
PONTAS DE FLECHAS



BORDUNAS DE INDIOS DA AMAZONIA



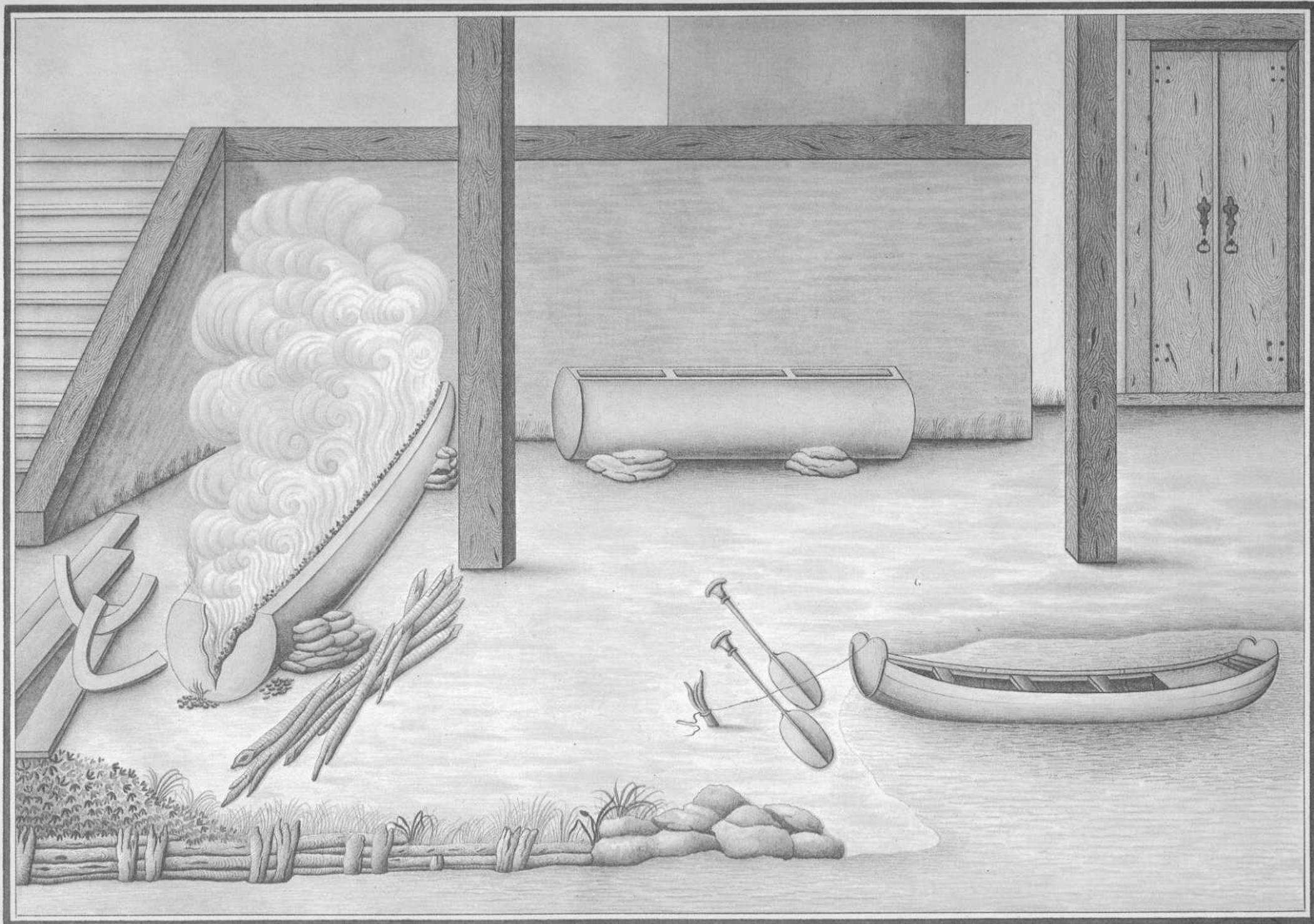
BISEL DE OSSO COM DENTE DE PACA E MACHADOS DE PEDRA SEMILUNARES



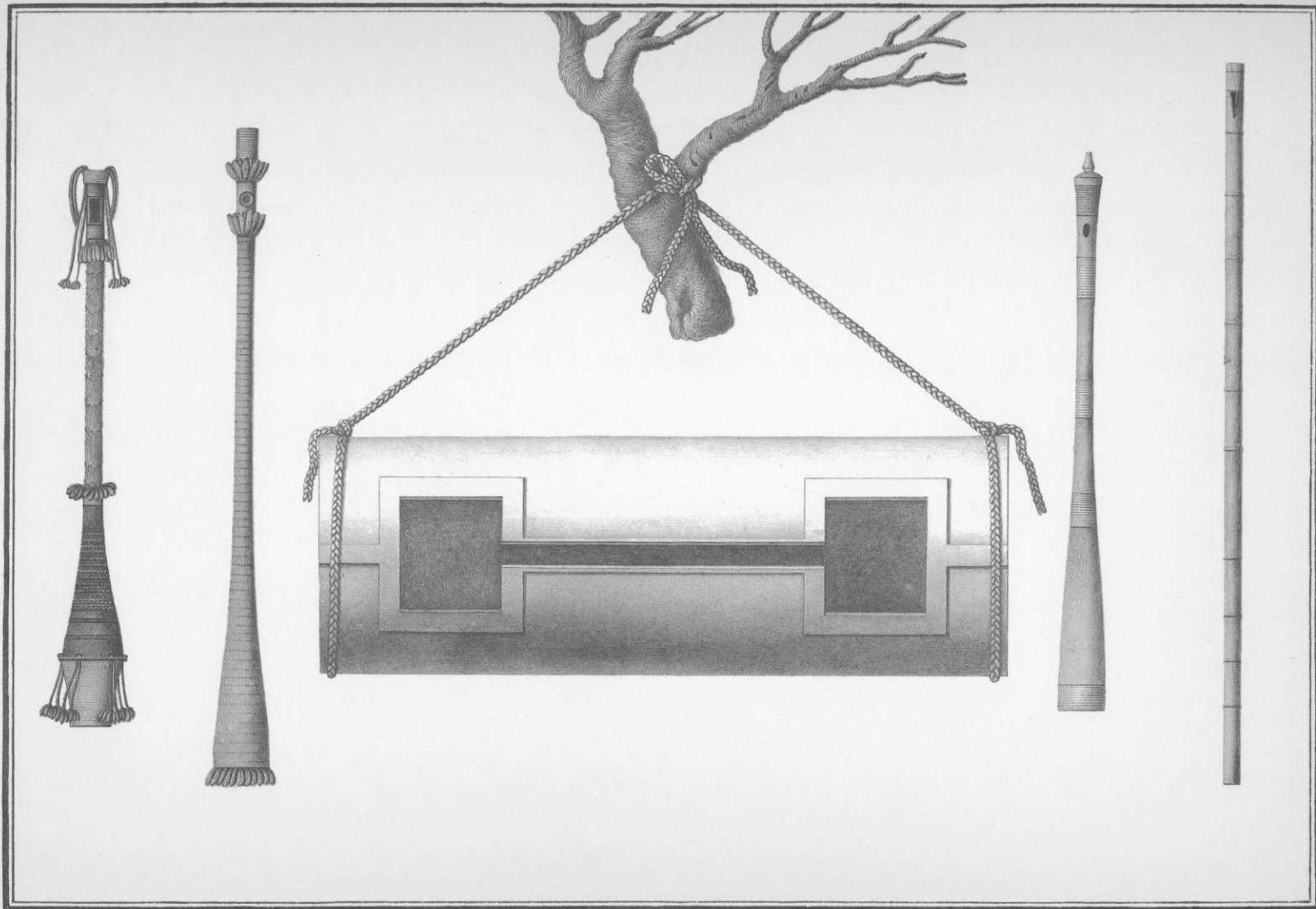
MACHADOS DE PEDRA E BISEIS



CERÂMICA DO BAIXO AMAZONAS



CONSTRUÇÃO DE ÇANOVA A MODA DOS INDÍOS



INSTRUMENTOS MÚSICAIS INDÍGENAS DE SÓPRO E PERCUSSÃO



CESTA DE CASCO DE TATU

## VIAGEM FILOSÓFICA

ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA

ICONOGRAFIA

Volume I:

GEOGRAFIA — ANTROPOLOGIA

### EXPLICAÇÃO DAS ESTAMPAS \*

1. Vista panorâmica da cidade de Santa Maria de Belém do Pará, 20 de maio de 1784 (1)
2. Plano Geral da cidade do Pará em 1791 (3)
3. Planta da antiga cidade do Pará (2)
4. Prospeto da Praça das Mercês e frontispício da igreja de N. S. das Mercês, mandado fazer pelo Governador D. Francisco de Souza Coutinho (5)
5. Prospeto da Praça do Pelourinho, mandado fazer pelo Governador D. Francisco de Souza Coutinho (4)
6. Prospeto da frontaria da igreja da Sé — Codina (6)
7. Prospeto da frontaria da igreja dos carmelitas calçados — Codina (13)
8. Retábulo da capela-mor da catedral da cidade de Belém — Landi (7)
9. Frontaria da igreja matriz de Santa Ana da cidade de Belém — Landi (8)
10. Planta da igreja matriz de Santa Ana — Landi (12)
11. Espacato do interior da igreja matriz de Santa Ana — Landi (9)
12. Espacato do retábulo da capela-mor da igreja matriz de Santa Ana — Landi (10)
13. Sacrário da capela-mor da igreja matriz de Santa Ana — Landi (11)
14. Frontaria da capela de São João da cidade de Belém — Landi (14)
15. Planta da capela de São João — Landi (17)
16. Retábulo de perspectiva da capela-mor, da capela de São João — Landi (16)
17. Espacato do interior da capela de São João — Landi (15)
18. Prospeto da frontaria exterior do palácio de residência dos excelentíssimos generais da cidade e capitania do Pará, em 1784 — Codina (18)
19. Frontaria do palácio dos generais, lado do jardim — Codina (19)
20. Uniforme do têrço auxiliar da cidade de Belém, de que é mestre de campo Marcos José Monteiro de Carvalho e Veiga Coelho (A); idem, do bairro da Campina, de que é mestre de campo Lourenço Furtado de Vasconcelos — Freire, 1784 (47)
21. Prospeto da Praça da Concórdia e monumento que nela se erigiu para memória o Governador e Capitão General José de Nápoles Telo de Menezes, em 1782 — Freire (27)
22. Frontaria do Hospital Real Militar — Codina (20)
23. Frontaria das casas do Alferes Antônio de Souza e Azevedo — Codina (23)
24. Frontaria das casas do Capitão João Manoel Rodrigues — Codina (24)
25. Frontaria das casas de Manoel Raimundo Alves da Cunha — Codina (22)
26. Planta e perfis do armazém da pólvora da cidade de Belém, no sítio do Aurá, por ordem de D. Francisco de Souza Coutinho, Governador das Capitanias do Pará e Rio Negro (50)
27. Planta e espacato do quartel militar, para a guarnição da nova casa da pólvora, edificado pelo engenheiro Teodósio Constantino Chermont em 1792 (51)
28. Casa na Amazônia. Cena de interior. Índias de Monte Alegre. Livro B.N.21.1.2. Est. 97
29. Barco de guerra N. S. do Bom-Sucesso, construído na cidade de Belém em 1772, por ordem do Governador-Geral João Pereira Caldas, sob a direção do mestre construtor Manoel Vicente para guarda-costa do canal do norte do Rio Amazonas — Codina (40)
30. Planta do barco de guerra N. S. do Bom-Sucesso — Codina (39)
31. Canoa artilheira N. S. do Pilar, São João Batista, construída na Vila de Barcelos em 1783, por ordem do Governador João Pereira Caldas, sob a orientação do Tenente-coronel João Batista Martel e execução do mestre Romualdo José da Andrade (42)
32. Prospeto da proa e pôpa da canoa artilheira N. S. do Pilar, São João Batista (44)
33. Planta (acima) e espacato (abaixo) da canoa artilheira N. S. do Pilar, São João Batista. Livro B.N.21.1.0, Est. 100

\* NOTA: Os números entre parênteses após a explicação das legendas referem-se ao número das estampas em algarismos romanos no livro da Biblioteca Nacional: Prospectos de cidades, vilas, povoações, fortalezas e edifícios, rios e cachoeiras da Expedição Filosófica do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, 21.1.2.

34. Canoa N. S. do Pilar (acima) e espacato da mesma (abaixo) — Codina, Livro B.N.21.1.0, Est. 103
35. Uma igarité, uma ubá e uma jangada, e seus acessórios — Codina (36)
36. Tipos de canoas usadas na Amazônia. Livro B.N.21.1.0, Est. 101
37. Canoa de meia coberta — Codina (45)
38. Frontaria dos armazéns da Companhia Geral de Comércio, Belém — Landi (21)
39. Prospeto da casa de residência do engenho de açúcar do Capitão João Manoel Roiz, situada no Rio Araguaia, perto da cidade de Belém (A); casa do engenho, dos tachos, de purgar, alambiques, rancho dos prêtos, armazéns (B) — (52)
40. Vigamento e moendas do engenho do Capitão João Manoel Roiz (54)
41. Vigamento e moendas do engenho do Capitão João Manoel Roiz (55)
42. Perfil das casas do engenho de descascar arroz do Sargento-Mor Bernardo Toscano de Vasconcelos (A); planta total (B); perfil do engenho e sua atafona (C); abertura do poço (D) — (28)
43. Prospeto da casa de purgar do engenho de açúcar do Capitão Ambrósio Henriques, situado na foz do rio Moju (A); casa dos alambiques (B); casa dos tachos (C); casa do engenho (D); boça da calha (E) — (56)
44. Vigamento do engenho de açúcar do Capitão Ambrósio Henriques (58)
45. Perfil das casas do engenho de açúcar do Capitão Ambrósio Henriques (57)
46. Moagem de canas em uma moenda de cilindros verticais movida por uma roda hidráulica — Freire, 1784 (29)
47. Engenho de pilões de socar — Codina (30)
48. Dois ventiladores — Codina (32)
49. Um moinho e seus acessórios — Codina (31)
50. Engenho de descaroçar algodão — Codina (33)
51. Roda de fiar algodão — Codina (34)
52. Um guindaste e seus acessórios (35)
53. Fabricação de rêdes na Amazônia e renda de bilro. Livro B.N.21.1.2, Est. 65
54. Viola que tocam os prêtos (48)
55. Prospeto da Vila de Monforte na Ilha Grande de Joanes ou Marajó — Freire (60)
56. Prospeto das casas da Vila de Oeiras, situada na margem setentrional do rio Araticu, duas léguas acima de sua foz — Codina (62)
57. Prospeto da Vila de Cameté, na chegada do Governador do Estado, Martinho de Souza e Albuquerque, na tarde de 19 de janeiro de 1784 -- Freire (61)
58. Prospeto da frontaria da igreja matriz e casa de residência da Vila de Monte Alegre, em 1785 — Freire (63)
59. Planta do novo estabelecimento dos índios Mura, no lago Mamiá (95)
60. Carta hidrográfica de pequena parte do rio Negro, onde se vem os afluentes Maracá e Auati — Paraná (94)
61. Prospeto do lugar de Carvoeiro, antiga aldeia de Araçari, situada na margem meridional do rio Negro — Codina (66)
62. Prospeto da povoação de N. S. de Monte do Carmo, situada na margem ocidental do rio Branco, há 38 léguas de sua foz — Freire (97)
63. Prospeto da nova povoação de Santa Maria, na margem oriental do rio Branco, há 75 léguas de sua foz — Freire (98)
64. Prospeto da nova povoação de São Felipe, situada na margem ocidental do rio Branco, próximo da Cachoeira Grande do rio Branco, há 78 léguas de sua foz — Codina (99)
65. Prospeto da nova povoação de N. S. da Conceição, situada na margem oriental do rio Branco, há 91 léguas de sua foz — Codina (101)
66. Prospeto da grande serra do Caraumaã, margem oriental da foz do rio Tacutu, afluente do rio Branco (102)
67. Prospeto da Fortaleza de São Joaquim do rio Branco (103)
68. Planta da Fortaleza de São Joaquim (104)
69. Cópia do risco que deu o Capitão engenheiro Felipe Sturm, comandante da Fortaleza do Rio Branco, para capela e residência do capelão da tropa da guarnição — Codina (105)

70. Prospeto da primeira serra na margem oriental do rio Maú, há 8 léguas e duas milhas da sua foz, e na de 25 e duas milhas da Fortaleza de São Joaquim — Codina (106)
71. Prospeto da quarta cachoeira grande do rio Maú, há 17 léguas e meia da sua foz e na de 34 e meia da Fortaleza de São Joaquim — Codina (107)
72. Prospeto da continuação da cachoeira do Uruburu, que é a quarta do rio Maú — Codina (108)
73. Prospeto da continuação da cachoeira do Uruburu, que é a quarta do rio Maú — Codina (109)
74. Prospeto da Vila de Barcelos, antiga aldeia de Mariuá, erigida capital da capitania de São José do Rio Negro, por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 6 de maio de 1758. A estampa representa a saída de João Pereira Caldas, nomeado Governador para as capitanias do Mato Grosso e Cuiabá, dirigindo-se ao quartel da Vila de Ega, no Rio Solimões, em 28 de abril de 1784 — Freire (67)
75. Prospeto do quartel de tropa da guarnição da Vila de Barcelos, construído por Joaquim Tinoco Valente, por ordem do Governador João Pereira Caldas, principiado em 1775 (70)
76. Prospeto da pintura que fez o Capitão Antônio José Landi na capela-mor da igreja matriz da vila capital de Barcelos, em 1785 (68)
77. Prospeto da pintura dos lados da capela-mor da igreja matriz de Barcelos — Landi (69)
78. Primeira planta feita pelo Capitão-engenheiro Felipe Sturm, por ordem de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para o palácio de residência que na aldeia de Mariuá deveria residir o plenipotenciário espanhol D. José de Iturriaga. A construção não foi executada (71)
79. Planta do octógono erigido pelo mesmo autor, para servir de casa de conferências aos plenipotenciários (73)
80. Alçado da frente do referido octógono (Cópia de Codina) — (74)
81. Prospeto do lugar de Moreira, chamado antes de Caboquena — Freire (75)
82. Prospeto da Vila de Tomar, chamada antes de Bararuá — Freire (76)
83. Prospeto do lugar de Lamalonga, antiga Darí — Freire, 1785 (77)
84. Vista do rio Padaverí, afluente do rio Negro — Codina (78)
85. Prospeto do lugar de Santa Isabel — Freire, 1785 (79)
86. Prospeto do novo lugar das Caldas, próximo da primeira cachoeira do rio Cauborís — Codina (80)
87. Prospeto da primeira cachoeira do rio Cauborís — Freire (81)
88. Prospeto da segunda cachoeira do rio Cauborís — Codina (82)
89. Prospeto da terceira cachoeira do rio Cauborís — Codina (83)
90. Prospeto do lugar de N. S. do Loreto de Macarabí — Freire (84)
91. Prospeto da Fortaleza e povoação de São Gabriel da Cachoeira — Freire, 1785 (85)
92. Vista do Rio Uaupés, afluente do rio Negro — Codina (86)
93. Prospeto da povoação de São Joaquim do Cuané, na foz e margem austral do rio Uaupés — Freire, 1785 (87)
94. Vista do rio Içana, afluente do rio Negro — Codina (88)
95. Vista do arraial junto a cachoeira do rio Ixiê — Codina (89)
96. Prospeto da cachoeira do rio Ixiê, afluente do rio Negro — Codina (90)
97. Prospeto da Fortaleza e povoação de São José de Marabitanas — Freire, 1785 (91)
98. Prospeto do marco erigido no ano de 1781 no Rio Javari, na distância de 1815 braças a leste de sua foz, demarcando o limite entre o Brasil e da Real Audiência de Quito (96)
99. Índios Guaicuru atravessando um rio. Livro B.N.21.1.0, Est. 18
100. Índia Guaicuru (Mbaiá, M biá). Língua isolada. Em processo de assimilação pelos brasileiros. Região do Chaco, Mato Grosso. Livro B.N.21.1.0, Est. 3
101. Índio Uaupés. Região do rio Uaupés, rio Negro. Livro M.N. Gentios, Est. 8
102. Índio de tribo não identificada. Livro B.N.21.1.0, Est. 10
103. Índio Uerequena (Warequena). Região dos rios Içana e Ixiê. Livro M.N. Gentios, Est. 7
104. Índio Jurupixuna (Turi ou Juri) com lança maracá. Língua isolada. Habitavam os rios Japurá e Içá, transferindo-se posteriormente para o rio Negro. Livro B.N.21.1.0, Est. 9

105. Casal de índios do rio Branco. Livro M.N. Gentios, Est. 10
106. Índio Jurupixuna com zarabatana. Livro B.N.21.1.0, Est. 8
107. Índias vestidas. Tribo não identificada. Livro M.N. Gentios, Est. 11
108. Pintura facial dos índios Jurupixuna. Livro M.N. Gentios, Est. 13
109. Índio Jurupixuna com manto de jaguar. Livro B.N.21.1.0, Est. 2
110. Índio da Amazônia vestido de tururi. Tribo não identificada. Livro B.N.21.1.0, Est.
111. Índio Máua (Umáua ou Hianacoto). Dialeto do grupo Carijona. Região do Apaporis e Alto Uaupés. Livro M.N. Gentios, Est. 4
112. Índio com batoque labial. Tribo não identificada. Livro M.N. Gentios, Est. 5
113. Índio Miranha (Mirânia). Dialeto Witoto. Mencionados ao longo do Içá e entre Tefé e Caiçara, nas proximidades do rio Solimões. Livro B.N.21.1.0, Est. 7
114. Índio Miranha com zarabatana e carcaz. Livro M.N. Gentios, Est. 14
115. Provavelmente índia Miranha. Livro M.N. Gentios, Est. 6
116. Índio com narigueira. Tribo desconhecida. Livro B.N.21.1.0, Est. 4
117. Índio Cambeba (Omagua ou Umaua). Canga-peba = cabeça-chata. Dialeto de filiação tupi. Alto Amazonas (Solimões). Em 1925 variavam entre 120 a 150 e estavam sendo absorvidos pelos Cocamas. Livro B.N.21.1.0, Est. 12
118. Índio Cambeba com suas armas. Livro M.N. Gentios, Est. 2
119. Uso de buzina por índio da Amazônia. Tribo não identificada. Livro B.N.21.1.0, Est. 13
120. Índio Mura. Língua isolada. Distribuídos pelos rios Autaz, Marmelos, Mataurá, Carapanã, Urubu e Coari. Livro M.N. Gentios, Est. 5
121. Índio inalando paricá (*Piptadenia* sp.). Livro B.N.21.1.0, Est. 11
122. Índio do Rio Branco. Tribo não identificada. Livro B.N.21.1.0, Est. 3
123. Índio anão tanarana. Sem referência na literatura. Livro B.N.21.1.0, Est. 14
124. Pintura facial de índios da Amazônia. Jurupixuna. Livro B.N.21.1.0, Est. 86
125. Maneira de inalar paricá e utensílios dos índios Mura. Livro B.N.21.1.0, Est. 89
126. Maloca dos índios Curutu. Região do rio Apaporis e Alto Uaupés. Livro M.N. Gentios, Est. 1
127. Planta da maloca dos índios Curutu. Livro B.N.21.1.0, Est. 93
128. Máscaras de dança dos índios Tucuna. Livro M.N. Gentios, Est. 12
129. Ornatos de cabeça de índios da Amazônia. Livro B.N.21.1.0, Est. 85
130. Ornatos diversos. Livro B.N.21.1.0, Est. 87
131. Zarabatana, paleta e arco com flechas curarizadas. Livro B.N.21.1.0, Est. 82
132. Lanças de índios da Amazônia. Livro B.N.21.1.0, Est. 83
133. Pontas de flechas. Livro B.N.21.1.0, Est. 82
134. Bordunas de índios da Amazônia. Livro B.N.21.1.0, Est. 84
135. Bisel de osso com dente de paca e machados de pedra semilunares. Livro B.N.21.1.0, Est. 88
136. Machados de pedra e biséis. Livro B.N.21.1.0, Est. 93
137. Cerâmica do Baixo Amazonas. Livro B.N.21.1.0, Est. 90
138. Construção de Canoas a moda dos índios. Em segundo plano um cocho. Amazônia. Livro B.N.21.1.0, Est. 46
139. Instrumentos musicais indígenas de sopro e percussão. Livro B.N.21.1.0, Est. 92
140. Cesta de casco de tatu. Livro B.N.21.1.0, Est. 91

*BIBLIOGRAFIA BÁSICA*

**COSTA E SÁ, MANUEL JOSÉ MARIA**

- 1818 — Elogio do doutor Alexandre Rodrigues Ferreira.  
História e Memórias da Academia Real das Sciencias  
de Lisboa, tomo V, pt. II, p. LVI-LXXXI.

**FONTES, GLÓRIA MARLY DUARTE NUNES DE CARVALHO**

- 1966 — Alexandre Rodrigues Ferreira. Aspectos de sua vida e  
sua obra.  
Cadernos da Amazônia, 10: 96 p., 34 figs., 2 mapas.  
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Ma-  
naus.

**RODRIGUES, JOSÉ HONÓRIO**

- 1952 — Alexandre Rodrigues Ferreira. Catálogo de manuscritos  
e bibliografia.  
Anais da Biblioteca Nacional, 72: 11-152; separata,  
162 p.

**VALLE CABRAL, ALFREDO DO**

- 1876-1877 — Alexandre Rodrigues Ferreira. Notícia das obras  
manuscritas e inéditas relativas à viagem philosophica do  
Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, pelas capitancias do  
Grão-Pará, Rio Negro, Matto Grosso e Cuyabá.  
Anais da Biblioteca Nacional, vol. 1: 103-129 e 222-  
-247; vol. 2: 54-67 e 324-354.

COORDENADOR GERAL:

José Candido de Melo Carvalho, Ph. D.  
Museu Nacional, Rio de Janeiro

ASSESSOR DE PESQUISA:

Glória Marly Duarte Nunes de Carvalho Fontes  
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

ASSESSORES CIENTÍFICOS:

Antonio Rocha Penteadó — Geografia  
Universidade de São Paulo

EDUARDO ENEAS GALVÃO — Antropologia  
Museu Paraense "Emílio Goeldi"

ASSESSORES TÉCNICOS:

Romeu Onaga — Produção Gráfica  
Paulo Wallerstein — Diagramação  
Itala da Penha Gomes — Serviços Auxiliares

Publicação: Conselho Federal de Cultura — MEC  
Editado pela: Editora Monumento S.A. — S. Paulo, Brasil